

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



- Sumário -

I - Identificação da Instituição	9
1.1. Instituição Mantenedora.....	9
1.2. Instituição De Ensino Superior - IES	9
1.3. Bases Legais do PDI	9
II - Contexto Institucional	11
2.1. Mantenedora	12
2.2. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	12
2.3. Dirigente Principal da Mantenedora.....	13
2.4. Dirigentes Principais da IES	13
2.5. Organograma da IES.....	15
3.1. Finalidade Institucional.....	16
3.2. Princípios e Valores da IES	18
3.3. Objetivos Gerais da Instituição	20
3.4. Objetivos Específicos da Instituição.....	20
3.5. Metas Institucionais.....	21
3.6. Ações Institucionais.....	21
3.7. Dimensões.....	23
3.8. Articulação do Projeto Pedagógico Institucional - PPI e PDI	23
3.9. Políticas Institucionais do Ensino de Graduação.....	24
3.10. Política de Ensino de Pós-Graduação.....	26
3.11. Políticas Institucionais de Pesquisa.....	27
3.12. Políticas Institucionais da Extensão	28
3.13. Políticas Institucionais das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.....	29
3.14. Políticas Institucionais da Educação Ambiental (Lei Nº 9.795, De 27 de Abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de Junho de 2002).....	30
3.15. Políticas Institucionais de Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP Nº 8, De 06/03/2012, CNE/CP Nº 01, de 30/05/2012).....	31
3.16. Políticas Institucionais de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012).....	34
3.17. Políticas Institucionais para Defesa da Memória Cultural da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.....	35
3.18. Políticas Institucionais de Internacionalização	36
3.19. Políticas Institucionais do Ensino de Libras (Dec. N. 5.626/2005)	36
3.20. Políticas Institucionais de Responsabilidade Social	38
3.21. Políticas Institucionais para Inclusão Social e Educação Inclusiva.....	39
3.22. Políticas de Comunicação.....	41
3.23. Ouvidoria.....	42
IV - Contextualização da Realidade Social	44
4.1. Contextualização da Região	48
4.3. O Município de Guarantã do Norte	50
4.4. Demografia.....	54
4.5. Localização Geográfica.....	54
4.6. Municípios Vizinhos de Guarantã do Norte.....	54
4.7. Características Geográficas	55
4.8. Indicadores.....	55
4.9. História	56
4.10. Rodovias.....	58
4.11. Economia	58

4.12. Indicadores Educacionais	61
4.13 Ensino Superior.....	62
V - Gestão Institucional	63
5.1. Gestão da Política Acadêmica Administrativa.....	63
5.2. Estrutura Institucional.....	64
5.3. Regimento Interno da Mantida.....	64
5.4. Órgãos Colegiados Superiores.....	64
5.5. Autonomia da Mantida em Relação à Mantenedora.....	64
5.5.1. Autonomia Administrativa	64
5.6. Projeto Pedagógico dos Cursos e a Articulação das Atividades Acadêmicas.....	65
5.7. Existência e Implantação de Projetos Pedagógicos	65
5.8. Processo de Elaboração dos Projetos Pedagógicos e a Articulação das Atividades Acadêmicas.....	65
Meta:	66
Ações Específicas:.....	66
5.9. Acompanhamento e Avaliação dos Projetos Pedagógicos e das Atividades Acadêmicas.....	66
Meta:	66
Ações Específicas:.....	66
5.10. Relações e Parcerias com a Comunidade.....	67
Vi – Implementação dos Cursos.....	69
6.1. Cursos de Graduação.....	70
Meta:	70
Ações Específicas:.....	70
6.2. Cursos Pretendidos - Graduação.....	70
Meta:	70
Ações Específicas:.....	71
6.3. Cursos Pretendidos de Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>).....	71
Meta:	72
Ações Específicas:.....	72
6.4. Programação para Reconhecimento de Cursos.....	72
6.5. Cursos de Extensão.....	73
Vii – Organização Didático Pedagógica	74
7.1. Administração Acadêmica.....	74
Meta:	74
Ações Específicas:.....	75
7.2. Coordenação do Curso	75
Meta:	76
Ações Específicas:.....	76
7.3. Registro e Controle Acadêmicos	76
Meta:	77
Ações Específicas:.....	77
7.4. Atenção aos Discentes.....	77
7.5. Formas de Acesso.....	78
7.6. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro.....	79
7.6.1. Sub-Programas com Investimento Institucional	81
7.6.2. Sub-Programa com Investimento Governamental	81
7.7. Organização Estudantil.....	81

7.7.1. Princípios	81
7.8. Programas de Estímulos	82
Ações Específicas:.....	82
7.9. Acompanhamento de Egressos.....	83
7.10. Perfil do Ingressante.....	83
7.11. Perfil do Egresso.....	83
7.12. Competências a Serem Desenvolvidas.....	85
7.13. Organização do Controle Acadêmico	85
7.14. Pessoal Técnico e Administrativo.....	86
7.15. Apoio Pedagógico.....	86
7.16. Acompanhamento Psicopedagógico.....	86
7.17. Sala Integrada de Alunos Coordenadores e Professores	87
7.18. Serviço de Atendimento ao Aluno	87
7.19. Cursos de Nivelamento	88
7.20. Políticas de Estímulo Às Atividades Acadêmicas.....	88
7.21. Apoio a Participação em Eventos.....	89
7.22. Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções de Alunos.....	89
7.23. Bolsas de Estudo e de Trabalho	89
7.24. Monitoria.....	90
7.25. Seleção de Conteúdos.....	90
7.26. Princípios Didáticos Metodológicos	90
7.27. Práticas Pedagógicas Inovadoras	91
7.28. Sistema de Avaliação	91
7.29. Processo Ensino-Aprendizagem	92
7.29.1. Aprendizagem Auto Dirigida:.....	92
7.29.2. Aprendizagem Baseada em Problemas ou Casos:.....	92
7.29.3. Aprendizagem em Pequenos Grupos de Tutoria	93
7.29.4. Aprendizagem Orientada para a Comunidade.....	93
7.29.5. Aprendizagem Apoiada em Simulação.....	94
7.30. Estágio Supervisionado e Outras Atividades Práticas Integradas ao Ensino Teórico	96
Meta:	96
Ações Específicas:.....	96
7.31. Regulamento do Estágio Supervisionado.....	97
7.32. Trabalho de Conclusão de Curso	97
Meta:	97
Ações Específicas:.....	97
7.33. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	97
7.34. Atividades Complementares e Estudos Independentes	97
Meta:	98
Ações Específicas:.....	98
7.35. Regulamento das Atividades Complementares	98
7.36. Projeto de Iniciação Científica	99
Meta:	99
Ações Específicas:.....	99
7.37. Projeto de Extensão.....	99
Viii – Organização e Gestão de Pessoal.....	101

8.1. Condições de Trabalho.....	101
Meta:	101
Ações Específicas:.....	101
8.2. Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente.....	102
8.3. Dedicção ao Curso.....	102
8.4. Plano de Carreira Docente	103
Meta:	103
Ações Específicas:.....	103
8.4.1. Plano de Carreira Docente	103
8.5. Plano de Capacitação	103
I – Objetivos.....	103
li – Estratégias	103
lii - Pré-Requisitos.....	104
Iv – Gerenciamento	104
V – Financiamento.....	105
Vi - Disposições Gerais.....	105
Ações Específicas:.....	105
8.6. Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Docente 2018/2022	106
Meta:	106
Ações Específicas:.....	106
8.7. Corpo Técnico/Administrativo	106
8.7.1. Plano de Carreira Técnico Administrativo.....	107
8.7.2. Política do Pessoal Técnico/Administrativo	107
8.7.3. Para o Pessoal Técnico-Administrativo.....	108
8.7.4. Atividades Permanentes	109
8.8. Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Técnico/Administrativo.....	109
8.9. Cronograma do Plano de Expansão do Corpo Técnico/Administrativo.....	110
Ix – Instalações	111
9.1. POLÍTICAS PARA INFRAESTRUTURA.....	111
9.1.1. METAS E AÇÕES.....	112
9.2. INFRAESTRUTURA FÍSICA	113
9.2.1. Instalações Gerais.....	113
9.3. Salas de Aula.....	113
9.4. Instalações Administrativas.....	113
9.5. Instalações para Docentes.....	113
9.6. Instalações para as Coordenações dos Cursos.....	114
9.7. Área de Convivência e Infraestrutura para o Desenvolvimento de Atividades Esportivas, de Recreação e Culturais	114
9.8. Infraestrutura de Alimentação e Serviços.....	114
9.9. Instalações Sanitárias	114
9.10. Infraestrutura de Segurança	114
9.11. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes e Discentes.....	114
9.12 Recursos Audiovisuais e Multimídia.....	115
9.13 Existência de Rede de Comunicação Científica (Internet)	115
9.14 Serviços.....	115
A) Manutenção e Conservação das Instalações Físicas.....	115
B) Manutenção e Conservação dos Equipamentos.....	115

9.15 Biblioteca.....	116
9.15.1 Espaço Físico e Instalações.....	116
9.16 Acervo.....	116
A) Livros.....	116
B) Periódicos.....	116
C) Informatização.....	117
D) Base De Dados.....	117
E) Multimídia.....	117
F) Jornais e Revistas.....	117
G) Política de Aquisição, Expansão e Atualização.....	117
9.17 Serviços.....	117
A) Horário de Funcionamento.....	118
B) Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.....	119
C) Catalogação.....	119
D) Suporte aos Usuários.....	119
E) Competências dos Funcionários da Biblioteca.....	119
X - Aspectos Financeiros e Orçamentários.....	120
10.1. Recursos Humanos.....	121
10.2. Recursos Financeiros.....	121
10.3. Recursos Materiais.....	121
10.4. Recursos Patrimoniais.....	122
10.5. Planejamento Econômico-Financeiro.....	122
10.6. Planejamento Econômico-Financeiro Do Processo De Implantação Dos Cursos.....	122
10.6.1. Composição da Receita.....	122
10.6.2. Estratégia de Gestão.....	124
Ações Específicas:.....	124
Xi - Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional.....	125
11. Objetivos.....	125
11.1. Metodologia de Aplicação do PDI/PPI.....	126
11.2. Avaliação Institucional.....	127
Meta:.....	127
Ações Específicas:.....	127
11.3. Introdução - CPA.....	128
11.4. Concepção.....	128
11.5. Princípios.....	129
11.6. Justificativa da Proposta.....	129
11.7. Objetivos Gerais.....	130
11.8. Objetivos Específicos.....	131
11.9. Organização e Gestão da CPA.....	132
11.10. Regulamento da Comissão Própria de Auto Avaliação (CPA).....	132
11.11. Cronograma da CPA.....	132
11.12. Metodologia e Instrumentos.....	133
11.13. Estratégias.....	135
11.14. Dimensões Avaliadas.....	136
11.15. RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	138
11.16. Tomada de Decisão.....	138

11.17. Meta-Avaliação.....	138
11.18. Relatórios.....	138
11.19. Considerações Finais da CPA.....	139
Xii – Cronograma de Avaliação do PDI/PPI	140
Xiii - Cronograma Geral de Desenvolvimento da IES	141
Xiv - Considerações Finais	142



As informações obtidas a partir do estudo dos sistemas naturais e a sua integração numa visão transdisciplinar e coerente do mundo poderiam determinar uma transformação, urgente e necessária, da nossa atitude diante do real. Deste modo, poderá começar uma nova era do conhecimento, era na qual o estudo do universo e do homem se sustentarão um ao outro.

FACCO
FACULDADE ORTODOXA

Balsara Nicolescu

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

- Nome: Instituto de Ensino Superior Ortodoxo
- CNPJ/MF: 07.460.071/0001-16
- Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado – Sem fins lucrativos
- Código EMEC: 13198
- Endereço: Avenida Curitiba, s/n
- Bairro: Jardim Vitoria
- Município: Guarantã do Norte
- Estado: Mato Grosso - MT
- CEP: 78520-000
- Fone: (66) 35521740
- E-mail: dr.valdivan@hotmail.com

1.2. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES

- Nome: Faculdade Ortodoxa
- Sigla: FACO
- Código MEC: 10251
- Endereço: Rua Amazonas, Quadra 05 – s/n
- Bairro: Jardim Araguaia
- Município: Guarantã do Norte
- Estado: Mato Grosso - MT
- CEP: 78520-000
- Fone: (66) 35521720
- E-mail: dr.valdivan@hotmail.com
- Ato de Credenciamento da IES: Portaria Ministerial nº. 795 de 07/08/2015, publicada no D.O.U. em 10/08/2015.

1.3. BASES LEGAIS DO PDI

- Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005;
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação;
- PNE – Plano Nacional de Educação;
- Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006;
- Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007;
- Resolução CNE/CES nº. 02, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);
- Informações acadêmicas (Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010);
- Disciplina de Libras (Dec. Nº5.626/2005);
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho 2004 junho de 2004);
- Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 01, de 17/06/2010;
- Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012);
- Política de Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 08, de 06/03/2012, CNE/CP nº 1, de 30/05/2012);
- Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013;
- Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861/2004;
- Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria Nº 1.132, de 02 de dezembro de 2009;
- Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto nº 7.746, de 05/06 /2012 e na Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012.

Ressalte-se que estudos e ações do NDE pautaram-se pelo disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde se lê em seu Art. 205, *in fine*, que a educação visa “[...] ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e que, dentre outros princípios, o ensino será ministrado com base no “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...]” (Art. 206, III), visando-se sempre a garantia de padrão de qualidade (Art. 206, VII).

1.4. ÍNDICES DA IES

- Índice Geral de Cursos - IGC = S/C
- Índice Geral de Cursos – IGC Contínuo = S/C
- Conceito Institucional - CI = 03/2013
- Conceito de Curso – CC = 03/2013

II - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Faculdade Ortodoxa, com limite territorial de atuação na Cidade de Guarantã do Norte, Estado do Mato Grosso, credenciada pela Portaria Ministerial Nº. 795 de 07/08/2015 e publicada no D.O.U. em 10/08/2015 é um estabelecimento isolado e particular de ensino superior mantida pelo Instituto de Ensino Superior Ortodoxo, com sede e foro na cidade de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, e com seu Estatuto Social registrado na mesma cidade.

O Projeto Institucional da Instituição de Ensino Superior – IES concretiza-se através de uma Política Acadêmica Institucional moderna, que tem como dimensão ética a construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil. Dessa forma, apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018 a 2022) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI como parte do processo de institucionalização que visa ordenar sua existência, seguindo diretrizes que orientam o seu desenvolvimento e consolidam sua proposta de Faculdade diferenciada, que prioriza a qualidade acadêmica em todos os níveis.

Estamos seguros de que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI concomitante com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI é um sólido indicativo de que a IES vive, mesmo, um momento privilegiado por conseguir desenvolver seus projetos numa conjuntura concreta. No período em que a educação, em particular, atravessa uma fase dramática da sua história e exige das instituições de ensino o máximo de criatividade e sólido compromisso, a IES renova sua fé no trabalho e no progresso do Brasil.

O PDI/PPI - FACO busca orientar o movimento político - administrativo da Instituição e é o resultado de um processo que tem como sujeitos a comunidade acadêmica, os fundadores e outros diversos membros engajados. Nosso Plano propõe um sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade. Constitui-se numa peça normativa das práticas acadêmico-administrativas que devem orientar outras peças existentes, como seu Regimento, Projeto Político Pedagógico e Planejamento Estratégico.

O desenvolvimento da IES que deve ser compreendido no Plano de Desenvolvimento Institucional, com suas categorias, constituirá o norte do movimento político-administrativo até que os agentes históricos produzam novas condições para novas mudanças.

Assim, a realização da IES parte de uma realidade objetiva das Faculdades de natureza particular, com espírito público que é o seu concreto. Desenvolve-se sustentada em discussões internas, decorrentes de posições plurais de seus agentes, tendo como conteúdo a indissociação do ensino, pesquisa e extensão, contextualizada na realidade profissional. E a sua eficiência deve ser balizada na capacidade de dar respostas às necessidades de sua comunidade, seja no âmbito conjuntural, seja no estrutural, segundo a ética que a orienta.

Enfim, como Planos de uma Instituição Educacional atual, direcionaremos nossos esforços na consecução de valores que caracterizam o cidadão de sua comunidade, tais como o de liberdade, igualdade, justiça social, solidariedade, a serem concretizados na vivência da herança cultural.

São tais valores que nortearão o trabalho da IES e a formação de cidadãos conscientes de sua transitoriedade, bem como das necessidades de educação contínua numa sociedade livre, justa e fraterna.

O PDI/PPI se empenharão, na expansão de uma nova relação entre o progresso social e o exercício da cidadania, como sendo um dos fatores que podem contribuir para consolidar os valores democráticos. Isto fica patente com a assunção de algumas metas que são próprias do ideário da Faculdade Ortodoxa:

- O atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade moral;
- A conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;
- A identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção de desenvolvimento sustentável do País.

2.1. MANTENEDORA

Constituída a entidade mantenedora os associados e outros membros do grupo já tinham em mãos esboço do projeto da Faculdade Ortodoxa, fruto da experiência de cada um e de todos, previamente discutido e devidamente maturado.

- Nome: Instituto de Ensino Superior Ortodoxo
- CNPJ/MF: 07.460.071/0001-16
- Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado – Sem fins Lucrativos

2.2. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Novos Desafios

Neste novo milênio, em sintonia com as metas a que se propõe o Brasil, a IES lança-se a novos desafios. Com o país no limiar da retomada do desenvolvimento, é crescente a demanda por excelência em educação e aprimoramento dos modelos de gestão.

Oferta de Excelência

Aliando a qualidade acadêmica e experiência acadêmica de seu corpo docente ao sólido conhecimento das dinâmicas e práticas do mercado, a IES conceberá uma oferta diversificada para as necessidades e expectativas tanto da área pública quanto de entidades privadas e seus profissionais. A plêiade de produtos e serviços, abrangendo programas de cursos, consultoria e bens de informação, entre outras linhas de atuação, atenderá à demanda da sociedade brasileira.

Oferta de Cursos e Programas:

Bacharelado em Engenharia Civil

Nº de vagas totais anuais – 80 (oitenta)

Dimensões das turmas – 40 (quarenta)

Turno de funcionamento – Noturno

Portaria MEC de Autorização nº 584 de 17/08/2015 publicada no D.O.U. em 18/08/2015

2.3. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

- Nome: Francicleia Almeida da Silva
- CPF: 039.904.751-42
- Cargo: Diretora Presidente
- Nacionalidade: Brasileira

2.4. DIRIGENTES PRINCIPAIS DA IES

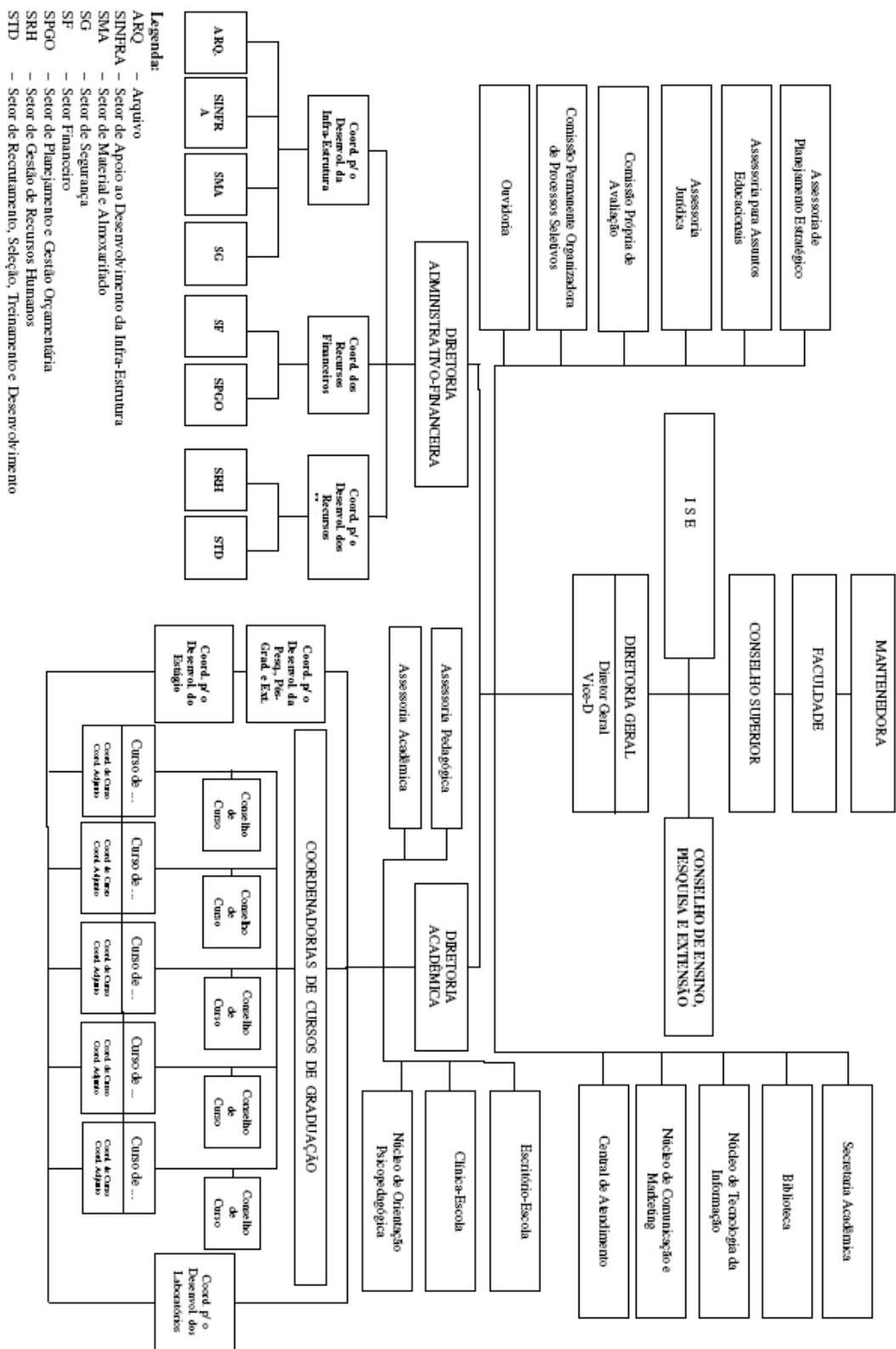
- Nome: Francicleia Almeida da Silva
- CPF: 039.904.751-42
- Cargo: Diretor Geral
- Nacionalidade: Brasileiro

- Nome: Valdinei Leonardo dos Santos
- CPF: 104.824.521-54
- Cargo: Diretor Administrativo/Financeiro
- Nacionalidade: Brasileiro

- Nome: Valdivan Leonardo dos Santos
 - CPF: 915.077.901-04
 - Cargo: Diretor Acadêmico
 - Nacionalidade: Brasileiro
-
- Nome: Renato Wagner de Souza
 - CPF: 187.525.638-55
 - Cargo: Diretor de Relações Institucionais
 - Nacionalidade: Brasileiro



2.5. ORGANOGRAMA DA IES



Legenda:
 ARO – Arquivo
 SINFR A – Setor de Apoio ao Desenvolvimento da Infra-Estrutura
 SMA – Setor de Material e Almoxarifado
 SG – Setor de Segurança
 SF – Setor Financeiro
 SPGO – Setor de Planejamento e Gestão Organizativa
 SRH – Setor de Gestão de Recursos Humanos
 STD – Setor de Recrutamento, Seleção, Treinamento e Desenvolvimento

III - MISSÃO DA IES

A Faculdade Ortodoxa possui como Missão: *“Desenvolver, difundir e preservar o conhecimento e a cultura pelo ensino, pesquisa e extensão buscando permanentemente a excelência no atendimento das necessidades de formação de profissionais qualificados e empreendedores nas diversas áreas do conhecimento, bem como no desenvolvimento local e regional”.*

Parte do princípio de que o profissional do futuro deverá considerar as necessidades da população pensada na sua totalidade e não apenas em termos de grupos privilegiados ou dominantes. Considera, ainda, imprescindível levar em conta as tendências da realidade socioeconômica e cultural do país e a criação de um sistema de valores, suficientemente abrangente e culturalmente significativo, capaz de orientar a ação do futuro profissional, por meio de uma ética profissional consistente, embasada em princípios de respeito ao próximo e de respeito a si mesmo.

3.1. FINALIDADE INSTITUCIONAL

A finalidade de nossa Instituição de Educação em Ensino Superior é estimular a criação cultural e o desenvolvimento do profissional, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades.

A educação do cidadão de forma continuada, verticalizando-se com a aquisição de complexas competências, são fundamentais para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a agilidade e a qualidade na formação de graduados, ligados diretamente ao mundo do trabalho, viabilizarão o aporte de talentos humanos necessários à competitividade, ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades de novos empreendimentos.

Os Cursos Superiores surgem como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira. Criando condições para quebrar as amarras que os burocratizavam, flexibilizando-os e possibilitando a sua contínua adequação às tendências contemporâneas de construção de itinerários de profissionalização e de trajetórias formativas e de atualização permanente, em consonância com a realidade laboral dos novos tempos.

A Faculdade Ortodoxa possui os seguintes fins ideais:

- Contribuir para a formação de pessoas nas diferentes áreas de conhecimento profissional, aptos para a inserção em setores e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Incentivar o trabalho de pesquisa científica, visando ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, da criação e difusão da cultura;

- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Possibilitar o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.
- Promover, no exercício de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento harmônico e integrado de sua comunidade, com vista ao bem-estar social, econômico, político e espiritual do homem;
- Preservar os valores éticos, morais, cívicos contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem estar do homem;
- Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem.

Essa concepção aponta para uma educação em processo contínuo e autônomo, fundamentada no desenvolvimento de competências exigíveis ao longo da vida profissional das pessoas. Estabelecendo padrão no desenvolvimento de um processo pedagógico que garanta uma formação básica sólida, com espaços amplos e permanentes de ajustamento às rápidas transformações sociais geradas pelo desenvolvimento do conhecimento, das ciências e da tecnologia.

Em suma, os projetos políticos pedagógicos dos cursos da IES caminham para a criatividade e a inovação, condições básicas para atendimento das diferentes vocações e para o desenvolvimento de competências para atuação social e profissional em um mundo exigente. Assim, consoante com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os princípios definidos pela reforma da Educação, os currículos dos Cursos Superiores da Faculdade Ortodoxa serão estruturados em função das competências a serem adquiridas e serem elaborados a partir das necessidades oriundas do mundo moderno. O objetivo é o de capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação) e na difusão de conhecimento, na gestão de processos e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo atual.

3.2. PRINCÍPIOS E VALORES DA IES

Desenvolvimento Humano:

- Respeito e valorização do ser humano;
- Foco nas pessoas e na qualidade de vida;
- Condições adequadas de higiene e segurança do trabalho;
- Desenvolvimento dos Talentos Humanos;
- Solidariedade.

Eficiência, Eficácia e Efetividade:

- Delegação coordenada;
- Geração de valor;
- Simplificação e Gestão integrada de processos;
- Aperfeiçoamento contínuo;
- Atitude proativa;
- Meritocracia;
- Sustentabilidade;
- Institucional;
- Planejamento sistêmico;
- Foco nos propósitos e objetivos;
- Foco nos resultados e na qualidade;
- Defesa dos princípios e valores;
- Formação de lideranças para governança.

Cooperação e Integração:

- Valorização do trabalho em equipe;
- Gestão participativa;
- Liderança integradora;
- Alinhamento e convergência de ações.

Integração Ensino, pesquisa e Extensão:

- Interdisciplinaridade;
- Aplicabilidade dos estudos;
- Educação superior inclusiva.

Transformação Social:

- Promoção do desenvolvimento regional;
- Foco na missão e visão institucional;
- Permanente atuação nas políticas estratégicas do Estado;
- Defesa dos direitos humanos;
- Defesa da diversidade étnica, cultural e da biodiversidade;
- Proatividade frente aos anseios da sociedade.

Transparência e Moralidade:

- Inovação, monitoramento e avaliação permanentes;
- Responsabilidade Social;
- Visibilidade da produção;
- Coerência nas atitudes e práticas;
- Zelo pela imagem e patrimônio;
- Compartilhamento de informações e conhecimento;
- Garantia do interesse coletivo.

Com o objetivo de produzir e transmitir conhecimentos e experiências destinados a propiciar ao ser humano a construção do seu projeto de vida, que lhe dê acesso, segundo suas necessidades, aos bens e serviços que a civilização oferece. E, também, assegurar-lhe a participação na construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais cooperativa e mais pluralista.

Esta instituição de ensino superior possui a convicção profunda de que atualmente é mais importante formar do que transmitir conhecimentos porque a sociedade de hoje nos pede profissionais polivalentes e com a clara consciência de que terá que se adaptar a quaisquer circunstâncias e atividades diferentes.

A IES está empenhada no desenvolvimento de suas funções com ações voltadas para a transdisciplinaridade. Não se limitará a considerar a ciência e a tecnologia, mas refletirá sobre os seus usos, possibilidades e limites.

Considera, ainda, imprescindível levar em conta as tendências da realidade socioeconômica e cultural do país e a criação de um sistema de valores, suficientemente abrangente e culturalmente significativo, capaz de orientar a ação do futuro profissional, por meio de uma ética profissional consistente, embasada em princípios de respeito ao próximo e de respeito a si mesmo.

A LDB/96, incorporando o estatuto da convivência democrática, estabelece que o processo de elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico é essencial para a concretização da autonomia da escola. O processo deve ser democrático. Assim, nossa proposta pedagógica é a “marca registrada” da escola, que configura sua identidade e o seu diferencial.

3.3. OBJETIVOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

Os princípios organizacionais são balizamentos para o processo decisório e para o comportamento da organização no cumprimento de sua missão. Já os valores são preceitos essenciais e permanentes de uma organização. Como um pequeno conjunto de princípios de orientação perenes, não requer nenhuma justificativa externa: têm valor e importância intrínsecos e são importantes para aqueles que fazem parte da organização.

3.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA INSTITUIÇÃO

São objetivos específicos da IES:

- a. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico-tecnológico do pensamento reflexivo do futuro profissional.
- b. Formar cidadãos/profissionais, em cursos e programas de nível superior.
- c. Estimular e apoiar práticas investigativas, desenvolvidas por professores e alunos, estes, sob a supervisão docente.
- d. Estender à comunidade social cursos e programas, a partir do ensino e da pesquisa desenvolvidos no âmbito da faculdade.
- e. Promover intercâmbio e cooperação com instituições de ensino dos diversos graus, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia.
- f. Participar no processo de desenvolvimento socioeconômico regional, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços, em assuntos relativos aos diversos campos do saber em que atuar.
- g. Promover cursos de pós-graduação, de atualização, de extensão e de treinamento profissional, a fim de atender aos reclamos da sociedade em que está inserida.
- h. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- i. Orientar as práticas investigativas e a extensão como suporte qualitativo ao ensino de graduação.
- j. Desenvolver competências gerenciais orientadas para resultados, a fim de aperfeiçoar processos e fluxos de trabalho.
- k. Desenvolver competências profissionais tecnológicas para a gestão de processos de produção de bens e serviços;

- l. Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- m. Cultivar o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a capacidade empreendedora e a compreensão do processo, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico;
- n. Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, a criação artística e cultural e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- o. Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- p. Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

3.5. METAS INSTITUCIONAIS

Recredenciar a IES, autorizar e reconhecer todos os cursos Superiores de Graduação propostos conforme cronograma estabelecido no item Cursos Pretendidos - PDI, com o conceito mínimo (04 quatro), até 2019.

Todas as ações Propostas serão desenvolvidas no período entre 2018 e 2022.

3.6. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Para o cumprimento dessa meta, em harmonia com sua missão e objetivos institucionais, a Faculdade Ortodoxa, adotará as seguintes ações institucionais, a serem detalhadas em cada função acadêmica específica implementada pelas coordenadorias de cursos, sob a supervisão da Diretoria, com avaliação periódica:

Promover a melhoria contínua dos cursos oferecidos à comunidade, mediante:

- a. Seleção de professores privilegiando a formação pós-graduada, da mais elevada para o menor nível (doutorado-mestrado-especialização), aliada à experiência docente, à experiência profissional no campo da disciplina e à produção intelectual e científica.
- b. Capacitação docente permanente,
- c. Implementação do plano de carreira docente, para retenção dos professores inovadores, criadores e participativos.
- d. Atualização periódica dos projetos pedagógicos dos cursos e das metodologias de avaliação e de ensino/aprendizagem.
- e. Atualização e ampliação contínua do acervo bibliográfico e das bases de dados.

- f. Investimento em tecnologia da informação, com ampliação para uso sistemático das redes, especialmente a Internet.
- g. Atualização tecnológica dos equipamentos e programas de informática e da tecnologia educacional.
- h. Ampliação e melhoria progressiva da infraestrutura física e operacional.
- i. Implementar cursos de pós-graduação, em nível de especialização, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino de graduação.

Estimular e apoiar as práticas investigativas, mediante:

- a. Treinamento de docentes e discentes.
- b. Inclusão de professores-pesquisadores em regimento de Tempo Integral.
- c. Implementação do plano de iniciação científica, com a concessão de bolsas a alunos vocacionados para essa função.
- d. Busca de fontes alternativas de financiamento para a pesquisa e a iniciação científica.

Promover a extensão, sob a forma de cursos e serviços, mediante:

- a. Designação de professores para essas funções, especialmente para a orientação aos discentes.
- b. Treinamento discente.
- c. Implementação do programa de monitoria.
- d. Busca de fontes de financiamento para o desenvolvimento dessa função, especialmente, a assinatura de convênios ou contratos com empresas da região ou com órgãos públicos (estaduais e/ou municipais).

Promover a capacitação contínua dos gestores educacionais, mediante:

- a. Oferta de cursos e programas de pós-graduação, com ênfase para os voltados para as funções administrativas, registro e controle acadêmicos, legislação educacional, organização e planejamento de ensino (projetos pedagógicos), sistemas de informação e relações interpessoais.
- b. Realização de seminários, painéis, simpósios e eventos similares, com a participação dos gestores da Faculdade, em todos os níveis hierárquicos, para troca de experiências e abordagens de problemas e soluções para o desenvolvimento das funções gerenciais.
- c. Institucionalização da avaliação, como instrumento de gestão, na busca da melhoria contínua dos serviços educacionais prestados pela Faculdade.

3.7. DIMENSÕES

Tendo em vista o referencial teórico do projeto acadêmico da Instituição, em seus enfoques contextual, conceitual e operacional, e a concepção de Graduação resumidamente aqui indicada, destacam-se alguns de seus princípios norteadores:

- Do geral para o particular: facilitando ao acadêmico ter sempre uma visão global do curso e da profissão, norteando seus passos e situando-o adequadamente em cada pormenor de sua formação;
- Do concreto para o abstrato: situando a teoria numa perspectiva de realidade concreta, de forma que o acadêmico realize sua análise e elabore sua síntese, ou seja, sua visão abstrata;
- Do sensível para o racional: elucidando que Educação é arte e arte é forma de conhecimento, já que “nada existe no intelecto que antes não tenha passado pelos sentidos” ;
- Do empírico para o científico: orientando o acadêmico a construir sua formação teórico-científica de educador especialista, a partir de suas experiências pessoais anteriores;
- Do lúdico para o formalizado: facilitando ao acadêmico obter condições de formalizar conhecimentos a partir de um ambiente harmonioso com liberdade para criar, de diálogo intersubjetivo, de consenso compartilhado;
- Do qualitativo para o quantitativo: desenvolvendo no acadêmico uma percepção ajuizada para reconhecer a natureza do fenômeno estudado, captando suas qualidades, suas relações internas e externas para depois partir, então, para a quantificação;
- Do desempenho para a competência: associando teoria e prática, de forma que nosso diploma fornecido possa “realmente” traduzir-se em competência profissional.

3.8. ARTICULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI E PDI

A Faculdade Ortodoxa demonstrar claramente articulação entre projetos, através das seguintes atividades:

- Formar Bacharéis.
- Ser reconhecida como uma instituição de elevado padrão de excelência no desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa nas áreas de sua competência.
- Procurar atender as demandas de profissionais decorrentes das transformações ocorridas nos cenários nacional e internacional, em atendimento às necessidades crescentes, diversificadas e exigentes das organizações.

- Promover um esforço contínuo de inovação e aprimoramento de suas atividades no sentido de obter saltos qualitativos, com ênfase em novas tecnologias e formas alternativas de ensino, que permitam a construção de um processo de aprendizado dinâmico e estruturado.
- Adotar um estilo altamente profissional no gerenciamento de suas atividades, com objetivo de promover ações que contribuam de maneira significativa para a consecução dos objetivos da IES.

A Faculdade Ortodoxa visa à formação de um profissional que tenha uma visão sistêmica de seu campo de atuação, com formação generalista e conhecimento eclético, que permita sua rápida adaptação às condições impostas pelo mercado; que possua espírito empreendedor, capaz de vislumbrar novas oportunidades ou nichos ainda não explorados. Ser referência na qualidade do ensino, da extensão e da pesquisa, promovendo formação integral do cidadão e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Para realização destes, a Instituição deve:

- Centrar seus interesses no aluno;
- Oferecer formação continuada;
- Incentivar a extensão, a pós-graduação e a pesquisa;
- Promover a excelência e a qualidade de seus serviços.

A Instituição ao implantar os Cursos Superiores tem como atividade precípua:

- Desenvolver e disseminar conhecimentos, no âmbito das organizações privadas e públicas, que possibilitem o pleno desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e sustentável.
- Aprimorar a excelência na qualidade de ensino, produção científica e pesquisa acadêmica de forma a estabelecer um referencial comparável às melhores instituições semelhantes do País.
- Contribuir, efetivamente, com o esforço de modernização que vem sendo perseguido pelo país, através da preparação de pessoal especializado, indispensável ao desenvolvimento harmônico e eficiente.

3.9. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Para a Faculdade Ortodoxa, a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir a sua própria formação intelectual e profissional. Nessa linha filosófica, seus cursos terão uma orientação de permanente estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita.

Do ponto de vista institucional, essa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com sua própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão responsável.

Esta forma de pensar exige a incorporação de uma nova pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Assim, compreender criticamente a educação implica em reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade; implica ainda, entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos, ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A pedagogia que se inspira nessa concepção de educação, sem desconsiderar os condicionantes de ordem política e econômica, interessada em introduzir, no trabalho docente, elementos de mudanças que garantam a qualidade pretendida para o ensino, é coerente com esse pressuposto, e busca garantir, ao aluno, o acesso ao conhecimento socialmente acumulado.

O processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o aluno estabelece na interação com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados.

A compreensão acerca do processo de elaboração do conhecimento obriga à superação da abordagem comportamentalista da aprendizagem. Consequentemente, os métodos de ensino passam a fundamentar-se nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegia a atividade e iniciativa dos discentes.

Os métodos utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos, favorecem a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas sobretudo, ao aprender a aprender.

Assim, a política de ensino da Faculdade Ortodoxa fundamenta-se em um processo de educação que permita a formação e o desenvolvimento de profissionais capacitados para atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para diagnosticar, desenvolver e implementar mudanças que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma geral, e, em particular, a Região Guarantã do Norte e Região.

São princípios subjacentes a essa política:

- Formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;
- Preocupação com o atendimento das necessidades da sociedade e da Região de Guarantã do Norte no que tange à oferta de cursos e programas para a formação e qualificação profissional;
- Preocupação com os valores e princípios éticos;
- Flexibilização dos currículos, de maneira a proporcionar à discente certa autonomia na sua formação acadêmica;
- Monitoramento e atualização permanente dos projetos pedagógicos, sempre considerando as Diretrizes Curriculares e as demandas da Região;

3.10. POLÍTICA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

As políticas de Pós-graduação estão consubstanciadas em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade no ensino e na educação continuada, na pesquisa, na capacitação de corpo docente e na qualificação de cursos. O estabelecimento das políticas de pós-graduação partiu de pressupostos básicos que norteiam as ações e o diagnóstico da situação da pós-graduação da IES.

A Política de Ensino de Pós-graduação (*Lato Sensu*) da IES se define através das seguintes diretrizes:

- Desenvolvimento da pós-graduação, entendida como instrumento de preparação de pesquisadores, capazes de explicitar, em sua ação acadêmica, a indissociabilidade ensino, extensão e produção científica institucionalizada;
- Efetivação de ações articuladas e parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa nacionais, visando à cooperação científica acadêmica, técnica e financeira, necessárias à qualificação dos programas interinstitucionais de pós-graduação *Lato Sensu*;
- Oferta dos cursos de pós-graduação definida a partir das carências pedagógicas e técnicas do corpo docente e técnico-administrativo da IES, especialmente quando desenvolvidos através de cursos de aperfeiçoamento e de especialização;
- Sensibilização aos egressos dos cursos de pós-graduação sobre a necessidade de seu próprio aperfeiçoamento e comprometimento com o desenvolvimento da Região de Guarantã do Norte, tornando-os aptos à promoção da pesquisa institucionalizada e do trabalho com a comunidade regional e nacional;
- Acompanhamento, controle e avaliação permanentes dos programas de pós-graduação; e
- Melhoria da qualidade da gestão do ensino de pós-graduação.

Também, é importante destacar que as políticas de pós-graduação devem perseguir a integração da graduação com a pós-graduação tendo em vista que este é um ponto de fundamental relevância para o desenvolvimento da educação em nível superior da IES.

3.11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA

De acordo com o seu Regimento, a Faculdade Ortodoxa tem como princípio incentivar a pesquisa em todas as áreas de atuação dos seus cursos por meio:

- Concessão de bolsas em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;
- Concessão de auxílio para execução de projetos específicos;
- Oferta de oportunidades de frequência a cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras;
- Realização de convênios com instituições nacionais e estrangeiras, visando a programas de investigação científica;
- Intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre os professores e o desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa;
- Divulgação dos resultados das pesquisas realizadas;
- Promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos, bem como participação em iniciativas semelhantes de outras instituições.

A política de pesquisa proposta pela IES baseia-se na visão de que a pesquisa e a investigação científica não são somente instrumentos de apoio ao ensino, mas principalmente a forma mais importante de criação e desenvolvimento da ciência e do conhecimento. Assim, a Faculdade Ortodoxa admite que a pesquisa e a investigação científica sejam o mais importante instrumento pedagógico.

Nesse sentido, entende que os projetos de iniciação científica são essenciais na formação do aluno, despertando e aprimorando nos discentes a capacidade de diagnosticar e aprimorar os problemas enfrentados no dia-a-dia. Dentro dessa perspectiva, a IES se propõe a incentivar a investigação científica através de diversos mecanismos institucionais. Dentre esses mecanismos encontram-se a alocação de carga horária dos docentes para este fim. Ademais, a Instituição apoiará a participação e apresentação da produção científica e de seus resultados de alunos e professores em eventos científicos. A Instituição também subsidiará a viabilização da execução de projetos de pesquisa apresentados pelos docentes.

As bolsas de iniciação científica a serem oferecidas pela IES também se configuram como incentivo à pesquisa. Além das bolsas disponibilizadas pela Instituição, os discentes também poderão ser agraciados com as bolsas oferecidas por órgãos de fomento que venham a firmar convênio com a IES.

3.12. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO

Para a Faculdade Ortodoxa, a atividade de Extensão é uma maneira de aproximar a Instituição e a sociedade de uma forma integrada. A Instituição através da Extensão aplica os conhecimentos adquiridos a partir do ensino e da pesquisa, transferindo-os para a sociedade na medida de suas necessidades. Assim, a apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irão orientar a produção e o desenvolvimento de novas pesquisas. Esse processo recíproco é importante para ambas as partes e caracteriza uma relação dinâmica entre a IES e o seu meio social.

Dentro dessa perspectiva, a Faculdade Ortodoxa conduzirá sua política de extensão para:

- A integração teoria e prática, a fim de preparar os alunos para a aplicação dos conhecimentos adquiridos por meio do ensino e da pesquisa;
- A participação dos alunos em projetos desenvolvidos para o curso;
- A valorização da participação dos discentes nas atividades relacionadas à extensão;
- A condução e estabelecimento de ações voltadas à responsabilidade social.

Os programas de extensão, articulados com o ensino e pesquisa, serão desenvolvidos sob a forma de atividades permanentes em projetos. Os serviços serão realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- Participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica; e
- Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

3.13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.

Considerando a cidadania entendida como a prática do direito ao acesso aos mesmos bens e serviços comuns a todos os cidadãos.

Considerando o espaço para desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, religiosas, dentre outras, exige exercício diário moldado pela ética nas relações sociais.

Considerando as desigualdades e discriminações para com a população negra é herança cultural do tempo do Brasil colônia, a qual precisa ser definitivamente superada, partindo de ponto comum de formação social coletivo: a escola.

Por isso, a função mediadora do Estado, implica o estabelecimento de sistemas de ensino democrático que promovam o livre acesso de todos os seus cidadãos, prioritariamente, das classes economicamente desfavorecidas ou historicamente marginalizadas. Observando a diversidade social, étnico-racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretou as determinações da Lei no. 10.639/2003 que introduziu, na Lei no. 9.394/19 96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e determinou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana e indígena na matriz curricular do ensino no Brasil. Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do Parecer CNE/CP no. 03/2004 e da respectiva Resolução CNE/CP no. 01/2004 estabelecem a educação com foco nas relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus.

Nesse contexto, os Projetos Pedagógicos dos Cursos da IES incluem em seus conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares que ministram o estímulo a reflexão sobre as relações étnico-raciais. Com esta estratégia se entende que as questões inerentes a essa temática poderão ser enriquecidas de modo interdisciplinar de modo que se possa contribuir com a formação de cidadãos com posturas transformadas em nível social, promovendo a valorização e práticas éticas e solidárias. No processo de ensino-aprendizagem a abordagem de temas relacionados às relações étnico-raciais favorece a superação de conceitos arraigados pelo empirismo: ditos populares, charges, etc., ou fomentados por radicalismos: religiosos, de gênero, de procedência, uma vez que através da:

[...] educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público.

Para que a sociedade consolide essas premissas há necessidade do despertar da “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações”. (Constituição Federal, 1988)

A formação social brasileira tem origem em diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos. Essa diversidade na matriz genealógica permitiu o multiculturalismo, e este fomentou uma cultura multicolor com traços físicos e místicos próprios. Aprender essa complexidade é ponto fundamental para uma cultura de tolerância, respeito e paz. Por isso, a Resolução CNE/CP nº. 01/2004 atua no sentido de promover, valorizar a identidade, cultura e história dos afro-brasileiros, a partir da garantia do reconhecimento e da igualdade entre as raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

O desenvolvimento da proposta curricular para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do Curso visa articular a Educação nas Relações Étnico-Raciais em disciplina específica, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados na Resolução nº. 01/2004 e no Parecer CNE/CP 03/2004, estabelecendo adequações aos programas de ensino e seus conteúdos em diferentes disciplinas dos Cursos e atividades complementares.

O Programa será desenvolvido a partir do trabalho conjunto com os coordenadores e professores, planejando projetos interdisciplinares voltados para a compreensão da complexidade das Relações étnico-Raciais e atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

Além do desenvolvimento do objeto de estudo na articulação e planejamento das disciplinas dos vários semestres no curso, também serão abordados através de assessoria direta do professor responsável, com possibilidades de atuação conjunta frente ao grupo de alunos, rompendo com a forma tradicional de trabalho docente para um trabalho cooperativo e comprometido com a função social do ensino, pesquisa e extensão.

3.14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 E DECRETO Nº 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002)

A IES, como instituição de investigação e centro de educação técnica e superior, tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional. Deve também propiciar aos profissionais educadores, fundamentos teórico-práticos indispensáveis para compreender, analisar, refletir e reorientar seu fazer profissional numa perspectiva ambiental.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a IES oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas dos currículos e contextualizados com a realidade da comunidade, a IES ajuda o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

A Faculdade Ortodoxa guiada pela sua missão institucional busca responder positivamente à construção de uma consciência ambiental que promova “aquisição de valores, competências e habilidades que lhe permitam o exercício da cidadania com melhores condições de empregabilidade, tendo como eixo norteador a busca de um modelo de desenvolvimento sustentável”.

Nesse contexto, a IES em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Projetos Pedagógicos de Cursos, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- Como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Nesse sentido, a Faculdade Ortodoxa realizará ações de ensino e extensão, assumindo o compromisso ético com a premissa ambiental.

3.15. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, CNE/CP N° 01, de 30/05/2012)

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005), ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras. No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros. Na pesquisa, as demandas de estudos na área dos direitos humanos requerem uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Na extensão a inclusão dos direitos humanos enfatizou o compromisso das universidades com a promoção dos direitos humanos. A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

A contribuição da educação superior na área da educação em direitos humanos implica a consideração dos seguintes princípios:

a) a universidade, como criadora e disseminadora de conhecimento, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania;

b) os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias, de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos;

c) o princípio básico norteador da educação em direitos humanos como prática permanente, contínua e global, deve estar voltado para a transformação da sociedade, com vistas à difusão de valores democráticos e republicanos, ao fortalecimento da esfera pública e à construção de projetos coletivos;

d) a educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético-político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior;

e) as atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros;

f) a construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser feita articulando as diferentes áreas do conhecimento, os setores de pesquisa e extensão, os programas de graduação, de pós-graduação e outros;

g) o compromisso com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação;

h) a participação das IES na formação de agentes sociais de educação em direitos humanos e na avaliação do processo de implementação do PNEDH

Os Direitos Humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos.

O tema dos Direitos Humanos transcende a concepção de igualdade e traz a discussão do reconhecimento das diferenças e da luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação.

A IES entende que uma educação de qualidade, que valoriza a formação integral do ser humano, permite a emancipação e o resgate da cidadania, bem como os direitos humanos que devem ser respeitados pelo Estado e todos os cidadãos. É pela educação que superamos as desigualdades sociais.

Nesse contexto, a IES em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Projetos Pedagógicos de Cursos, realiza a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos seus currículos da seguinte forma:

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- Como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade;
- Sendo componente curricular obrigatório para os cursos de formação de professores.

Além de o assunto estar incluso na organização dos currículos, o tema é abordado a partir de metodologias ativas, participativas, de diferentes linguagens. Sendo a educação um processo contínuo e permanente, a Faculdade Ortodoxa entende que ela não se limita apenas aos conhecimentos transmitidos pelos componentes curriculares. Os estudos dos Direitos Humanos e a formação de valores como respeito, cidadania, ética, a preocupação com o meio ambiente, a diversidade são adquiridos também através das diversas relações sociais. Por isso, em suas ações de extensão, a IES, desenvolve atividades voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

3.16. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012).

A Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo os autistas, oficialmente, como pessoas com deficiência, assegurando o direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, as de educação. O Transtorno do Espectro Autista aparece, geralmente, nos três primeiros anos de vida, comprometendo as habilidades de comunicação e interação social. O Transtorno do Espectro Autista é definido pela presença de déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos. Este transtorno faz parte do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V).

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e de altas habilidades/superdotação. A educação especial atende às especificidades dos alunos com deficiência e orienta a organização de redes de apoio a formação continuada, a identificação de recursos, aos serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Os alunos com transtornos globais de desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sócias recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo, incluindo-se nesse grupo os alunos com autismo.

Na Faculdade Ortodoxa ao se inscrever, o candidato assinala que possui algum tipo de deficiência. E, durante a realização do vestibular, o candidato tem à sua disposição serviços como salas especiais, acesso às salas de aula, professor leitor, provas ampliadas e prorrogação para o término da prova. Entre as ações desenvolvidas destacam-se:

- Suporte pedagógico ao professor, quando necessário;
- Reestruturação do ambiente já existente, facilitando o acesso;
- Organização de cursos de capacitação dirigidos a professores e funcionários;
- Estimular e envolver a questão junto à comunidade acadêmica (corpo discente, corpo docente e administrativo), apoiando projetos de iniciação científica, cursos de extensão sobre a temática.

3.17. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA DEFESA DA MEMÓRIA CULTURAL DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Política de defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da Faculdade Ortodoxa, contempla a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. As atividades artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional que contempla:

- A valorização da produção artística e cultural como atividade acadêmica;
- A ampliação das ações de expressão artística e cultural no ambiente interno da Instituição e em sua comunidade externa;
- O incentivo à produção cultural sustentável;
- A promoção de eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;
- A cooperação, por meio dos órgãos de promoção à cultura da Instituição no processo de desenvolvimento educacional e cultural;
- O desenvolvimento de estratégias para a produção, distribuição e difusão da produção artística;
- O estímulo aos docentes e aos estudantes para participação em concursos culturais e artísticos internos e externos;
- A promoção e a divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A ampliação das ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.
- A hospedagem de ações que fortaleçam o compromisso com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural.

As ações propostas são planejadas e implantadas pelas coordenações de curso com a colaboração de suas respectivas equipes de docentes, de forma coerente com a organização curricular dos cursos que contemplam, em maior ou menor grau, a formação artística e cultural. As propostas são elaboradas visando proporcionar aos discentes possibilidades de transposição de conhecimentos para as práticas desenvolvidas, motivando o envolvimento e a participação em todas as etapas de execução.

3.18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A Faculdade Ortodoxa, sempre contemplou a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. As atividades artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional que contempla:

A IES entende como fundamental que seu aluno e professor recebam uma capacitação internacional. Isso se deve não somente ao fato de ter uma proposta diferenciada, como também por compreender as exigências do mercado que busca por profissionais globalizados e com uma visão internacional desenvolvida. Assim sendo, considerando-se um currículo que premia competências e habilidades de maneira geral, as disciplinas são ensinadas de modo a mostrar a realidade mundial dentro de sua área de atuação.

Mas a IES não se limita a mostrar a importância da internacionalização na sala de aula. Ela procura contemplar o aluno com as diversas oportunidades internacionais pode oferecer: diversos cursos, diversas oportunidades de mobilidade internacional, transmissão de diversos eventos internacionais, dentre outras oportunidades.

Os alunos serão estimulados a buscar a internacionalização também fora da sala de aula, por meio da oferta de cursos de inglês e de diversos convênios internacionais com outras Instituições.

A importância dada à internacionalização não se limita ao corpo discente, sendo estendida também aos professores e demais colaboradores, por meio de premiação, imersão e diversos mecanismos de incentivo.

3.19. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ENSINO DE LIBRAS (DEC. N. 5.626/2005)

Considerando pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A Faculdade Ortodoxa em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, declara a inclusão da Disciplina de Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior (bacharelado) ministrados ou que venham a ser ministrados na IES.

A disciplina de Libras será divulgada na matriz curricular dos cursos, seguindo orientações de procedimento previstas na Portaria Normativa nº. 40, de 12 de dezembro de 2007.

A disciplina de Libras para os cursos superiores de Bacharelado ou Tecnólogo deverá ser ofertada como optativa para todos os alunos regularmente matriculados no curso, possuindo carga horária mínima de 40 horas/aula, respeitará todos os procedimentos estabelecidos no Regimento Interno da IES no que se refere a calendário, frequência, regime disciplinar, avaliação e plano de aula. No que couber, o professor deverá cumprir as orientações metodológicas estabelecidas no regulamento específico de apoio aos portadores de necessidades especiais da Faculdade, para sua devida operacionalidade.

O critério de contratação do docente para ministrar o ensino de Libras, exige formação específica em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua e demais formalidade previstas no plano de carreira docente, priorizando as pessoas surdas.

Caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- Professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

O professor de Libras será incluído no quadro do magistério da IES, pelo pesquisador Institucional, junto ao sistema do MEC/INEP no prazo de cadastramento do corpo docente. O Plano de aula, conteúdo programático e bibliografia indicada para a disciplina de libras, deverão ser elaborados e apresentados, pelo professor contratado, no início do semestre letivo, seguindo as orientações, diretrizes e métodos compatíveis com os padrões de qualidade.

A Faculdade Ortodoxa manifesta seu apoio a formação de profissionais nos programas específicos para a criação de cursos de graduação e de pós-graduação para a formação de professores em Libras.

3.20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os cursos e programas de educação superior, apresentados pela IES, estão arraigados na comunidade de Garantã do Norte e adjacências, cumprindo sua missão para a redução das desigualdades sociais e o compromisso de formar pessoas éticas e profissionalmente responsáveis, nos cursos de graduação que ministra, comprova a contribuição da Faculdade Ortodoxa para o desenvolvimento local e regional, social e econômico.

A Faculdade Ortodoxa, por intermédio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, a serem realizadas nos cursos de graduação e outros, através dos professores e alunos, atenderão diversas instituições da comunidade e participarão como agente multiplicador em projetos que visam a valorização, a promoção humana e o desenvolvimento sustentável.

A experiência vivida pela mantenedora é de grande valor para colaborar de forma integrada com o Projeto de Responsabilidade Social da Faculdade. Esse cenário possibilita às IES o compromisso de contribuir de forma decisiva para um novo projeto de desenvolvimento nacional, pautado por um crescimento sustentável, equidade e justiça social. Assim, reafirmamos que a instituição sempre procurará inserir ações, práticas sociais e políticas institucionais e que algumas medidas apontaram para metas de compromisso social/responsabilidade social.

A política de responsabilidade social está então alicerçada, nas novas exigências relacionadas ao ensino superior e em suas modalidades de avaliação da qualidade. A lei nº. 10.861/2004 dá um indicativo sobre como a responsabilidade social deverá ser observada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: “A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e plural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES”.

A política de responsabilidade social na Faculdade Ortodoxa foi constituída a partir do conceito de integração social, cuja identidade se caracteriza pelo compromisso e fortalecimento da dimensão social e ética do fazer acadêmico, isto é, da produção, sistematização e difusão do conhecimento.

A finalidade da política definida é, fundamentalmente, a promoção da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A política de responsabilidade social da Faculdade tem como objetivo principal conferir materialidade às ações que evidenciam o exercício de funções de interesse público, que se constituem como inerentes à natureza institucional das IES.

Tais ações são pautadas no comportamento ético e participativo dos processos de transformação social, oportunizando que os benefícios da ciência e as potencialidades existentes na escola possam contribuir para o enfrentamento das questões sociais e suas múltiplas configurações.

O papel da Faculdade no desenvolvimento social local/regional e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidade social, implica demarcar o lugar que a instituição ocupa na prestação de serviços públicos através da implementação de políticas sociais.

Enfatiza-se a condição de a Faculdade constituir-se como participante interessada e compromissada no enfrentamento dos problemas sociais, o que a diferencia da responsabilização integral pelo acesso da população aos Direitos sociais e pelo desenvolvimento local-regional.

A política de responsabilidade social da Faculdade Ortodoxa deverá ser permanentemente repensada através da instauração de espaços de debate e problematização junto às comunidades interna e externa. A Faculdade define como dimensões de sua política de responsabilidade social a formação de profissionais, o desenvolvimento de pesquisas, a difusão de conhecimentos e a sua vocação regional e comunitária nas seguintes áreas:

- Compromisso com ações de inclusão social e promoção da cidadania;
- Defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região de sua inserção;
- Compromisso com ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável;
- Defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- Promoção do bem-estar social.

3.21. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A IES adota as seguintes políticas inclusão social e educação inclusiva.

Para alunos com deficiência física:

- a) Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- c) Rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Barras de apoio nas paredes dos banheiros; e

- f) Lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para alunos com deficiência visual, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- a) Sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador ou máquina de datilografia Braille;
- b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- c) Aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- d) Software de ampliação de tela;
- e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- f) Lupas, régua de leitura;
- g) Scanner acoplado a um computador; e
- h) Aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- a) Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

Para os professores e pessoal técnico, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

- a) Informações sobre os portadores de necessidades sociais;
- b) Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- c) Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

A inclusão social é promovida, ainda, com as seguintes ações:

- a) FIES;
- b) PROUNI;
- c) Programa de bolsas da Própria Instituição;
- d) Bolsa Escola da Família;
- e) Programa segundo professor;
- f) Monitoria;
- g) Estágios (na IES).

3.22. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

O novo cenário administrativo da IES aponta para uma descentralização dos perfis hierárquicos e da velocidade nas decisões entre mantida e mantenedora e a definição de seus papéis. Em decorrência disto, a Política de Comunicação deverá atender a este novo cenário.

Permitir que os esforços de comunicação sejam cada vez mais profissionais, portanto, será uma das missões desta Política de Comunicação, atendendo a uma necessidade dos públicos envolvidos e a busca por uma comunicação empresarial mais eficaz e eficiente.

São fundamentos da política de comunicação:

Transparência: A comunicação empresarial requer credibilidade de suas fontes e velocidade em suas respostas. Uma instituição de ensino não pode omitir fatos que sejam de interesse público e estará sempre disposta a apresentar respostas que deem conta de seu papel na sociedade.

Profissionalismo: A comunicação deverá ser conduzida de maneira integrada, respeitando-se a atuação dos profissionais da área: publicitários, jornalistas, produtores editoriais, relações públicas, radialistas e profissionais do Marketing. Qualquer divulgação de serviços ou produtos institucionais, portanto, deverão ser produzidos por profissionais de comunicação.

Ética: A IES sempre se pautará pela verdade das informações, preceito essencialmente ligado à ética e ao profissionalismo no tratamento dado à comunicação.

É objetivo da política de comunicação: Fortalecer a imagem institucional da IES que busca realizar sonhos e construir carreiras, focando os conceitos de internacional, preocupando-se com a preparação de seus alunos para um mercado de trabalho sem fronteiras, mas sempre respeitando suas raízes regionais.

O objetivo da política de comunicação, por público:

- Funcionários – A IES me valoriza e eu ajudo a transformar a vida das pessoas;
- Vizinhos/sociedade – A IES me respeita.
- Fornecedores – A IES é parceira.
- Imprensa – A IES é sempre transparente.
- Aluno/egresso – A IES me valoriza e me prepara para um mercado sem fronteiras.
- Mercado – A IES tem os melhores currículos.
- Professores: A IES me dá condições para contribuir com a construção de carreiras. A IES me valoriza.

Em relação à cultura organizacional: IES quer mudar paradigmas:

- Meio ambiente/sociedade – A IES é socialmente responsável;
- Produtos/serviços – A IES busca excelência.
- Produtividade – A IES quer o melhor sempre.
- Patrocínio e apoios – A IES é uma empresa de educação que valoriza a cultura local e nacional.

3.23. OUVIDORIA

A Ouvidoria da IES é um órgão de apoio que atuará tanto na área acadêmica quanto na área administrativa.

A Ouvidoria deverá atuar como agente de mudanças, isto é, a partir de observações, percepções e conclusões permitidas pelos canais de comunicação que possui, pode recomendar aos departamentos pertinentes melhorias nas normas e procedimentos, oferecendo alternativas, identificando e analisando focos de conflitos.

A Ouvidoria atuará ainda na mediação dos conflitos apresentados, sem poder de decisão, mas de contribuição, encaminhando, acompanhando as questões e sugerindo medidas de soluções.

É responsabilidade da Ouvidoria, atender e ouvir membros da comunidade universitária com cortesia e respeito, afastando-se de qualquer discriminação ou pré-julgamento; fornecer aos membros da comunidade, usuários, uma resposta por escrito as indagações e questões apresentadas a este órgão, de forma clara e objetiva; solicitar informações, esclarecimentos e documentações necessárias aos departamentos da instituição, de forma a subsidiar o atendimento e encaminhamento feito pelo setor e favorecer a integração interna, estimulando a solidariedade e cooperação mútuas para a consolidação de uma instituição humanizada.

Compete ao ouvidor, figura central deste órgão, agir de forma ética, íntegra, transparente, imparcial e justa, resguardando o sigilo das informações apresentadas a ouvidoria e buscando junto aos órgãos competentes a devida resposta e tratativa dos questionamentos apresentados à ouvidoria.

A comunidade pode recorrer a ouvidoria institucional para qualquer manifestação (elogio, reclamação, denúncia e sugestão) sobre assuntos pertinentes a IES, quanto aos seus diversos departamentos e funcionários. A ouvidoria somente receberá manifestações em última instância de análise da situação, sendo o primeiro contato feito com professores, coordenações, diretorias de escolas, departamentos ou Diretorias, através do canal “fale conosco”.

O atendimento ao aluno será feito através dos canais especificados abaixo:

- Sistema de Ouvidoria (disponível no portal; Canal mais recomendado, pois utilizará um sistema informatizado.
- SMS (o discente pode enviar mensagem à Ouvidoria);
- Telefone;
- E-mail (ouvidoria@faculdade.com.br);
- Atendimento presencial (na sede da Ouvidoria).

A manifestação pode ser aberta, sigilosa ou anônima, sendo tal identificação indicada pelo manifestante no ato do cadastro da manifestação, a qual é posteriormente analisada pela ouvidora que irá encaminhar para o setor correspondente, com um prazo de até 8 dias úteis para conclusão do processo de manifestação.

IV - CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A expectativa é de que a maioria dos alunos do Curso de Serviço Social seja composta por estudantes inseridos no mercado de trabalho, maiores de idade, responsáveis por si próprios e na maioria das vezes por suas famílias. Pertencentes à classe trabalhadora, oriunda de famílias constituídas, de nível econômico de médio para baixo, buscando a ascensão social e funcional e para tanto sacrificando alguns itens de despesas próprias para financiarem seus estudos.

A instalação do Curso de Serviço Social nesta região será uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Essa possibilidade tornar-se-á possível, também, graças ao valor dos encargos educacionais cobrados pela Instituição, que serão bastante reduzidos quando comparados com outros encargos de Instituições congêneres. Isso tornará o ensino superior oferecido passível de ser adquirido.

A Rodovia Cuiabá - Santarém (BR-163) atravessa uma área de extrema complexidade dentro da Amazônia Legal brasileira. Passa por regiões de cerrado, de transição, e adentra na Amazônia passando por áreas com grande diversidade social, biológica e de riquezas naturais. Esta rodovia desempenha papel fundamental no que diz respeito ao avanço da fronteira agrícola brasileira sobre áreas em que os impactos desta transformação já se mostram e se intensificam dia após dia.

Aberta com a finalidade de ligar a Região Centro-Oeste ao porto de Santarém, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) é uma estrada que está ligada não só ao surgimento do município, mas também às transformações pelas quais este passou ao longo de sua história. Esta obra foi realizada em um contexto político de vultosos investimentos governamentais em infraestrutura com as justificativas de integração nacional, da expansão da fronteira agrícola e de fortalecer a exploração dos recursos naturais da região amazônica.

No Centro-Norte do Mato Grosso encontra-se um dos polos agrícolas mais produtivos do País, com destaque para a produção de soja. Contudo, em função da geomorfologia local e da estrutura fundiária, a economia de Guarantã do Norte é diversificada, tendo bases mais fortes na pecuária. Na agricultura tem crescido a expressão da cultura da soja, acompanhada em importância pelas culturas do arroz, seguida pelas culturas de milho, feijão e, em escalas menores, a fruticultura.

Com o asfaltamento da rodovia BR 163, Guarantã do Norte passou a ter sua importância ampliada no contexto regional. Vem sendo impactada com o aumento do fluxo de pessoas e a consequente necessidade de ampliação do setor terciário da economia para atender às novas demandas. A eminente perspectiva de concessão do trecho da BR – 163 que liga Sinop –MT a Miritituba – PA facilitará também a implantação de atividades ligadas ao setor secundário e primário da economia.

Vislumbra-se a possibilidade que o município possa vir a ser um importante polo de logística e transportes com a inversão do escoamento da produção de grãos do Estado para o eixo-norte. Acrescente-se ainda que o extrativismo tradicional da floresta amazônica, vem sendo legalmente impossibilitada, abrindo oportunidades econômicas para a exploração de sistemas agrossilvopastoris. Já não bastas sem as diversas atividades econômicas antrópicas impactantes existentes em Guarantã do Norte ainda se percebem alguma atividade mineradora de ouro, talvez a de pior impacto ambiental, depende de sua forma de exploração. É neste contexto que se fez necessária a elaboração de planos de desenvolvimento para o município de Guarantã do Norte.

É importante salientar que, a partir do momento em que a natureza é classificada como recurso, já fica estabelecido o critério mercadológico sobre sua apropriação. De fato, foi o que ocorreu, uma vez que os impactos ambientais, sociais e culturais foram subvalorizados, visto que as transformações não proporcionaram um desenvolvimento pautado na igualdade de acesso às riquezas geradas, além de terem trazido consigo grandes impactos ambientais negativos.

A justificativa original para a abertura da rodovia incluía também a expansão da colonização agropecuária no Mato Grosso, de forma a ocupar o grande vazio demográfico entre os rios Xingu, no Mato Grosso e Tapajós, no lado paraense. Havia também a expectativa de exploração econômica dos ricos depósitos minerais (em especial, ouro) existentes na região de Itaituba (Pará). Do total da extensão da rodovia Cuiabá-Santarém (1.765 km), somente o trecho mato-grossense, compreendido entre Cuiabá e Guarantã do Norte (714 km), e parte do trecho paraense foram pavimentadas, enquanto a maior parte da estrada permaneceu sem pavimentação. Na década de noventa houve uma drástica redução no que diz respeito à manutenção da rodovia. Isso ocasionou a degradação do leito da estrada além do aumento da erosão nas suas margens.

Após três décadas, o Governo Federal volta novamente os olhos para a estrada devido à necessidade de escoamento da crescente produção agrícola do norte de Mato Grosso. Este escoamento de produção se dará pelos portos de Miritituba (próximo à Itaituba) e Santarém, e foi esta demanda que tornou o asfaltamento da BR- 163 uma questão estratégica para o crescimento econômico regional vinculado ao agronegócio.

Como consequência econômica, esta obra deve levar uma expressiva redução nos custos de transporte da safra agrícola para a produção escoada através desta via, em comparação com as principais rotas atualmente utilizadas (os portos de Paranaguá/PR e Santos/SP). O escoamento de produtos eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus, carne, madeira e, em menor proporção, produtos agroflorestais destinados ao mercado do Centro-sul do País, também devem apresentar uma redução nos custos de transportes e, conseqüentemente, maiores margens de lucro para os investidores privados. Assim, esta é uma obra que trará lucro para os grandes investidores. Além disso, é importante destacar que a estrada representará também melhorias no que diz respeito ao acesso pela via terrestre, tendo significativa importância na qualidade de prestação de serviços básicos para populações que moram afastadas dos núcleos urbanos. A estrada também servirá para o escoamento e dinamização de outros arranjos produtivos e tipos de negócios.

Contudo, é fundamental que exista a preocupação com os impactos sociais e ambientais desta obra. É necessário que sejam traçadas estratégias para que a pavimentação da BR-163 dinamize a economia local de municípios com graves problemas sociais, possibilite o surgimento de empregos, de um melhor atendimento dos serviços sociais, e que a população tenha acesso e seja beneficiada com as benfeitorias geradas em função desta obra. Faz-se necessário também o combate à violência e à grilagem de áreas públicas, assim como a destinação de recursos financeiros suficientes no apoio a agricultura familiar e as populações tradicionais.

Existem preocupações no que diz respeito ao aumento do desflorestamento e a exploração predatória da natureza derivado do asfaltamento. A maior parte do desflorestamento na Amazônia encontra-se nas margens das rodovias. O padrão de abertura de estradas na Amazônia, ao longo da história, tem contribuído também com a ocupação desordenada do território e com o aumento de conflitos fundiários e violência no campo. Para evitar a repetição de ciclo —estrada —desflorestamento —violência o Curso de Serviço Social da Faculdade Ortodoxa deverá auxiliar nas atividades para minimizar os impactos negativos que possam vir a ocorrer.

Devido à importância desta estrada e pelo fato de Guarantã do Norte ser um município que se localiza no limite entre os Estados de Mato Grosso e Pará, existe a previsão de implantação do posto de controle dos fluxos de mercadorias através da verificação de notas fiscais, procedência e origem das mercadorias, além da pesagem de caminhões. O fluxo de cargas deve aumentar significativamente, assim como a importância do município como ponto estratégico no transporte rodoviário. Estes fatores devem acarretar um aumento significativo de pessoas e serviços no local e, conseqüentemente, do processo de urbanização.

Para que isso não ocorra de forma desorganizada, causando prejuízos à qualidade de vida no município, se faz necessário o aumento da presença do Estado com iniciativas de ordenamento do território, de inclusão social, de melhoria dos serviços públicos e de fomento as atividades que proporcionem o desenvolvimento. E não só o crescimento econômico. Esta deve ser a lógica priorizada na construção deste Projeto Político Social. E é nesse contexto, que a Faculdade Ortodoxa se insere para prestar seus serviços, através do desenvolvimento das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), constituindo-se em fator de desenvolvimento da comunidade local e regional.

Com efeito, ao atuar em diversas áreas de conhecimento por meio de seus cursos de graduação e de pós-graduação, além das atividades de pesquisa e de extensão, a Faculdade Ortodoxa contribuirá para formação e qualificação profissional e para o desenvolvimento humano na região em que atua. Além disso, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional por meio de múltiplas atividades de atendimento direto à comunidade, de apoio aos serviços públicos, de educação comunitária e de prestação de serviços a empresas e organizações, desenvolvidas em caráter permanente pela IES.

A decisão de implantar a IES decorre da conscientização da responsabilidade social de atender à população circundante e vem ao encontro dos anseios da população, com o apoio de toda classe política, empresarial e institucional da sociedade civil organizada. Assim sendo, a intenção da IES é justamente prover a Região de Guarantã do Norte e do Estado do Mato Grosso de profissionais conscientes e comprometidos com a cidadania. Além disso, corresponde à sua meta de promover e executar políticas de estreita proximidade e colaboração com a comunidade.

Não há dúvidas de que um dos grandes anseios da população é pela busca de conhecimento e consequente desenvolvimento das qualificações profissionais para, a partir de aí ter acesso aos diversos mercados de trabalho disponíveis.

A IES pretende suprir as necessidades da comunidade local e atender aqueles que buscam o desenvolvimento de suas qualificações pessoais e profissionais e, ao mesmo tempo, oferecer ao mercado os profissionais capacitados, não só sob o enfoque tecnológico, como também o ponto de vista da cidadania, da responsabilidade social e do comprometimento comunitário. As políticas gerais traçadas contemplam, preferencialmente, os seguintes objetivos:

- Promover a educação e a formação integral humana numa perspectiva ética e de responsabilidade, visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional;
- Oportunizar situações de aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com a realidade que o cerca, atuando de forma crítica e responsável, tendo condições de participar e produzir em um mundo caracterizado por constantes mudanças;
- Propiciar condições para que teoria e prática sejam ações constantes, tendo como perspectiva a transformação social;
- Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento considerando a formação técnico-científica, possibilitando ao acadêmico a sua integração na realidade histórica e social, com o comprometimento necessário, atuando de forma crítica e responsável, tendo condições de participar produzir e intervir no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;
- Incentivar o trabalho de pesquisa, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- Promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino, da criação do conhecimento resultante da pesquisa científica e aplicada desenvolvida na Faculdade Ortodoxa e a formação integral do aluno;
- Buscar a fidelização dos seus clientes através de ações pertinentes;
- Pesquisar semestralmente, por amostragem, o nível de satisfação dos alunos e tomar as medidas que os resultados sugerirem;

- Trabalhar constantemente na busca da adesão dos professores e alunos aos objetivos da instituição como sendo o melhor investimento em qualidade e desenvolvimento;
- Desenvolver estruturas e condições que permitam aperfeiçoar o trabalho docente e discente, possibilitando investir mais tempo no processo ensino-aprendizagem.

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

O Município de Guarantã do Norte fica distante da capital Cuiabá 730 km, tem uma população, em 2017, de 34.500 habitantes sendo a área territorial do município de 4.734,751 km². O nome da cidade foi escolhido por existir na região uma espécie de árvore conhecida pelo nome de Guarantã.

A cidade de Guarantã do Norte nasceu de assentamentos agrários, iniciativa da Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda./Cotrel e do INCRA. A abertura da BR-163, na década de 70, proporcionou o desenvolvimento do norte mato-grossense. Em 1980 chegaram às primeiras famílias vindas do Rio Grande do Sul que formaram a Vila Cotrel, logo em seguida chegaram os brasiguaios. Em 1982 os assentamentos foram elevados à categoria de distrito do município de Colíder/MT, com a denominação de Guarantã do Norte e, em 1986, é elevado à categoria de município.

Sua economia está diversificada tendo bases fortes na pecuária com cerca de 300 mil cabeças de bovinos, incluindo uma das maiores bacias leiteiras da região com uma produção de cerca de 22 milhões de litros de leite por ano, e a agricultura, tem na cultura do arroz sua maior expressividade registrando em 2004 mais de 120 mil toneladas, a produção agrícola segue com as culturas de milho, feijão e em escalas menores, destaca-se também a fruticultura. Guarantã do Norte ocupa a 1811ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

O Município de Guarantã do Norte está localizado no bioma amazônico, e inspira cuidados especiais, por estar sobre a influência do importante eixo rodoviário da BR-163 Cuiabá-Santarém. Sua colonização ocorreu sem estudos e planejamento adequado, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. As famílias assentadas nesta região, não obtiveram do órgão governamental responsável pela colonização (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) nenhuma orientação técnica, e o crescimento se deram de forma desordenada, crescendo sem a preocupação com as questões ambientais, principalmente no que se refere às matas em tornos dos córregos, rios e nascentes, conhecidas como Áreas de Preservação Permanentes (APP).

A vegetação intra urbana ganhou destaque nos últimos anos devido às funções que esta pode exercer na melhoria das condições do ambiente urbano. Muitos estudos apontam a vegetação intra urbana como importante indicador da qualidade ambiental nas cidades devido às funções ecológicas, estéticas e de lazer que ela pode exercer.

A manutenção das áreas verdes urbanas sempre foi justificada pelo seu potencial em propiciar qualidade ambiental à população. Ela interfere diretamente na qualidade de vida dos seres por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas exercem para amenização das consequências negativas da urbanização. Vieira (2004) admite que as áreas verdes tendam a assumir diferentes papéis na sociedade e suas funções devem estar inter-relacionadas no ambiente urbano, de acordo com o tipo de uso a que se destinam.

Sendo assim, as funções destas áreas estariam relacionadas à:

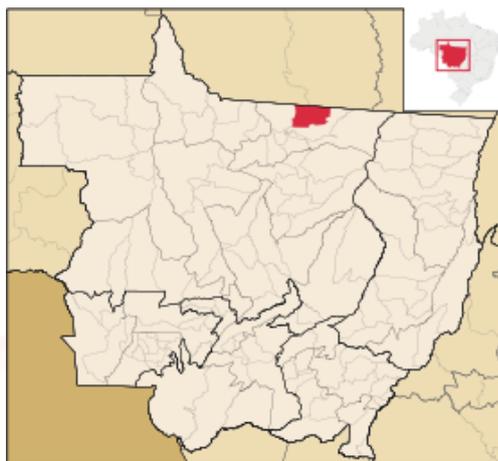
- Função Social: possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. Com relação a este aspecto, deve-se considerar a necessidade de hierarquização.
- Função Estética: diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Relacionada a este aspecto deve ser ressaltada a importância da vegetação.
- Função ecológica: provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem estar dos habitantes, devido à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas.
- Função Educativa: possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental.
- Função Psicológica: possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação que funcionam como atividades —anti estresse e relaxamento, uma vez que as pessoas entram em contato com os elementos naturais dessas áreas.

No município de Guarantã do Norte encontra-se a Terra Indígena Panará, que contribui para a conservação da biodiversidade e áreas verdes preservadas. Isso porque os grupos indígenas dependem, para sua subsistência, da manutenção da cobertura vegetal e da existência de grande número de espécies animais e vegetais em seu território. Segundo a Constituição Federal (1988) —a terra indígena é a terra tradicionalmente ocupada pelos índios, por eles habitada em caráter permanente, utilizada para as suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições.

Atualmente a atividade econômica de maior destaque é a indústria madeireira, seguida pela pecuária extensiva, agricultura e pelo setor terciário. A extração, beneficiamento e comércio de madeira encontram-se em declínio, dado que grande parte da área já se encontra desmatada. A retirada da madeira facilita a devastação da floresta e em seu lugar são colocadas pastagens, daí surgindo o segundo fator econômico que é a pecuária de corte. Na região são inúmeras as propriedades de criação, recria e engorda de gado de corte. O produto do gado é semi-industrializado em modernos frigoríficos instalados nas cidades de Colíder e Matupá.

A agricultura ainda é embrionária e os principais produtos cultivados são: arroz, milho, feijão, algodão, café e guaraná. Na região noroeste, onde se localiza o povoado de Flor da Serra, os solos são férteis, derivados de rochas básicas e o relevo é plano, o que é favorável à agricultura, porém, esta área é limitada, chegando ao máximo a 15% da folha. No restante os solos são derivados de rochas graníticas, geralmente muito ácidos, prestando-se principalmente para pastagem, exigindo em pouco tempo correções à base de calcário.

4.2. MAPA DA REGIÃO



4.3. O MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE

Guarantã é um município de formação recente, que enfrenta aspectos característicos de sociedades em princípio de organização. Criado como distrito de Colider, pela lei estadual nº 4.378, de 16/11/1981, só veio a ser elevado à categoria de município em 1986. Com a denominação de Guarantã do Norte e com uma área de unidade territorial de 4.734,75 km², foi instituído pela lei estadual nº 5.008, 13/05/1986, portanto, chegando ao seu 32º aniversário. Esta jovialidade reflete-se sobremaneira no amadurecimento de suas estruturas institucionais, representadas pelos poderes constitucionais (executivo, legislativo e judiciário), bem como, na maturação, desenvolvimento e crescimento dos empreendimentos que iniciaram a base de sustentação econômica do município e de seus arredores.

É este conjunto de atores, públicos e privados, que são os responsáveis pela dinâmica socioeconômica vivenciada na atualidade, com suas peculiaridades. Portanto, em primeira instância, advirá do adequado ordenamento do papel e influência dos referidos segmentos nos ambientes interno e externo do município, organizando as forças que gerarão riqueza, ampliando a arrecadação tributária do município, que permitirá aos poderes constituídos, investimentos direcionados com o intuito de produção de postos de trabalho à população residente, culminando na geração de renda e desenvolvimento social à classe trabalhadora. Resolvida à equação da produção de riqueza (desenvolvimento econômico) e ampliada à renda da massa trabalhadora (desenvolvimento social), o processo se retroalimenta, possibilitando a maximização das oportunidades locais.

Logo, o olhar para os aspectos socioeconômicos de um município, refere-se em primeiro plano, entender e perceber a prática cotidiana que afeta tanto a ordem econômica (geração de riqueza e arrecadação) quanto à ordem social (melhoria das condições de vida da população em geral), traduzidos em determinada relação de distribuição de renda entre as classes sociais que dividem o espaço municipal, que demonstra o grau de desenvolvimento coletivo, expressando sua sustentabilidade nas relações de classe e poder econômico.

Nesse sentido, cabe um primeiro olhar à competência organizacional e de gestão do executivo local, que em primeira instância, é quem gerencia a arrecadação e a aplicação dos tributos, em prol de todo um conjunto de cidadãos. Além do mais, cabe ao poder executivo, em conjunto com o poder legislativo, o papel de criar um ambiente propício, bem regulamentado, seguro e promissor, para que empreendedores locais e aqueles atraídos de fora, sintam-se confortáveis para a aplicação de seus recursos disponíveis para investimento, gerando trabalho e renda, com conseqüente desenvolvimento social e crescimento econômico.

Feita tal ressalva, parte-se para uma identificação do porte de significância dos diferentes setores da economia de Guarantã, observando a relação entre o urbano e o rural, o mercado de trabalho e as organizações para geração de emprego direto e indireto da sociedade civil.

A urbanização de Guarantã do Norte se deu de forma relativamente desordenada nos primórdios da ocupação da região, fato que reflete até hoje as características urbanísticas de alguns pontos da cidade, principalmente no que tange as regiões de APP de córregos. A invasão que culminou na demarcação de lotes em áreas próximas a córregos e nascentes atraiu principalmente a população de baixa renda que encontrou no preço baixo dos terrenos a oportunidade para obtenção da moradia própria, contudo os mesmos desconheciam os problemas que essa ocupação irregular poderia ocasionar futuramente.

Sem o controle adequado do ordenamento e planejamento do território do município, houve a inserção de diversos ramos industriais conforme a demanda da época, nas áreas que a priori ainda não faziam parte da "zona urbana". O crescimento populacional da cidade fez com que a necessidade de moradias fosse englobando essas áreas que antes eram distantes da região urbanizada, passando a fazer parte de uma mistura completamente heterogênea de casas, comércios e indústrias de pequeno porte.

Atualmente o município não conta com uma lei específica de uso e ocupação do solo tanto urbano quanto rural, entretanto, a prefeitura municipal, tem trabalhado na elaboração de uma minuta da lei de uso e ocupação do solo para ser submetida ao Poder Legislativo.

A aprovação de loteamentos é regulamentada pela lei de parcelamento do solo 002 de 28 de março de 1988, que estabelece os condicionantes para a aprovação do projeto como, por exemplo, o percentual de área livre paisagística, de equipamentos comunitários, vias de circulação, etc. Isso proporciona que a expansão da cidade ocorra de forma ordenada, com a garantia do atendimento mínimo necessário da infraestrutura básica para garantir uma boa qualidade de vida dos moradores.



O Município de Guarantã do Norte possuiu 100% da população urbana atendida com abastecimento de água tratada, e os padrões de qualidade no atendimento sendo respeitados. Já o atendimento com esgoto atende a 15% da população urbana.

Em Guarantã do Norte, como na maioria das cidades brasileiras, o modelo de sociedade estima o consumo e o uso de produtos descartáveis, pois os percentuais de materiais recicláveis (papel/papelão, vidro, metal e plástico) representam 40,0 % da massa de resíduos sólidos urbanos coletados na cidade. No que se refere à limpeza urbana, o poder público local ocupa o papel apenas de executor dos serviços, não se verificando nenhum tipo de articulação ou mobilização da sociedade.

No município existem diversos projetos de educação ambiental para sensibilização da comunidade na questão de resíduos sólidos urbanos. São realizadas nas escolas trabalhos específicas de educação ambiental. No município foi constatado diverso desenvolvimento de programas educativos relacionados ao manejo dos resíduos sólidos, impactos ambientais causados nas obras da BR 163 e reflorestamento em áreas degradadas. Há nas escolas de ensino fundamental atividades de sensibilização das crianças em relação ao manejo correto do lixo urbano. Conforme levantamento realizado, há um total de 457.339,06 m² de pavimento urbano concretizado. Do total 64.792,44 m² das marginais Laranjeiras e Pioneiro José Nelson Coutinho, e 392.546,62 m² são as demais vias.

Os novos loteamentos foram contabilizados a parte, pois, cabe ao empreendedor realizar o asfaltamento do loteamento em prazo determinado perante a aprovação do loteamento. Nos novos loteamentos foram contabilizados com um total de 221.693,06 m² de pavimentos a serem executados, divididos por cada loteamento:

- Eco Park (Decreto 017/2015): 71.614,57 m².
- Cidade Jardim (Decreto 049/2015): 35.143,41 m².
- Rio de Janeiro (Decreto 027/2015): 100.893,60 m².
- Albino Meneguetti (Decreto 007/2016): 14.041,48 m².

A terra indígena Panará tem pouco menos de 500 mil hectares de ocupação tradicional da etnia Panará, também conhecida como Kreen-Akarore, cujo contato com o homem branco ocorreu no início da década de 70 com a abertura da BR-163. O último levantamento demográfico da terra indígena, feito em 2013 pela organização Instituto Socioambiental (ISA), revelou uma população de 525 pessoas no local. Com o crescente aumento populacional indígena, atualmente Secretaria de Educação do município estima 720 famílias (caiapós e panarás) com uma média aproximada de 5700 índios, sendo a maioria jovem.

Ainda em 1997, um sobrevoo feito pela administração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e relatado pela Comissão Externa da Câmara constatou a abertura de mais de 100 quilômetros de estradas clandestinas no interior da Terra Indígena Panará. Na época, já havia intensa exploração de mogno nas reservas e índios kaiapós de outra terra indígena chegaram a ser utilizados por madeireiros para intimidar funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) em fiscalizações.

O cacique Raoni Metuktire, líder da etnia caiapó, participou da solenidade de posse do governador Pedro Taques (52º governador do MT), e pede mais respeito perante os povos indígenas, principalmente quanto à saúde e ao meio ambiente. O líder indígena é reconhecido internacionalmente pela luta que articula pelos povos indígenas, portanto é de fundamental importância o melhoramento da infraestrutura voltada às aldeias.

A Terra Indígena Panará localiza-se nos municípios de Guarantã do Norte/ MT e Altamira /PA. Foi declarada de posse permanente dos índios através da Portaria nº 667, de 1 de novembro de 1996, publicada no diário Oficial de 4 de novembro de 1996, com superfície aproximada de 495.000 ha. A demarcação administrativa dessa Terra Indígena foi homologada pelo Presidente da República pelo Decreto de 30 de abril de 2001.

Antes do contato definitivo, em 1973, os Panará ocupavam dez aldeias e tinham uma população estimada entre 300 e 600 indivíduos. Quando foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu, em 12 de janeiro de 1975, após o desastroso contato com os brancos eram apenas 79 índios (ARNT, 1998). Quando voltaram para suas terras eram cerca de 135 indivíduos. No censo realizado em junho de 2002 pelo Distrito Sanitário Especial Indígena –DSEI, a população da TI Panará era de 224 indivíduos.

Os Panará dividem suas aldeias de acordo com os clãs que compõem a sua sociedade, mantendo uma relação direta entre espacialidade e organização social. Os clãs Panará possuem uma localização fixa no círculo aldeão e são dispostos a partir do eixo Leste-Oeste, determinado a partir do caminho do sol durante o dia.

4.4. DEMOGRAFIA

- População estimada: [2017] 34.500 pessoas
- População no último censo: [2010] 32.216 pessoas
- Densidade demográfica: [2010] 6,80 hab./km²

4.5. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

- Unidade federativa: Mato Grosso
- Mesorregião: Norte Mato-grossense *IBGE/2008*
- Microrregião: Colíder *IBGE/2008*
- Distância até a capital: 745 km

4.6. MUNICÍPIOS VIZINHOS DE GUARANTÃ DO NORTE

- LINHA KM 738: Bom Jesus, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia, São Camilo, Nossa Senhora Perpétuo Socorro, São João Batista, Santo Reis e São Jorge.
- LINHA KM 727: Sagrado Coração de Jesus, São Judas Tadeu, São Cristóvão, São Sebastião, São Francisco, Nossa Senhora Aparecida - Progresso, Nossa Senhora do Rocio - Horizonte II, Santa Clara - Horizonte II, e São João - Linha Mutum.
- LINHA KM 745: Santa Ana, Nossa Senhora da Salete e São Luiz Gonzaga.
- VALE DO XV: Nossa Senhora da Aparecida - Km 776 e Nossa senhora do Guadalupe - Iriri.
- LINHA DA PÁSCOA: São José - Páscoa I, Santa Terezinha - Páscoa II, São Sebastião do Ipê Amarelo, Sagrada Família - Páscoa IV, Nossa Senhora do Caravágio - Páscoa V, Nossa Senhora de Fátima - Páscoa VI, São Caetano, e São Pedro.
- LINHA DA COTREL: Nossa Senhora da Salete - Cotrel, Divino Espírito Santo - Linha São Salvador, Santa Lúcia - Vila Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida - Linha Estrela, São Roque - Linha Fogo e Nossa Senhora das Graças - Linha Barragem Velha. BR 163: Santo Antônio - Km 732, Cristo Rei - Km 741, São Roque - Km 752. LINHA 731: Nossa Senhora Rainha da Paz.
- LINHA ALIANÇA: São Domingos

CIDADE: Santa Rita de Cássia - Jardim Primavera, Cristo Redentor - Jardim Aeroporto, São Benedito - Jardim Vitória, São Cristóvão – Cidade Nova e Nossa Senhora do Rosário. A Estrutura fundiária do município é composta pelos projetos BRAÇO SUL e PAC PEIXOTO DE AZEVEDO. Segundo dados do INCRA, em Guarantã do Norte 1.800 títulos foram expedidos, 1.800 processos preparados, 600 posses reconhecidas nas áreas remanescentes e 460 milhas foram destinadas aos projetos de assentamento. As áreas demarcadas variam de 50 a 100 ha.

4.7. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

Apresenta 2.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 66% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 123 de 141, 58 de 141 e 73 de 141, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 5125 de 5570, 3346 de 5570 e 4014 de 5570, respectivamente.

- Área da unidade territorial: [2016] 4.734,589 km²
- Esgotamento sanitário adequado: [2010] 2,5 %
- Arborização de vias públicas: [2010] 66 %
- Urbanização de vias públicas: [2010] 2,3 %

O clima na região do município, segundo a classificação de Thornthwaite, é o B3 e o B4 que compreendem os tipos climático úmido com índice de umidade Im entre $60mm \leq Im \leq 100mm$. Esta mesma classe climática é dada pelo mapa de Koppen-Geiger como clima Af caracterizado como equatorial quente com estação seca apresentando elevada pluviosidade ou a classe climática Am é caracterizado com tropical de monção, apresentando chuvas no verão e temperaturas elevadas.

De acordo com os dados médios calculados a partir de uma série de 30 anos observados pelo INMET, há seca severa entre os meses de junho a agosto no município. No inverno as mínimas podem chegar a 21°C enquanto as temperaturas máximas durante o verão podem atingir 36°C. O total pluviométrico anual é em média 2.174 mm, com intensidade máxima nos meses de dezembro a março.

A região de Guarantã do Norte está localizada na Bacia Amazônica e é um divisor de águas das sub-bacias do Rio Amazonas, Xingu e Paru e sub-bacia Amazonas, tapajós e Juruena.

De acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), os principais rios que compõem a hidrografia do município de Guarantã do Norte são: Braço Norte, Braço Sul, Iriri, Peixotinho, Mutum, Vale do XV, Horizonte e córregos: 22, 27, 29, 31, 40, Aurora, Mineirão, Macedo, Porcão, Linha do Sol, Hertal, Jacinto, Jacaré I, Jacaré II, Pena do Mutum, Bomm, Mezomo, Geraldão, Santa Ana e Corgão.

4.8. INDICADORES

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), desenvolvido para melhor expressar as condições sociais de unidades geográficas como os municípios e estados. No Brasil esse trabalho é realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), conjuntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro.

Os componentes utilizados por esse índice são os mesmos do IDH de um país: educação, longevidade e renda, porém, sofreram algumas adaptações metodológicas e conceituais para sua aplicação no nível municipal. A média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade possuem pesos iguais no cálculo.

A renda familiar per capita média do município é o indicador utilizado para a dimensão da Renda no IDHM, enquanto a dimensão Educação é obtida através da média geométrica do sub-índice de frequência de crianças e jovens a escola, com peso 2/3, e o sub-índice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3. O terceiro e último indicador utilizado pela metodologia do IDH-M, a esperança de vida ao nascer, tem o mesmo conceito utilizado pelo IDH. Esses indicadores, além de melhor representarem as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, são obtidos diretamente dos Censos Demográficos, portanto o IDH-M só pode ser calculado no mesmo intervalo dos Censos (neste plano foram utilizados os períodos 1991-2000-2010 para os índices de desenvolvimento humano municipal).

O IDHM passou de 0,530 em 2000 para 0,703 em 2010 uma taxa de crescimento de 32,64%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzida em 63,19% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,304), seguida por Longevidade e por Renda.

- IDHM: 0,703 *médio PNUD/2010*
- PIB: R\$ 252.878,736 mil *IBGE/2010*
- PIB per capita: R\$ 17.885,08 *IBGE/2015*

4.9. HISTÓRIA

A abertura da BR-163, na década de 70, proporcionou a penetração e abertura de todo o norte mato-grossense. Guarantã do Norte nasceu do assentamento agrário realizado pela Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda. e Inkra. Em 1980 chegaram às primeiras famílias vindas do Rio Grande do Sul que formaram a Vila Cotel, logo em seguida chegaram os brasiguaios.

Entre as décadas de 1970/1980 o Governo Federal incrementou na região Norte do país, o programa de colonização, nas áreas eleitas prioritárias para fins de reforma Agrária e Segurança Nacional, criando, através do INCRA, inúmeros projetos de Assentamentos Agrários.

A finalidade inicial era colonizar o Norte do país e solucionar vários problemas sociais existentes na região Sudeste do Brasil, envolvendo trabalhadores rurais entre pequenos proprietários, sem terra e aqueles explorados sob-regime de escravidão branca.

Em decorrência dos fatos acima citados e, voltando especificamente para a nossa Região, em 1979 foi criado pelo INCRA, através da Superintendência Regional do Estado de Mato Grosso, um projeto de colonização denominado Projeto de Assentamento Conjunto Peixoto de Azevedo, com 245.000,0000 hectares sobre a Gleba Braço Sul, localizada, originalmente, no Município de Colíder/MT.

O Projeto foi implantado em parceria técnica e administrativa com a Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda./Cotrel para assentar aproximadamente 1.200 agricultores oriundos do Rio Grande do Sul, envolvendo aqueles que tiveram suas propriedades rurais destruídas pela construção de Barragens Hidrelétricas, e os filhos dos Pequenos proprietários rurais, sócios da referida Cooperativa, cuja dimensão das propriedades era insuficiente para absorver toda a força de trabalho produtiva do conjunto familiar.

Em 1981 foi criado, também, pela Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso, o PROJETO DE ASSENTAMENTO BRAÇO SUL, com 211.000,0000 hectares, sobre a Gleba Braço Sul, para assentar aproximadamente 1.300 agricultores, envolvendo 200 posseiros já existentes na referida Gleba, o Sul Mato-grossenses, que viviam sob-regime de trabalho escravo em fazendas localizadas no território Paraguai (os brasiguaios), e outros oriundos de Mundo Novo/MS e de cidades daquele Estado e do Estado de Mato Grosso.

Em 1982 os dois Projetos foram elevados à categoria de Distrito do município de Colíder/MT, com a denominação de Garantã do Norte e, em 1986, à categoria de município de Garantã do Norte, transformando, em 1987, o PROJETO DE ASSENTAMENTO CONJUNTO PEIXOTO DE AZEVEDO, em sua maior extensão territorial, a partir da margem direita do Rio Braço Norte, na categoria de distrito do município de Garantã do Norte, com a denominação de Novo Mundo, e que, em 1996, transformou-se em município de Novo Mundo.

A partir de 1994 foram criados mais quatro assentamentos nas áreas remanescentes do Projeto de Assentamento Conjunto Peixoto de Azevedo, onde não foram efetivados os assentamentos previstos originalmente, com a denominação Projeto de Assentamento Bela Vista, Castanhal, Cotrel, Cachoeira da União e Barra Norte, todos localizados no Município de Novo Mundo.

Na área remanescente do Projeto de Assentamento Braço Sul, onde também não foram implementados os assentamentos previstos, foram criados mais três Projetos com a denominação de Projeto de Assentamento Horizonte II, Iririzinho e São Cristóvão, todos localizados no município de Garantã do Norte.

Os Projetos criados a partir de 1994 tiveram como objetivo básico regularizar a situação de centenas de agricultores que já se encontravam de posse daquelas terras, mas, que não tinham suas ocupações reconhecidas pelo INCRA.

Origem do nome do município de Garantã do Norte:

- Etimologia -Garantã- De origem tupi “gwa’rá (de yby’rá)”, significando madeira, e “ã’tã”, que significa dura, resistente: madeira dura (LCT).

- Do - contração da preposição 'de'(posse), com o artigo "o".
- Norte - origina-se do anglo-saxônio "north", com conferência a ponto cardeal que se opõe ao sul, região ou regiões situadas ao norte (ABHF/PJMS).
- Origem histórica - A abertura da BR-163, na década de 70, proporcionou a penetração e abertura de todo o norte mato-grossense.

4.10. RODOVIAS

O sistema viário do município de Guarantã do Norte é composto por duas Rodovias Estaduais, uma Federal e Estradas Municipais da zona rural e urbana. A BR 163 corta o município de Norte a Sul, com um total de 68,49 km pavimentados.

O município contempla duas estradas sob circunscrição estadual, a MT-419 e a MT-389.

- O trecho que liga Guarantã do Norte à Novo Mundo, caracterizada por pista simples pavimentada com comprimento de 23,29 km.
- A continuação da MT-419 ao lado leste da BR-163 que dá acesso à linha páscoa com comprimento de 96 km até encontrar o Rio Peixotinho que é divisa com o município de Matupá.
- A mesma MT-419 possui um pedaço que dá acesso a Linha 27 com comprimento de 54,29 km de extensão até a linha Iririzinho onde ela encontra a MT-389.
- O primeiro trecho da MT-389 que se inicia no Final da MT-419 na linha Iririzinho com comprimento de 48,69 km até a comunidade São João Batista. O segundo trecho vai da Comunidade de São João Batista até a entrada da linha 38 com 31,25 km.
- O terceiro trecho da MT-389 parte da entrada da linha 45 com 4,50 km até a comunidade Santa Ana, donde segue por mais 11,01 km até encontrar o Rio Braço Norte onde faz divisa com o município de Novo Mundo.

4.11. ECONOMIA

Em 2015, o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 73 de 141 e 69 de 141, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1176 de 5570 e 2305 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 86 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 3293 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

- Salário médio mensal dos trabalhadores formais: [2015] 2,2 salários mínimos
- Pessoal ocupado: [2015] 4.826 pessoas

- População ocupada: [2015] 14,2 %
- Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo: [2010] 36,3 %
- PIB per capita: [2015] 17.885,08 R\$
- Percentual das receitas oriundas de fontes externas: [2015] 78,8 %
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): [2010] 0,703
- Total de receitas realizadas: [2008] 43.968 R\$ (×1000)
- Total das despesas realizadas: [2008] 33.374 R\$ (×1000)

Sua economia está diversificada tendo bases fortes na pecuária com cerca de 300 mil cabeças de bovinos, incluindo uma das maiores bacias leiteiras da região com uma produção de cerca de 22 milhões de litros de leite por ano, e a agricultura, tem na cultura do arroz sua maior expressividade registrando em 2004 mais de 120 mil toneladas, a produção agrícola segue com as culturas de milho, feijão e em escalas menores, destaca-se também a fruticultura. Estão implantados no município 02 cooperativas e 3 laticínios com industrialização de leite e derivados, além de uma fábrica de polpa de frutas que absorve a produção local.

Grandes Empresas: Jade Engenharia; Frigorífico Redentor; Supermercado Aurora; Laminados e Compensados Antonio Cozer

Infraestrutura e serviços: Por estar localizada as margens da BR-163 que liga Cuiabá a Santarém, destaca-se como pólo na prestação de serviços, com 4 agências bancárias, 2 emissora de TV e 2 de Rádio local, escritórios contábeis, de planejamento, engenharia, entre outros atendendo municípios vizinhos e até mesmo na região sul do Pará. A maior parte das indústrias se desenvolvem em torno do aproveitamento de manufaturados locais, como laminadoras, serrarias e fábrica de móveis, foram implantadas indústrias no setor de construção civil, como pré-moldados e artefatos de cimento e da agro indústrias, a exemplo da fábrica de ração e sal mineral. O município possui uma estação de tratamento de água, com capacidade para distribuir 01 milhão e meio de litros por dia, com condições de atender 100% das residências. Outro ponto positivo para o desenvolvimento da indústria e do comércio é a rede de energia elétrica resultante de 03 usinas hidroelétricas em pleno funcionamento e mais uma em construção.

Turismo: Garantã do Norte respeita seus recursos naturais com desenvolvimento sustentável, por isso as inúmeras riquezas naturais são preservadas. Para quem gosta de aventuras, os rios, cachoeiras e corredeiras com águas cristalinas são convite irrecusável, sem contar a pesca esportiva que tem como principal troféu dentre muitas espécies de peixes a matrinchã, o município abriga um sitio arqueológico com inscrições rupestres que permitem pesquisas e explorações históricas. O ecossistema local é bastante diversificado tanto na fauna quanto na flora.

A zona comercial consolidada do município se estabeleceu na região central da cidade. Essa localização estratégica dos comércios visa facilitar o acesso desses serviços para todos os munícipes, uma vez que há a concentração das atividades comerciais em um único ponto, torna-se mais prática a atividade de consumo de produtos e serviços. O cadastro de alvarás da prefeitura aponta o número de 1.540 atividades comerciais com alvará de funcionamento ativo, divididos de acordo com o porte da empresa e setorizada por bairro.

Os comércios com alvará de funcionamento estão em sua maior parte distribuídos pelos bairros Centro (47,6%); Cidade Nova (17,6%); Setor Industrial (7,9%); Jardim Vitória (6%); Jardim Aeroporto (4,8%); Zona Rural (3,7%); Cristo Rei (2,9%); Jardim Novo Horizonte (2,4%); Cotrel (1,3%); Jardim Araguaia (1%); Jardim Guarante e Distrito Industrial com 8% cada um; As demais atividades comerciais somaram 3,1% distribuídas pelos demais bairros. A partir desses dados consideraram-se como zona predominantemente comercial os bairros com a maior porcentagem de empreendimentos comerciais.

Vale destacar que existem atividades comerciais clandestinas que não possuem alvará de funcionamento, portanto não entraram na contabilização dos dados, embora, devem-se observar essas situações para que as atividades desses empreendimentos sejam regularizadas. Dentre as atividades de comércio presentes nessa região destacam-se restaurantes, bares, sorveterias, farmácias, lojas de produtos de pesca, materiais para construção, lojas de produtos agropecuários, lojas de roupas, lojas de utilidades domésticas, lojas de eletrodomésticos, distribuidoras de bebidas, papelarias, bancos, lojas de produtos automobilísticos, etc.

O setor comercial conta também com escritórios particulares de advocacia, engenharia, laboratórios bioclínicos, pet shops, dentre outros. Destaca-se a presença de indústrias de pequeno porte na área central como marcenarias, serralherias, oficinas de carros, lava jatos e outras que causam certo desconforto ambiental para os moradores devido a quantidade de ruídos geradas por essas atividades.

As áreas com predomínio de atividades industriais localizam-se principalmente no bairro Setor Industrial, e nas perimetrais da BR-163 Recentemente foi aprovado um novo loteamento denominado Distrito industrial, onde serão instaladas diversas indústrias de pequeno e médio porte num local relativamente afastado das áreas residenciais. Torna-se importante esse distanciamento mantido das indústrias em relação às casas, pois a incomodidade gerada pelas aquelas gera vários transtornos para os habitantes dessas, perturbando a paz e podendo gerar até mesmo conflitos entre vizinhos.

4.12. INDICADORES EDUCACIONAIS

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.2. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 6 de 141. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 2 de 141. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.8 em 2010. Isso posicionava o município na posição 49 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 2411 de 5570 dentre as cidades do Brasil

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade: [2010] 97,8 %
- IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental :[2015] 6,3
- IDEB – Anos finais do ensino fundamental: [2015] 5,2
- Matrículas no ensino fundamental: [2015] 4.480 matrículas
- Matrículas no ensino médio: [2015] 1.414 matrículas
- Docentes no ensino fundamental: [2015] 285 docentes
- Docentes no ensino médio: [2015] 106 docentes
- Número de estabelecimentos de ensino fundamental: [2015] 24 escolas
- Número de estabelecimentos de ensino médio: [2015] 4 escolas

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 94,47%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,69%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 50,36%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 41,05%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 79,91 pontos percentuais, 69,92 pontos percentuais, 46,58 pontos percentuais e 39,56 pontos percentuais. Em 2010, 83,26% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 72,49% e, em 1991, 72,02%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 11,99% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,74% e, em 1991, 0,18%.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 7,96 anos para 8,83 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,02 anos para 9,29 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,12 anos, no município, e de 8,16 anos, na UF.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 20,70% para 46,88%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 15,14%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 10,01% eram analfabetos, 38,77% tinham o ensino fundamental completo, 24,04% possuíam o ensino médio completo e 6,13%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

4.13 ENSINO SUPERIOR

No município de Guarantã do Norte somente 03 Instituições de Ensino Superior estão credenciadas pelo Ministério da Educação para oferta de cursos presenciais. Destas nenhuma oferece o curso de Serviço Social, sendo a Faculdade Ortodoxa a única com solicitação de autorização junto ao Ministério da Educação para este curso em toda a Região.



V - GESTÃO INSTITUCIONAL

A estrutura organizacional da Faculdade Ortodoxa procura assimilar experiências vivenciadas por seus diretores e coordenadores de cursos, de forma produtiva e eficaz. Está centrada no Curso, como sua unidade administrativa. Essa unidade é gerenciada por um coordenador, ligado diretamente à Diretoria.

5.1. GESTÃO DA POLÍTICA ACADÊMICA ADMINISTRATIVA

A Política acadêmica administrativa da IES deixa clara a decisão de alicerçar seu planejamento na missão institucional, na filosofia de ação participativa adotada, nas particularidades de sua identidade, nas pessoas que compõem a organização, nos alunos a quem a Instituição atende e na responsabilidade social que faz questão de ter.

Ao serem definidas as concepções acerca de política acadêmica administrativa, oportuno que se possa vinculá-lo ao processo de avaliação institucional, tal como vem ocorrendo em várias universidades brasileiras. Esses dois processos interligam-se e estão vinculados a dois aspectos fundamentais da Instituição: a tomada de decisões e a ação decorrente em termos de correção de desvios/ reforço dos aspectos positivos/ aproveitamento das disponibilidades. Ambos os processos - o de política acadêmica administrativa e o de avaliação institucional -, vistos como instrumentos gerenciais, não são fins em si mesmos. São instrumentos articuladores de mudança e de correção de rumos, tanto no que concerne às estruturas organizacionais quanto ao que nelas se desenvolve.

Toda política acadêmica administrativa, tem como insumos básicos os componentes que dizem respeito à infraestrutura física, aos conteúdos, programas curriculares, materiais e equipamentos didáticos, recursos humanos e financeiros. Some-se a isso a legislação, conjunto de normas e regulamentos e outros componentes que são fundamentais para a organização e o funcionamento da Instituição, além da consideração permanente dos cenários externo e interno. A política acadêmica administrativa, com relação aos insumos básicos, cumpre um papel importante no sentido de articular as demandas, os interesses, os projetos e os programas institucionais, distribuídos num cronograma em diferentes períodos de tempo e com atores diferentes.

Concebido dessa forma, a política acadêmica administrativa na IES constitui-se em uma ferramenta de desenvolvimento institucional. Torna aqueles que a utilizam capazes de se comprometer com as políticas por eles definidas, com os objetivos, metas e ações por eles traçadas e por eles executadas, avaliadas e realimentadas.

5.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

- Conselho Superior - CONSUP;
- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- Diretoria;
- Conselho de curso;
- Coordenadoria de curso;
- Instituto Superior de Educação - ISE.

5.3. REGIMENTO INTERNO DA MANTIDA

O Regimento Interno da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (FACO/01) deste PDI – 2018/2022.

5.4. ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES

Os Órgãos Colegiados Superiores da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (doc. FACO/01) deste PDI – 2018/2022.

5.5. AUTONOMIA DA MANTIDA EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

A autonomia didático-científica compreende a competência para:

- Estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão.
- Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes e fixar as vagas iniciais.
- Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares nacionais.
- Estabelecer planos, programas e projetos de iniciação científica, produção artística e atividades de extensão.
- Conferir graus, diplomas e outros títulos e registrá-los.
- Estabelecer seu regime acadêmico e didático-científico.

5.5.1. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A autonomia administrativa compreende a competência para:

- Propor a reforma de seu Regimento, para vigência, no que couber, após aprovação dos órgãos competentes.

- Elaborar, reformular e aprovar o Regimento de suas unidades e os regulamentos institucionais.
- Propor à Mantenedora a fixação dos encargos educacionais, das taxas e emolumentos a serem cobrados pelos serviços prestados, respeitada a legislação pertinente em vigor.
- Propor formas de seleção, admissão, promoção, licenças, substituições e dispensa do pessoal docente, bem como estabelecer seus direitos e deveres.

5.6. PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

O cenário da modernidade contempla a instauração de múltiplos desafios políticos e educacionais. Comprometido com tais desafios a Faculdade Ortodoxa, no exercício de sua missão educativa através dos cursos de graduação, buscará permanentemente a excelência do ensino.

Nesse sentido, a proposta pedagógica desenvolvida pela IES se pauta nas Diretrizes Curriculares Nacionais, emanadas do Conselho Nacional de Educação, aliada aos princípios da educação transformadora.

A partir de tais concepções, a IES busca implementar metodologias reflexivas e interdisciplinares que concorram para o favorecimento da participação ativa e interativa de todos os elementos didáticos, envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

5.7. EXISTÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS

Os cursos ministrados pela IES possuirão projetos pedagógicos aprovados pelo MEC. Os futuros projetos também atenderão aos indicadores e padrões de qualidade e às diretrizes curriculares legais.

5.8. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Na formulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos pretendidos, haverá a participação ativa dos coordenadores, professores e Mantenedores, para adequação curricular às novas diretrizes curriculares.

Após a elaboração dos projetos pedagógicos, os mesmos deverão ser submetidos, sucessivamente, à deliberação dos colegiados de Cursos e do Corpo Docente. O Coordenador de Curso é o elemento que estimula a participação dos diversos públicos envolvidos na elaboração do Projeto Pedagógico. Além disso, cuida da integração das informações e conteúdos legais com as aspirações oriundas da participação coletiva e das demandas da sociedade. O Coordenador é responsável pela ligação entre a Assessoria Pedagógica Institucional e os participantes do processo de construção.

Meta:

Obter conceito 05 na avaliação do projeto pedagógico de cada curso de graduação, por ocasião da avaliação das condições de ensino, para autorização e reconhecimento dos cursos.

Ações específicas:

- Desenvolver estudos permanentes para a atualização periódica dos projetos pedagógicos.
- Manter e atualizar banco de dados para cada curso, tendo presente os indicadores e padrões de qualidade do INEP, para avaliação das condições de ensino, de cada curso.
- Envolver a comunidade acadêmica de cada curso (alunos, professores, técnicos e pessoal de apoio) no processo de avaliação e atualização dos projetos pedagógicos.

5.9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

O acompanhamento e a supervisão dos projetos pedagógicos dos cursos e das atividades acadêmicas são desenvolvidos no nível da administração básica, pelas coordenadorias de curso e pelos colegiados de curso. A avaliação dos cursos e programas e dos respectivos projetos pedagógicos estará a cargo da Comissão de Avaliação Institucional - CPA, que integra a Diretoria da Faculdade, nos termos do programa específico, conforme este PDI.

Meta:

Avaliar, anualmente, os projetos pedagógicos de cada Curso Superior.

Ações específicas:

- Adotar os indicadores e padrões de qualidade do INEP, adaptados ao perfil e a missão institucionais da faculdade, para a avaliação periódica dos projetos pedagógicos dos cursos.
- Submeter os projetos pedagógicos à auto avaliação, antes do pedido de reconhecimento de cada curso.
- Criar metas e ações específicas para a correção e melhoria dos projetos pedagógicos avaliados negativamente, em qualquer aspecto.

As atividades de iniciação científica estarão articuladas com o ensino superior, mediante a coordenação dos gestores de cada curso. As atividades permanentes de extensão – e sua articulação com o ensino – serão objeto de gerência afeta à Diretoria da Faculdade, especialmente designado pelo Diretor.

As atividades de práticas profissionais, desenvolvidas sob a forma de estágios curriculares (supervisionados) ou extracurriculares, estarão articuladas com a função ensino, por intermédio da coordenação de estágios, que manterá estreita articulação com as coordenações específicas de estágio, de cada curso. A participação efetiva dos discentes nas práticas investigativas e nas atividades de extensão será assegurada pela implementação dos programas de monitoria e de iniciação científica. Todas essas atividades serão supervisionadas por docentes, especialmente designados pela Diretoria.

É importante ressaltar que o ato de planejar sugere-se a avaliação permanente do projeto e da sua respectiva reestruturação. A avaliação situa o grupo no processo, propiciando a possibilidade de um julgamento mais concreto da caminhada realizada, com conhecimento crítico da situação em que se encontra e conduz ao estabelecimento de perspectivas com relação à continuidade do projeto.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA oferece dados importantes que auxiliam nas ações de acompanhamento do Projeto Pedagógico. Outros indicadores que auxiliam na implementação, revisão e atualização dos projetos são as constantes transformações contextuais, as novas perspectivas de mercado e as Diretrizes Curriculares.

5.10. RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE

Os convênios firmados por uma Instituição de Ensino Superior refletem o nível de inserção e aceitação da mesma pela sociedade na qual está inserida. Assim, considerando a quantidade e qualidade das dezenas de convênios que a IES possui com organizações do setor público e privado da sociedade, podemos concluir que a IES conseguiu construir uma excelente imagem de credibilidade e aceitação. A IES possui uma gestão proativa de aproximação com a sociedade que demanda serviços educacionais, técnicos e administrativos. Abaixo, apresentamos uma síntese das áreas contidas nos objetivos dos convênios mantidos pela IES que serão ampliadas e aprimoradas:

- Cooperação Técnica;
- Pesquisa;
- Ensino de Graduação;
- Ensino de Pós-Graduação;
- Qualificação Profissional / Treinamento;
- Ação Comunitária;
- Estágios para Alunos da IES;
- Concessão de Bolsa para Professores;
- Concessão de Bolsa para Alunos;
- Aquisição de Equipamentos / Obras;
- Prestação de Serviços.

A IES possui instituído o Núcleo de Convênios, onde estão centralizadas todas as ações referentes à formação de parcerias e convênios, desde a avaliação de sua necessidade até sua formalização.

Este Núcleo trabalha de duas maneiras, no que diz respeito à efetivação de parcerias/convênios:

- As empresas, cientes do importante papel que a IES representa na sociedade, procuram a instituição para formalizar a parceria/convênio;
- A IES, por meio de necessidades apresentadas pela comunidade acadêmica, realiza visitas às instituições que possam contribuir de alguma forma, no desenvolvimento de atividades importantes para comunidade.

A celebração de parcerias com empresas públicas e privadas assume relevância nessa missão de formar profissionais capacitados a operar de acordo com as peculiaridades e necessidades regionais. Nas parcerias e convênios, a IES incentivará a participação docente e discente, facultando-lhes perceber vantagens em casos de produção industrial, tecnológica ou intelectual, em assessoramento a entidades externas, em participação em colegiados administrativos.

O olhar externo à comunidade diz respeito ao exame das relações construídas com as comunidades local e regional. Partindo de um planejamento, a IES, atendendo à sua missão e à demanda de necessidades da comunidade, atua nas áreas de educação, saúde, assistência social e meio ambiente, desenvolvendo ações institucionais e visando legitimidade frente a comunidade.

A política para as relações institucionais com as comunidades local e regional está assentada nas seguintes diretrizes:

- Reconhecer a importância do investimento social, valorizá-lo e explicitá-lo em documentos (missão, visão, objetivos).
- Praticar uma política de inclusão social e capacitação que contemple o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou pertencentes a grupos de minorias sociais.
- Manter uma política de responsabilidade social com a comunidade expressa em ações contínuas e sistemáticas de desenvolvimento da comunidade por meio de ações/projetos sociais (próprios ou em parceria), a partir de necessidades sociais levantadas.

VI – IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS

A IES, objetivando a sintonia com o mercado acadêmico e profissional não acadêmico, estruturou-se de modo a garantir a mobilidade de seus quadros bem como a interação de seus agentes.

Desta maneira adquire importância a estrutura dos Núcleos nos quais professores, parcela do corpo docente e pesquisadores se organizarão por afinidade de conhecimento para o surgimento de um ambiente propício à interdisciplinaridade. Assim, por meio dos Núcleos, em especial dos seus respectivos Orientadores a participação docente e discente permeará indiretamente toda a estrutura administrativa da IES, além da participação direta já garantida nos órgãos colegiados anteriormente exposta.

Os professores encontram-se organizados em Núcleos, dentro dos quais são responsáveis pela produção do conhecimento e sua integração na prática dos cursos produzidos pela IES e pela atribuição e delimitação do conteúdo a ser abordado pelas disciplinas.

Internamente aos Núcleos, os professores encontram-se submetidos à avaliação dos Orientadores do Núcleo – um por núcleo – que se reportam ao Coordenador Acadêmico que, por sua vez, tem como função o auxílio ao Diretor nas atividades de:

- Supervisionar as atividades das Coordenadorias e do Centro de Pesquisa, Monografia e Publicações;
- Articular as atividades das Coordenadorias e supervisionar o trabalho dos órgãos de apoio acadêmico;
- Submeter aos órgãos competentes estudos e planos de racionalização das atividades administrativas;
- Solicitar ao Diretor, quando necessário, a substituição ou transferência de professor em suas funções ou encargos;
- Elaborar o plano das atividades de ensino e pesquisa, submetendo-o à aprovação dos órgãos competentes;
- Exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Sendo as seguintes as atribuições comuns às Coordenadorias:

- Promover a execução das decisões emanadas do Diretor e dos órgãos deliberativos da IES;
- Elaborar e administrar os respectivos programas anuais de trabalho;
- Elaborar os relatórios de atividades na periodicidade definida pelo Diretor da IES;
- Propiciar o envolvimento dos alunos, sempre que possível, em projetos
- Atividades da IES;
- Estimular integração entre o ensino, a pesquisa e a consultoria técnica;

- Propor ao Diretor a contratação de técnicos, pesquisadores e professores.
- Colaboradores;
- Propor diretrizes para o exercício das atividades de ensino, pesquisa, publicações e consultoria técnica;
- Examinar e submeter preliminarmente ao Diretor Acadêmico:
- Projetos de ensino, pesquisa e consultoria técnica;
- Nomes de docentes, pesquisadores e técnicos que participarão dos diferentes projetos;
- Supervisionar e apoiar, técnica e academicamente, as atividades e os projetos da IES.

6.1. CURSOS DE GRADUAÇÃO

O Curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica. O Curso é integrado pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas e normativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

Meta:

Buscar, permanentemente, a excelência na gestão acadêmico-administrativa.

Ações específicas:

- Proporcionar ambiente institucional para o desempenho elevado dos Coordenadores de Curso, professores e alunos.
- Incluir todos os Coordenadores em regime de tempo integral.
- Promover seminários internos de atualização gerencial, com ênfase para os aspectos acadêmicos, econômico-financeiros e administrativos.

6.2. CURSOS PRETENDIDOS - GRADUAÇÃO

A partir de levantamentos realizados entre concluintes do ensino médio da região, os candidatos inscritos nos vestibulares e os professores, a Faculdade optou por iniciar sua oferta de cursos de Graduação em três vertentes:

Meta:

Implantar os seguintes cursos conforme cronograma:

CURSO	2018		2019		2020		2021		2022	
	1º	2º								
GRADUAÇÃO										
Medicina Veterinária										
Pedagogia										
Arquitetura e Urbanismo										

Cronograma do PDI Anterior (2013/2017)

CURSO	2013		2014		2015		2016		2017	
	1º	2º								
GRADUAÇÃO										
Engenharia Civil										
Serviço Social										
Direito										

Ações específicas:

- Levantar a legislação, normas, indicadores e padrões de qualidade para a elaboração final dos projetos pedagógicos dos cursos pretendidos.
- Recrutar professores-especialistas, nos cursos pretendidos, para integrarem o corpo docente da faculdade e atuarem na elaboração dos projetos.
- Elaborar os projetos cursos, à época própria, prevista no calendário do MEC, para protocolização dos pedidos.
- Acompanhar a tramitação dos processos, a visita das comissões de consultores do MEC e o cumprimento de possíveis diligências.
- Tomar as ações legais e burocráticas para a realização dos processos seletivos iniciais e a instalação de cada curso.

6.3. CURSOS PRETENDIDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*Lato Sensu*)

A pós-graduação, em nível de especialização, será implantada progressivamente, na medida da consolidação e fortalecimento dos cursos e programas.

Os cursos de pós-graduação serão coordenados por professor, designado pela Diretoria, em apoio à coordenadoria do curso afim.

Meta:

Implantar, no período 2018/2022 de acordo com o seguinte quadro:

CURSO/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO				
	2018	2019	2020	2021	2022
Grupos Sociais Vulneráveis					
Direito Imobiliário					
Gestão de Agronegócios					
Desenvolvimento Sustentável					
Construções e Obras Públicas					

Ações específicas:

- Recrutar e selecionar professores, do corpo docente da própria IES, para a elaboração dos projetos dos cursos de especialização programados para o período.
- Alocar horas-semanais para os programas de pós-graduação, dos professores em TI e em TP.
- Recrutar, selecionar e contratar professores na comunidade local e regional, com título de mestre ou doutor, para suprir possíveis carências internas, para a implementação dos programas de especialização.
- Conceder bolsas, parciais ou totais, aos professores do quadro docente, indicados pelos coordenadores de curso, para matrícula nos cursos de pós-graduação.

FACULDADE ORTODOXA

É preciso destacar a importância que os cursos de Pós-graduação "LATO SENSU", na modalidade acadêmica, terão para a Instituição ao proporcionar ao professor a oportunidade de obter a melhor qualificação para a docência .

6.4. PROGRAMAÇÃO PARA RECONHECIMENTO DE CURSOS

Conforme legislação em vigor.

6.5. CURSOS DE EXTENSÃO

A partir de levantamentos realizados, a Faculdade optará pela oferta de cursos de Extensão de acordo com o seguinte quadro.

PROGRAMAS DE EXTENSÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO				
	2018	2019	2020	2021	2022
Gestão Pública					
Comunicação Estratégica					
Emprego e Renda					
Libras					
Grupos Sociais Vulneráveis					
Educação Profissional					
Empreendedorismo					
Desenvolvimento Sustentável					
Relações Étnicas Raciais					
Gestão do Trabalho Urbano					
Tecnologia da Informação					
Temática indígena em sala de aula					
Gestão Educacional					

VII – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

O Curso é integrado pelo Coordenador e seus professores das disciplinas que compõem o currículo do mesmo, pelos alunos nelas matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nele lotado. Todos com suas responsabilidades definidas no Regimento Interno da Instituição.

A Coordenadoria Acadêmica, órgão de coordenação dos cursos, é exercida por um Coordenador Acadêmico, escolhido pela Mantenedora em lista tríplice, competindo ao mesmo zelar pela qualidade e manter a unidade e atualização dos programas dos cursos, observadas as necessidades e tendências identificadas no mercado e as orientações, diretrizes e políticas emanadas dos órgãos superiores, desenvolvendo as ações necessárias a tanto.

A Coordenadoria Acadêmica encontra-se dividida, Inicialmente, em cinco Núcleos: de Pesquisa, de Extensão Comunitária e Universitária, de Atividades Complementares e de Prática. Os Cursos, órgãos executores das atividades de ensino, estão subordinados à coordenadoria acadêmica. Ao coordenador compete zelar pelo ensino e disciplina das matérias absorvidas pelo seu curso

7.1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação do Curso responde pela condução integral do processo pedagógico. Além de acompanhar diuturnamente o desempenho dos docentes, quanto ao cumprimento dos programas e avaliações, bem como o desempenho didático em salas de aula, e de exercer as demais competências que lhe sejam previstas no Regimento.

Em consonância ao Coordenador, ao Conselho Pedagógico compete distribuir, deliberar e emitir parecer sobre os programas e planos de ensino e projetos, em grau de curso, aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaboradas pelo Coordenador.

A Coordenação do Curso está subordinada à Diretoria Geral, que com reuniões periódicas discute e delibera sobre assuntos relacionados ao curso que sobressaem ao âmbito da coordenação.

O coordenador do curso não desenvolve os seus trabalhos de forma isolada, possui suporte acadêmico administrativo dos conselhos e da Diretoria diretamente relacionadas.

Meta:

Tornar o Curso uma unidade Administrativa, com custos e orçamento próprios.

Ações específicas:

- Desenvolver um sistema próprio de informações gerenciais, com apropriação de custos e resultados, por Curso.
- Atribuir ao Coordenador de Curso a função de gestor do Projeto Pedagógico do Curso, das atividades de apoio técnico, científico e operacional e do controle orçamentário e financeiro da sua unidade.

7.2. COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador de Curso é escolhido e designado pelo Diretor, juntamente com o seu suplente, que o substitui nas faltas e impedimentos eventuais. A titulação e o regime de trabalho do coordenador devem atender aos padrões de qualidade, fixados pelo MEC.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
- Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- Apresentar, anualmente, ao Conselho de Curso e à Diretoria, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não docente nele lotado;
- Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- Delegar competência, e
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

A coordenação dos cursos sequenciais e de pós-graduação é exercida pela Coordenadoria de Curso que contiver maior número de disciplinas oferecidas à integralização dos mesmos.

O Diretor pode designar coordenador específico para cursos sequenciais ou de pós-graduação, segundo a natureza ou complexidade de cada um.

Meta:

Manter na coordenação dos cursos de graduação professores-profissionais vocacionados para a liderança e a gestão participativa.

Ações específicas:

- Manter a regularidade de funcionamento dos colegiados de cursos, no mínimo, nos períodos estabelecidos no regimento.
- Proporcionar infraestrutura de apoio aos colegiados e aos coordenadores de cursos, para o exercício pleno de suas funções.
- Oferecer cursos de treinamento e atualização para os coordenadores de cursos, particularmente em relação à elaboração e execução de projetos pedagógicos, à legislação de ensino superior e às relações interpessoais.

7.3. REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICOS

O registro e controle acadêmicos serão da competência da Secretaria Acadêmica, que integra a Diretoria. A Secretaria Acadêmica será composta de pessoal qualificado para essas funções, sendo treinados para tarefas específicas, particularmente, em relação ao sistema informatizado. Este sistema oferecerá confiabilidade, segurança e rapidez nos registros e nas informações prestadas aos alunos.

A organização do controle acadêmico segue as normas estabelecidas e todo sistema de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria conta com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado.

O sistema de controle acadêmico primará pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente à legislação educacional em vigor.

A Faculdade Ortodoxa adotará o regime semestral de matrícula por disciplina. A cada semestre o aluno renova sua matrícula em disciplinas do currículo do seu curso, conforme horário de aulas preparado para aquele semestre. Durante o semestre, sempre que interessar, o aluno pode solicitar histórico escolar contendo resultados das disciplinas cursadas em semestres anteriores. A documentação de alunos e os registros acadêmicos serão administrados pela Secretaria Geral. Documentos e informações serão fornecidos continuamente pela Secretaria, atendendo solicitação de toda comunidade acadêmica.

Meta:

Erro ZERO nos registros acadêmicos.

Ações específicas:

- Desenvolver programa próprio de sistema de informações acadêmicas, na busca da confiabilidade, segurança, transparência e agilidade.
- Proporcionar treinamento permanente aos profissionais em exercício na Secretaria Acadêmica, com ênfase nos aspectos essenciais da gestão acadêmica de dados informatizados, na legislação do ensino superior e nas relações interpessoais.
- Promover a atualização tecnológica de equipamentos e programas de informática, destinados ao registro e controle acadêmicos.
- Proporcionar condições e ambiente de trabalho adequados ao exercício das funções de controladoria acadêmica.

7.4. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A instituição entende que os coordenadores de cursos são o elo entre o corpo discente e a direção da Instituição, desta forma a IES adotará uma “política de portas abertas” no trato com os discentes, atendendo aos alunos diariamente ou através de reuniões com os representantes de sala. Este contato com o discente permite à coordenação:

- Obter um retorno das diversas atividades propostas aos alunos;
- Informar aos alunos sobre eventuais programas ou projetos institucionais;
- Identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos através deste atendimento e das reuniões de Colegiado de Curso;
- Ouvir sugestões e identificar pontos de melhoria;
- Posicionar os alunos sobre as expectativas de um curso superior.

A IES, enquanto instituição oferecerá vários outros serviços que podem ser utilizados pelos alunos, no sentido de contribuir com sua formação acadêmica, social e cultural, como por exemplo:

Biblioteca – Internet – Auditório – Programa de Orientação Psicopedagógica e etc..

Os serviços que visam acompanhamento do discente serão organizados tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para a qual o aluno está sendo formado, deve proporcionar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade a partir dos diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas no curso.

Com este propósito serão desenvolvidas ações incentivadoras da participação dos discentes como: seminários, congressos, simpósios, etc., disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas; acompanhamento psicopedagógico; Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores; Programa de Avaliação Continuada para realização da auto avaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso; Monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem.

Os docentes atenderão os alunos que participam dos projetos de atividades de trabalhos de conclusão de curso, estágios supervisionados e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas. Programas Institucionais também facilitam e contribuem para a qualificação discente: ciclos de palestras e Semanas de Estudos, apresentados de forma sistemática.

7.5. FORMAS DE ACESSO

Para o acesso do discente ao ensino superior foi definida política em complementação à de captação de alunos, uma vez que não basta viabilizar o acesso de alunos ao ensino superior, é preciso, também democratizar a sua permanência, a fim de assegurar-lhes o uso dos resultados do seu processo educativo e dos benefícios derivados desta escolaridade. Democratização da permanência dos alunos implica em ter clareza do perfil de profissionais que a Instituição deseja formar a fim de poder identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior e os problemas de ordem emocional ou psicopedagógica que interferem na sua aprendizagem. Implica também na busca de alternativas aos problemas de ordem financeira que impossibilitam, muitas vezes, a referida permanência nos cursos em que lograram obter acesso. A admissão aos cursos superiores da IES ocorre por meio de um processo seletivo que visa selecionar e classificar os alunos de acordo com os requisitos básicos para os cursos oferecidos. Antes de iniciar o período letivo é aplicado sistematicamente um teste escrito padronizado (Vestibular) de conhecimentos e habilidades intelectuais. Os alunos aprovados e classificados estão aptos para a matrícula.

7.6. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

O apoio pedagógico e Financeiro ao discente é atendido a partir de uma política de trabalho conjunta do docente, da Coordenação de Curso, da Direção Geral da Instituição, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Secretaria.

O apoio pedagógico ao discente inicia-se em sala de aula. Neste sentido, e reforçado o papel de educador que o corpo docente possui. Este papel de educador não se limita apenas às atividades acadêmicas, estende-se também ao papel amigo que o docente adota em determinadas situações. O professor é responsável pela formação do aluno não só para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade. Por isso sua postura em sala de aula, a forma como trata seus pares e seus alunos, sua ética profissional, sua forma de expressar-se, são pontos que devem ser observados e que fazem parte da formação do discente. Devem ser praticados, em sala de aula, exercícios de cidadania e respeito ao próximo. Normas de disciplinas e assiduidades são reforçadas, além do respeito pelo docente e pelos outros discentes.

A política de apoio aos discentes envolve, também, além do atendimento necessário aos “déficits” de diferentes ordens, por eles apresentados, no investimento nas potencialidades e disponibilidades que os alunos evidenciem, através do estímulo à canalização deste “plus” em atividades de pesquisa e extensão.

Da política de apoio pedagógico fazem parte integrante:

- Cursos de reforço (NIVELAMENTO) em disciplinas básicas (principalmente de Língua Portuguesa);
- Programas de monitoria: cujo objetivo é assessorar alunos em eventuais dúvidas;
- Processo de avaliação: a cada exercício realizado seja trabalho ou avaliação à correção oral e escrito, torna-se um espaço privilegiado de aprendizagem;
- Controle de faltas;
- Processo ensino-aprendizagem: prática pedagógica e compreensão por parte dos alunos da proposta de trabalho e do conteúdo desenvolvido;
- Política de “portas abertas”, onde o coordenador do curso disponibiliza horário para apoio aos discentes;
- Disponibilização por parte de alguns docentes de horário semanal para apoio pedagógico ao discente;
- Laboratórios de informática;
- Laboratórios específicos;
- Programa de Iniciação a Pesquisa Científica;
- Programas de extensão.

Além do trabalho realizado pelos docentes e coordenadores, a instituição também fornecerá uma série de programas que visam o apoio ao discente.

Esses programas foram organizados tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para a qual o aluno está sendo formado, deve proporcionar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade a partir dos diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas no curso.

Com este propósito serão desenvolvidas ações incentivadoras para a participação dos discentes em projetos como:

- Seminários, congressos, simpósios, palestras externas (utilizadas como metodologia de ensino, durante as aulas), etc.;
- Ciclo de palestras e Semana de estudos;
- Acompanhamento psicopedagógico;
- Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores;
- Programa de Avaliação Continuada para realização da auto avaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso;
- Programa de monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem;
- Estágio Supervisionado;
- Além da disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas.

Para que possa acompanhar seu desempenho acadêmico, a IES facilitará ao aluno o acesso às informações de seu registro acadêmico através do “registro eletrônico” ou diretamente na secretária. O acesso eletrônico pode ser realizado via internet mediante a utilização de uma senha específica. O controle e registro acadêmicos (notas, disciplinas, aprovações, reprovações, tempo restante para a conclusão do curso, e outras referências à vida acadêmica) são de responsabilidade da Secretaria.

Para os alunos que não possuem acesso à Internet ou não dispõe de equipamentos que permitam este acesso, a faculdade disponibilizará junto à Biblioteca e Laboratórios de Informática microcomputadores, cujos objetivos, além do pedagógico, é facilitar ao aluno o acesso a seus registros acadêmicos. Com o objetivo de colocar os discentes mais próximos ao mercado de trabalho, a IES mantém convênios/parcerias com diversas instituições.

Desta forma, estas instituições, sempre que necessário, ofertam vagas de estágios ou, no caso das grandes empresas, realizam o recrutamento contínuo de estagiários. A IES ofertará programa de bolsas de estudo com investimento próprio e governamental.

7.6.1. SUB-PROGRAMAS COM INVESTIMENTO INSTITUCIONAL

- Bolsa: sem convênio (parciais/integrais): a partir de uma ficha (modelo IES) de análise socioeconômica, acompanhada dos documentos pessoais e acadêmicos do aluno, protocoladas na Secretaria, processa-se a análise da necessidade social x orçamento institucional, pela Comissão (Tesouraria, Secretaria e Diretoria). Após essas análises é deferido ou não o pedido de bolsa de estudos.
- Bolsa: Funcionário e/ou dependente: É concedida bolsa de estudos para todos os funcionários da instituição e para os dependentes.

7.6.2. SUB-PROGRAMA COM INVESTIMENTO GOVERNAMENTAL

- FIES – O Governo Federal junto a Caixa Econômica Federal - CEF, financiam 70% do valor da mensalidade; o aluno repassa o restante de 30% para IES, a IES recebe do Governo em títulos, podendo descontar do recolhimento de INSS. O aluno quitará a dívida com a CEF, depois de formado.
- PROUNI – Governo Federal: Bolsas integrais ou parciais concedidas para alunos carentes.

7.7. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O aspecto crucial do apoio aos discentes passa pela ênfase à participação dos mesmos na gestão institucional, através do estímulo à representação estudantil em todos os órgãos colegiados dos cursos, ou mesmo nos de nível institucional, com direito à voz e voto.

Esse envolvimento é considerado salutar, na IES, pelo seu aspecto psicológico e político em termos de comprometimento com seus objetivos pessoais e com os da Instituição.

7.7.1. PRINCÍPIOS

- Acolhimento especial dispensado a todos os alunos novos, viabilizando sua integração ao meio universitário.
- Zelo pela manutenção de um clima cordial de trabalho institucional, com base nas relações da administração e docentes com os discentes da Instituição.

- Ênfase à participação discente na gestão institucional através das diferentes formas de representação estudantil: Diretórios Acadêmicos; participação de representantes dos alunos nas reuniões dos diferentes órgãos colegiados institucionais ou específicos dos cursos; Conselho de Representantes de Turmas nos cursos bem como no processo de auto avaliação institucional.
- Democratização da permanência dos alunos nos cursos através da criação de mecanismos para superação dos diferentes impedimentos.
- Estímulo ao adequado aproveitamento das potencialidades e disponibilidades dos alunos em atividades de Pesquisa e Extensão.
- Sistematização das ações acadêmico-administrativas institucionais de apoio aos discentes em um núcleo institucional específico para tal, dotado de recursos humanos qualificados para as diferentes funções, além de recursos próprios de infraestrutura.

7.8. PROGRAMAS DE ESTÍMULOS

Com a implantação dos Programas de estímulos e das ações planejadas, a meta é alcançar índices de produtividade, nos cursos de graduação, superiores em, pelo menos, 20% da média nacional, apurada pelo INEP, para as IES não-universitárias.

Ações específicas:

- Estímulo e apoio à participação dos estudantes em atividades de iniciação científica, de extensão, atividades complementares e em eventos (congressos, seminários, painéis, simpósios) de natureza científica ou cultural, educacional.
- Implantação do Núcleo de Apoio ao Estudante, destinado à prestação de serviços de apoio pedagógico (orientação acadêmica), de acompanhamento psicopedagógico, encaminhamento profissional etc.
- Desenvolver programa em tecnologia da informação que amplie as facilidades, aos alunos, para o acesso às informações do registro acadêmico.
- Proporcionar o treinamento em programas de digitação de textos e planilhas eletrônicas, ao longo dos dois primeiros semestres letivos, a fim de facilitar a elaboração dos trabalhos acadêmicos.
- Implantar, a partir de 2019, o Núcleo de Acompanhamento de Egressos, destinado a proporcionar, aos concluintes dos cursos superiores, meios de colocação profissional ou de início em empreendimentos próprios ou a oferta de cursos de atualização profissional.
- Oferta de bolsas de iniciação científica e de monitoria.
- Existência de projeto de acompanhamento de egressos

7.9. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos nos Cursos da IES ocorrerá atendendo às necessidades do curso no seu sistema avaliativo, visando socializar as experiências na atuação profissional e fornecer subsídios para a reestruturação curricular do mesmo. Assim, vários procedimentos serão utilizados, tais como: manutenção de mala direta, divulgação na mídia em geral convidando para atividades de lazer e tecno-científicas, feiras, mostras universitárias, avaliação pelo Programa de Avaliação Continuada e, mesmo nas monografias de final de curso, onde são realizadas pesquisas que fazem levantamento da situação atual do egresso.

O objetivo do instrumento de avaliação do Egresso é obter contribuições do ex-aluno para a melhoria da qualidade do Curso, diagnosticando:

- A sua posição no mercado de trabalho;
- Competências desenvolvidas durante e com auxílio do Curso;
- Dificuldades de colocação profissional;
- Competências não desenvolvidas, porém relevantes ao exercício da profissão;
- Visualização que o egresso possui do Curso e qual o seu interesse pela educação continuada.
- Aspectos de melhoria da qualidade de vida do egresso.

O instrumento para o egresso, em conjunto a outros instrumentos, entre eles a óptica dos discentes, a óptica dos docentes, a óptica dos gestores, avaliação de disciplinas, avaliação de laboratórios e biblioteca, identificação da expectativa da comunidade e fóruns, são fontes de informação para elaboração do relatório conclusivo de avaliação do Curso.

7.10. PERFIL DO INGRESSANTE

Com o estudo do perfil socioeconômico do estudante, pretende-se evidenciar a existência de problemas que podem interferir diretamente no seu desempenho escolar, uma vez que este perfil conduz, não só ao acesso ao curso, como também ao seu êxito no aproveitamento escolar. Assim, é possível que a direção, docentes e discentes da IES possam revisar o currículo do curso, para adequar programas e métodos de ensino, no decorrer do curso e proporcionar melhores possibilidades de inserção dos acadêmicos na área profissional.

7.11. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso é definido a partir das análises contextualizadas de cada curso e habilitação e de resultados desejados e veiculados ao projeto pedagógico.

O perfil enfatiza a capacidade de raciocínio, a assimilação de novas informações, a compreensão de bases gerais, técnico-científicas, sociais, econômicas e a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional.

Os cursos em seus projetos pedagógicos devem oportunizar aos graduandos, uma sólida formação humanista e geral, com a capacidade de análise e articulação de conceitos, e estejam imbuídos de uma consciência social, capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, bem como a de desenvolverem a capacidade de transferir conhecimentos do cotidiano para o ambiente de trabalho e do campo profissional.

O perfil desejado do formando pela IES repousa em uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania. Portanto, os Cursos da IES pretendem formar Bacharéis com habilitação suficiente para alcançar o perfil desejado do formando, conforme a Resolução de cada curso; assim, propiciará a seus alunos o desenvolvimento.

Enfim, como explicitado, pretende a IES formar profissionais que tenham assimilado os conhecimentos transmitidos, mas, especialmente, que se tenham formado, através dos anos em que cursaram a graduação, como pensadores. Essa formação os terá transformado em sólidos profissionais, que terão melhores condições no mercado de trabalho do que os que só obtiveram informações, nem sempre retidas. Neste contexto o papel do profissional ganha maiores atribuições e responsabilidades. Cabe a ele contribuir para o desenvolvimento da organização e da sociedade como um todo.

Buscando adaptar-se ao contexto atual, buscamos atingir um profissional que busque não só o *Saber fazer*, mas também o *porquê fazer*.

No desenvolvimento das competências que julgamos essenciais e na capacitação destes alunos, futuros profissionais, a Faculdade tem como princípio respeitar a personalidade e as habilidades individuais.

Profissional empreendedor, com sensibilidade e entendimento sobre responsabilidade social, com formação humanística e visão sistêmica, capaz de compreender o meio social, político, econômico e cultural; amplo domínio das estratégias empresariais, identificando oportunidades, antecipando e promovendo transformações; capaz de atuar de modo integrado e sistêmico dotado de habilidades de planejamento, organização, liderança e controle com equipes interdisciplinares.

7.12. COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

No universo das exigências mercadológicas inerentes à modernidade destaca-se a necessidade de profissionais competentes e comprometidos com as contínuas transformações contextuais.

A IES buscará desenvolver as seguintes competências:

- Refletir criticamente sobre o contexto sócio histórico no qual está inserido, fazendo a necessária intervenção visando à melhoria do mesmo;
- Assumir a postura de investigador utilizando sistematização da pesquisa como requisito inerente à construção e/ou reconstrução do conhecimento;
- Exercer a profissão com autonomia, pautando-se nos princípios da ética e cidadania;
- Utilizar dos benefícios resultantes das pesquisas científicas e tecnológicas em prol da qualidade de vida;
- Articular a profissão com as demais atividades sociais, numa perspectiva multiprofissional e multidisciplinar;
- Promover a participação contínua de ações que visam à valorização do multiculturalismo em prol da soberania humana.

7.13. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO

A organização do controle acadêmico segue as normas estabelecidas e todo sistema de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria contam com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado.

O sistema de controle acadêmico prima pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente a legislação educacional em vigor.

A Faculdade Ortodoxa adota o regime semestral de matrícula por disciplina. A cada semestre o aluno renova sua matrícula em disciplinas do currículo do seu curso, conforme horário de aulas preparado para aquele semestre.

Durante o semestre, sempre que interessar, o aluno pode solicitar histórico escolar contendo resultados das disciplinas cursadas em semestres anteriores. A documentação de alunos e os registros acadêmicos são administrados pela Secretaria Geral.

Documentos e informações são fornecidos continuamente pela Secretaria, atendendo solicitação de toda comunidade acadêmica. Os requerimentos de solicitação desses documentos são protocolados na própria Secretaria.

7.14. PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

A Faculdade conta com o suporte acadêmico e administrativo representados pelo corpo técnico/administrativo.

7.15. APOIO PEDAGÓGICO

O Apoio Pedagógico é um ambiente inteiramente dedicado ao apoio pedagógico a professores e acadêmicos, oferecendo equipamentos de informática e acesso à internet, e atendimento de funcionários em todos os períodos de funcionamento da faculdade.

Suas principais funções:

Auxiliar acadêmicos e professores na utilização do portal acadêmico, que é a forma oficial de relacionamento da faculdade com os professores e acadêmicos. É através dele que o professor disponibiliza seus conteúdos, e informa notas e frequência dos alunos, além de atividades online, comunicados e outras funções acadêmicas.

Auxiliar os acadêmicos na realização das atividades complementares de Estudos Dirigidos, que são atividades complementares oferecidas pela faculdade, cujo objetivo principal é propiciar o desenvolvimento de habilidades que vêm sendo requeridas pela dinâmica existente que há entre a faculdade, o mercado de trabalho e o sujeito cidadão. Essas atividades complementares não presenciais possibilitam ao aluno conciliar o estudo com sua possibilidade de tempo, realizá-lo no ritmo planejado e em qualquer local disponível, desenvolver autodisciplina, entre outros aspectos. Mas, para tanto, é necessário que o educando monitore a si próprio.

7.16. ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

A Faculdade Ortodoxa mantém, ainda, sistema de acompanhamento ao alunado, com o intuito de auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Para isto, estruturou um programa de acompanhamento do desempenho do aluno, de forma a possibilitar o oferecimento de medidas alternativas que favoreçam a aprendizagem adequada.

7.17. SALA INTEGRADA DE ALUNOS COORDENADORES E PROFESSORES

A Sala Integrada de Alunos e Coordenadores e Professores - SICP foi idealizada para promover o conceito "Conviver" que prega o relacionamento entre diferentes áreas do conhecimento em todos os níveis de trabalho, entre coordenadores, professores, educadores administrativos e entre alunos de diversas áreas. A Sala Integrada não representa apenas o espaço físico onde coordenadores e professores convivem, mas onde uma equipe local é responsável pelo controle das informações acadêmicas dos docentes. Os processos acadêmicos que dependem do contato direto com o aluno são realizados por esta estrutura que também gere a documentação física dos acadêmicos daquela unidade.

São responsabilidades da Sala Integrada:

- Operacionalizar o Processo Seletivo na unidade, como a organização de salas que serão utilizadas, convocação de fiscais e garantir a segurança das provas;
- Confeccionar e controlar processos de alterações de notas, abono de faltas, transferências internas e externas;
- Cadastro do quadro de horários das aulas que serão ministradas no próximo semestre com o vínculo de professores;
- Cadastro, abertura e controle de salas especiais (solicitações de alunos);
- Operacionalizar a realização das provas do Estudo Dirigido;
- Cadastro de aproveitamentos de estudos aprovadas pelos coordenadores de curso;
- Coordenar o evento de ajuste de quadro de horários dos alunos no início de cada semestre;
- Divulgar o mapa de salas utilizadas por cada disciplina na unidade;
- Confeccção de documentos para discentes;
- Cadastro das datas de provas para cada disciplina dos cursos da unidade;
- Gerir o arquivo físico de documentos dos discentes.

7.18. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ALUNO

O serviço de atendimento ao aluno é a estrutura de boas-vindas aos discentes e ingressantes dentro de IES. O setor representa o ponto único de atendimento ao aluno seja qual for o serviço solicitado. O SAA realiza procedimentos de atendimento em Nível 1, e protocola solicitações de serviços realizados por outras áreas.

Entre os objetivos do SAA está o pronto atendimento às demandas presenciais dos alunos e a realização de serviços de ingresso como a Matrícula. O SAA possui funções de facilitar a comunicação com os alunos provendo informações, documentos e solucionando negociações financeiras e no tratamento da retenção dos que possuem interesse em deixar a instituição. Na área regulatória o SAA também representa a Ouvidoria da IES.

7.19. CURSOS DE NIVELAMENTO

O projeto do curso foi elaborado sob a premissa de que todos os acadêmicos, ao iniciarem o curso, possuem as habilidades mínimas necessárias para o entendimento e aproveitamento dos conteúdos do curso. Optou-se por não incluir estes conteúdos básicos na grade curricular do curso, para não desestimular a grande maioria dos acadêmicos que já possuem este conhecimento.

Entretanto não podemos deixar de estar preparados para acadêmicos que ainda não possuem estes conhecimentos.

Portanto, a fim de proporcionar a estes acadêmicos o conhecimento necessário para um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, e não desestimular aos acadêmicos que já possuem estes conhecimentos poderão ser oferecidos em função da demanda, semestralmente e de forma gratuita, pelo menos os seguintes cursos de nivelamento:

- Informática Básica
- Matemática Básica
- Comunicação e Expressão em língua portuguesa.

A oferta destes cursos deverá ser amplamente divulgada entre os acadêmicos, e os cursos deverão ser oferecidos fora do horário normal das aulas.

7.20. POLÍTICAS DE ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A Instituição prevê anualmente dois eventos acadêmicos oficiais para os alunos. No primeiro ou segundo semestre será realizada a semana acadêmica do curso, onde os acadêmicos podem participar de palestras, seminários, exposições, maratonas de projetos e oficinas dos mais variados temas relacionados. Esse evento será de responsabilidade conjunta da coordenação e da diretoria acadêmica.

No segundo semestre será realizada a Feira das Profissões onde cada curso mostra através de palestras, exposições, minicursos, as atividades inerentes a cada profissão.

Além desses dois eventos, serão realizadas palestras com professores e profissionais convidados, cursos de extensão, visitas técnicas, exposições de trabalhos realizados no âmbito das disciplinas e eventos variados, propostos tanto pela coordenação quanto pelos alunos.

7.21. APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Faculdade Ortodoxa tem como propósito promover e incentivar a participação dos discentes em Ciclos de Debates, Conferências, Eventos, Jornadas, Mesas Redondas, Oficinas de Trabalho, Produção e Incorporação de Tecnologias Apropriadas, Seminários entre outros eventos. A Faculdade Ortodoxa tem como meta incentivar a participação discente em grupos de pesquisa, programas de Iniciação Científica e Programa de Extensão e, para isso, implantou um plano de Iniciação Científica que tem como objetivos:

- Iniciar o aluno dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
- Desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;
- Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
- Identificar e estimular os alunos para a investigação científica.

A organização curricular possibilita a realização de eventos dentro da própria Instituição, bem como a participação dos alunos em atividades extramuros, objetivando a inter e a transdisciplinaridade.

7.22. MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÕES DE ALUNOS

Os alunos terão oportunidade de divulgar seus trabalhos dentro e fora da Faculdade. A coordenação e os professores do curso divulgam os eventos ligados à profissão. A divulgação ocorre ainda nos periódicos existentes na área. Existirão, ainda, outros mecanismos de divulgação de trabalhos e produções de alunos como Revista da Faculdade. Murais, série de estudos, também fazem parte da proposta de divulgação a ser desenvolvida pelo curso.

FACULDADE ORTODOXA

7.23. BOLSAS DE ESTUDO E DE TRABALHO

Para cumprimento de sua missão, a Faculdade trabalha em parceria com organismos governamentais e organizações empresariais interessados em projetos inovadores de formação de recursos humanos, de promoção do conhecimento e de prestação de serviços técnicos e culturais à sociedade. A Faculdade Ortodoxa conta com Programas de Bolsas de Estudo e de Pesquisa voltados especificamente para a Capacitação de Recursos Humanos e para o Fomento à Pesquisa. Tais programas operam com base em um eficaz instrumento de estímulo aos agentes dos processos de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, a concessão de bolsas, em diferentes modalidades, concedidas impessoalmente, segundo critérios do mérito e de adequação ao plano de desenvolvimento institucional. Comprovadamente, sabemos que a trajetória de desenvolvimento e de sucesso da maioria das instituições, dos programas e dos cursos de ensino superior, que hoje estão consolidados e gozam de excelente reputação, foi percorrida e viabilizada com o extraordinário auxílio das bolsas de estudos e pesquisas, concedidas pelas agências de fomento.

7.24. MONITORIA

A IES adota a monitoria como atividade acadêmica de natureza complementar, assentada na iniciação à docência e facultada aos estudantes regularmente matriculados, cumpridas as condições previstas no presente regulamento. O Programa de Monitoria da IES objetiva a preparação do futuro docente e pesquisador, a fim de renovar e aperfeiçoar continuamente o quadro de professores do ensino superior, primando pela qualidade e contemplando as transformações trazidas pelo progresso dos conhecimentos e pelas exigências sociais.

O Programa de Monitoria da IES visa ainda:

- Promover a cooperação dos corpos discente e docente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, impulsionando o enriquecimento da vida acadêmica dos alunos e,
- Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor.

7.25. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

As transformações contextuais são imperativas para o campo de atuação de todos as profissões. Assim a prática educativa de uma instituição de Ensino Superior comprometida com a educação transformadora contempla a seleção de conteúdos significativos para a concretização do perfil profissional pretendido para seus educandos. Conteúdo de ensino significativo é aquele capaz de transformar-se em suporte e/ou instrumento a serviço da autonomia cidadã de quem o utiliza na sua prática de vida, fortalecendo o conceito de sujeito histórico dos processos de aprender e de ensinar.

Nesse sentido, os cursos ministrados pela IES, buscam selecionar os conteúdos curriculares numa visão multidisciplinar e interdisciplinar articulando teoria e prática, enfatizando as inter-relações estabelecidas dentre os diferentes saberes, fundamentando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na Missão Institucional e nas demandas mercadológicas atuais.

7.26. PRINCÍPIOS DIDÁTICOS METODOLÓGICOS

Visando cumprir a proposta pedagógica institucional, a IES desenvolve sua prática educativa concebida em princípios metodológicos que garantam aos agentes participantes dos processos ensinar e aprender a possibilidade de construir e/ou reconstruir os conteúdos de forma a torná-los significativos, proporcionando a interatividade entre os mesmos e conseqüentemente a socialização necessária.

Assim, a metodologia utilizada é pautada na articulação teoria e prática, aliada às práticas interdisciplinares, tais como: oficinas pedagógicas, visitas técnicas, experimentações e simulações em laboratórios, seminários, videoconferências, mesas redondas, grupos de estudo, pesquisas de campo, exposições técnicas, artísticas e culturais, dentre outras. Utilizará também, a prática de monitoria e estágios, objetivando oportunizar aos alunos condições de enriquecimento e promoção da melhoria do processo ensino-aprendizagem. Busca desenvolver uma postura empreendedora, exigência requerida no contexto mercadológico.

7.27. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

As práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pela Faculdade Ortodoxa buscam diversificar em termos metodológicos, de tal forma que se evidenciem ações coerentes e conciliadoras com a concepção dos cursos e outras exigências contextuais, vinculadas à sociedade.

Assim sendo, os principais procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos pelos professores estarão apresentados nos planos de suas respectivas disciplinas de forma mais detalhada, mas que podem ser enumeradas genericamente como: aulas expositivas e dialogadas, trabalhos individuais e em pequenos grupos, discussão circular, seminários, estudos de caso, análise de vídeos, pesquisa de campo, debates, estudos orientados de textos, visitas técnicas, práticas de informática em diversas disciplinas com uso do laboratório, exercícios de simulação, pesquisas bibliográficas, entre outros.

Para o atendimento das exigências requeridas pela modernidade, que em si própria é um processo de contínuo aperfeiçoamento, A IES enfatiza no seu cotidiano didático pedagógico, a aplicação de adequadas técnicas metodológicas.

7.28. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A IES entende avaliação como um processo contínuo e em constante aperfeiçoamento, sempre feito através de indicadores e envolvendo elemento comparação. A avaliação dos alunos é frequente e sistemática, permitindo aquilatar se os mesmos estão sendo formados adequadamente e se estão correspondendo a certos patamares de desempenho. Toda avaliação será um processo, que exigirá continuidade e aperfeiçoamento e será tanto mais confiável, à medida que for múltipla e envolver amplo período de tempo.

O aproveitamento escolar é avaliado mediante verificações continuadas, considerando-se o desempenho nas atividades propostas pelos docentes. São estabelecidos conceitos que incluem variáveis como interesse, motivação, participação, disponibilidade, atualização, criatividade, integralização de tarefas propostas e atividades extraclasse. Todas as atividades são avaliadas.

7.29. PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As práticas pedagógicas a serem empregadas nos cursos de superiores são apoiadas em cinco concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos de tutoria; aprendizagem orientada para a comunidade e aprendizagem apoiada em simulação, conforme consta abaixo.

7.29.1. Aprendizagem auto dirigida:

O estudante deverá conhecer os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Como busca e aquisição de conhecimentos constituem um processo contínuo ao longo da vida de cada indivíduo, os estudantes, durante o curso serão encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais no sentido de quanto estão se aproximando dos objetivos formulados. Esta avaliação deve incluir a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos. Cada aluno poderá discutir suas características pessoais de aprendizagem com seu tutor e/ou orientador.

7.29.2. Aprendizagem baseada em problemas ou casos:

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar:

- Aclarar o problema oferecido, explorando os dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;
- Resumir os dados oferecidos no problema, especificando: o que é o problema? Do que trata o problema?
- Identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- Identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- Desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema;
- Identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupo;
- Identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade: livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema;

- Procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);
- Sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora;
- Repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- Reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares; e.
- Sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro caso ou problema.

7.29.3. Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria

A aprendizagem baseada em problemas pode ocorrer tanto de maneira individual como em pequenos grupos. Porém, é no grupo tutoria que o pensamento crítico pode ser encorajado e argumentos levantados, ideias podem ser construídas de maneira criativa, novos caminhos podem ser estabelecidos, permitindo a análise coletiva de problemas que espelhem a prática profissional futura.

O aluno deve desenvolver competências para tornar-se um integrante ativo, com contribuições para o grupo, seja este um grupo de aprendizagem, de pesquisa ou de trabalho formado por profissionais. O grupo de tutoria representa, portanto, um laboratório para aprendizagem sobre a integração humana, onde alunos podem desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e a consciência de suas próprias reações no trabalho coletivo, constituindo uma oportunidade para aprender a ouvir, a receber e assimilar críticas, e por sua vez, oferecer análises e contribuições produtivas ao grupo. É um fórum onde os recursos dos membros do grupo são mais efetivos que a somatória das atividades individuais. O grupo tutoria promove a oportunidade para a auto avaliação, na qual o aluno pode analisar seu próprio progresso, seus pontos fortes e as áreas que requerem atenção.

7.29.4. Aprendizagem orientada para a comunidade

Processos educacionais orientados à comunidade consistem em proporcionar atividades de ensino-aprendizagem que utilizam extensivamente a comunidade como ambiente/situação de aprendizagem. A interação com a comunidade deve ser desenvolvida continuamente em todas as séries do curso. Esta inserida numa filosofia educacional baseada na comunidade, com trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. Esta comunidade inclui grupos sociais, empresas, escolas e instituições sociais, entre outras. A interação comunitária permitirá ao aluno trabalhar com membros da comunidade, não se restringindo à temática administrativa estrita, mas estendendo-se em outros setores relacionados aos problemas existentes ou potenciais identificados.

Os alunos conduzirão, em equipes, pesquisas na comunidade, desenvolvendo experiências em análise e solução de problemas, bem como habilidades de gestão administrativa. A meta da interação comunitária é proporcionar aos alunos, por meio de um trabalho contínuo durante todo o curso de graduação, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à prática profissional.

7.29.5. Aprendizagem apoiada em simulação

As práticas simuladas são sistemas capazes de reproduzir diversas atividades inerentes à realidade da profissão, e podem criar situações que envolvam a solução de problemas.

Desta forma, é dada aos participantes uma alternativa para vivenciar situações que dão oportunidade à prática de conhecimentos adquiridos e ao desenvolvimento de diversas habilidades. As práticas simuladas se caracterizam como uma técnica alternativa e única de ensino, onde o participante pode assumir um papel ativo, por meio do exercício virtual de funções e papéis num contexto de atividades em grupo, desenvolvendo diversas competências de forma integrada e simultânea, como a intelectual (criatividade), a pessoal e interpessoal (perseverança e sociabilidade), e a estratégia (empreendedora e inovadora). Tendo em vista que a prática simulada é uma virtualização da realidade, o grau de abstração e a sofisticação teórica contida no seu algoritmo de processamento devem ter um efeito sobre o grau de aprendizado e fixação dos conhecimentos decorrentes de utilização da simulação.

É muito pequena a quantidade de pesquisas desenvolvidas na apuração desta correlação, porém, em todas as situações analisadas, foram constatados ganhos na fixação de conceitos quando da aplicação de simulações.

É indiscutível que podem ocorrer prejuízos nas situações em que a abstração não corresponde a uma realidade vivenciada pelos alunos em treinamento, ou nas aplicações onde o Facilitador não assume o pleno papel de moderador e orientador no desenrolar da prática simulada e na preparação das simulações, sendo esta última à causa principal de não serem constatados ganhos relativos no processo de aprendizagem quando da utilização desta metodologia.

Um dos aspectos essenciais na utilização de práticas simuladas é o que diz respeito ao ganho decorrente da discussão interna, em cada grupo, destinada a avaliar a atitude mais adequada a ser adotada em cada esquema (dados de entrada do simulador).

É de se destacar que o tamanho da equipe deve ser estudado para que se possa determinar o seu ideal, pois, em grupos muito grandes a exigida intercomunicação de seus componentes pode gerar situações muito demoradas e desgastantes e um intenso trabalho de sua liderança; em contrapartida, equipes muito pequenas tendem a possuir poucas experiências pessoais que possam enriquecer as trocas intergrupo.

Segundo as técnicas de comunicação intergrupar, o tamanho das equipes deve ser fruto de uma análise dos treinandos que leve em consideração, principalmente: formação teórica; vivência e experiência profissional; grau de complexidade da prática simulada; número e dificuldade das decisões a serem tomadas; disponibilidade de tempo do Facilitador e dos participantes; quantidade e qualidade do material de apoio distribuído e forma de composição do grupo (natural ou imposta).

Dentro deste aspecto, a prática simulada, ao ser aplicada em um grupo de alunos, divididos em equipes, explora as características do ensino em grupo que, por ação do Animador, deve ter ampliada a interação entre seus membros e onde o aprendizado ocorre em função de importantes variáveis interdependentes, com destaque a:

- Percepção de todos os membros da equipe sobre as finalidades do grupo e a atitude deles esperada;
- Conhecimento teórico que os membros dispõem sobre o tema que rege as ações simuladas;
- Conhecimento a respeito da prática simulada propriamente dita, suas regras de competição, os efeitos das ações dos esquemas sobre os resultados e as variáveis que são trabalhadas pelas equipes;
- Volume de troca de informações entre os membros da equipe;
- A formulação das alternativas para aplicação em uma determinada realidade;
- A metodologia empregada para avaliação das alternativas viáveis e de escolha daquela que melhor se ajuste à situação;
- As experiências pessoais dos membros do grupo e suas habilidades no estabelecimento de um clima harmônico e de confiança mútua no andamento dos trabalhos requeridos pelas práticas simuladas; e.
- A estratégia adotada para negociação entre os membros do grupo, destinada à escolha das ações que representam o pensamento da equipe.

O emprego de uma Prática Simulada como suporte ao professor apresenta uma vantagem adicional no processo ensino/aprendizagem, pois permite uma aferição imediata dos conhecimentos teóricos fixados pelos alunos.

O trabalho do Animador, ao participar ativamente das discussões nas equipes, tem a possibilidade de avaliar diretamente a fixação dos conceitos teóricos expostos, a habilidade dos alunos no uso das ferramentas exigidas para a preparação dos esquemas e, também, o comportamento do aluno para expor seus pontos de vista e, principalmente, sua capacidade de analisar o problema enfrentado e quais os procedimentos mais adequados para análise da situação e avaliação das alternativas viáveis. De posse desta avaliação, o Facilitador deve montar o relatório de avaliação do aproveitamento dos alunos e estruturar sua avaliação do processo ensino/aprendizagem, salientando os pontos fortes e os fracos da disciplina e sugerindo as alterações que se fizerem necessárias (*feedback* do processo).

Finalmente, tendo em vista que uma disciplina é um conjunto de "conteúdos" e de "técnicas", o desenvolvimento de uma prática simulada para apoio ao professor e sua posterior utilização junto aos alunos deve levar em consideração estes dois parâmetros; caso contrário, poderá terminar com resultados duvidosos, perdendo, portanto, sua principal finalidade.

7.30. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E OUTRAS ATIVIDADES PRÁTICAS INTEGRADAS AO ENSINO TEÓRICO

As práticas profissionais, em regime de Estágio Supervisionado, serão coordenadas por professor, designado pela Coordenação dos Cursos, e que integrada a Coordenadoria do respectivo curso, reportando-se ao Coordenador do Curso. As práticas profissionais mantêm estreita articulação com o ensino teórico e serão oferecidas a partir da implantação das disciplinas profissionalizantes. Essas práticas podem ser realizadas em órgãos suplementares da Faculdade ou em organizações externas, mediante convênio. O estágio é uma atividade obrigatória para conclusão do curso, mas tendo em vista a integração do aluno ao mercado de trabalho e atentando para as novas definições estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Os alunos da IES terão à sua disposição toda uma estrutura para realização do Estágio Supervisionado, dentro das práticas legais e da concepção do curso.

Meta:

Estimular, os projetos pedagógicos dos cursos, a inserção do estágio supervisionado, no mínimo, a partir da conclusão de 50% do conteúdo curricular do curso.

Ações específicas:

Tendo em vista o contínuo aperfeiçoamento das atividades de estágio curricular, a Faculdade adotará as seguintes ações:

- Implantar serviços, para apoiar as atividades de estágio supervisionado e treinar para o trabalho, em cada curso de graduação.
- Selecionar empresas em condições de real oferta de oportunidades de estágio supervisionado, nas quais os coordenadores de estágio e/ou os professores-orientadores possam participar, efetivamente, da avaliação do desempenho profissional do estagiário.
- Criar condições para as práticas simuladas, os estudos de casos, os jogos de empresas, como forma de preparo para o exercício das práticas profissionais, em situação real.
- Avaliar, periodicamente, as atividades de estágio, incluindo-se a avaliação de desempenho do estagiário, dos coordenadores de estágio, dos professores-orientadores, das empresas e órgãos envolvidos e das próprias normas específicas.

7.31. REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Regulamento do Estágio Supervisionado da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (FACO/06) deste PDI – 2018/2022.

7.32. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC ou de Graduação, sob a forma de monografia, relatório ou projeto experimental será objeto de regulamentação específica, para cada curso, a partir das seguintes normas gerais.

Meta:

Inserir o trabalho de conclusão de curso, sob a forma de monografia, relatório ou projeto experimental, em todos os cursos.

Ações específicas:

- Colocar à disposição dos alunos, em fase de elaboração de trabalho de conclusão de curso, professores-orientadores.
- Inserir, nos primeiros períodos letivos de todos os cursos de graduação, a disciplina Metodologia Científica destinada e instrumentalizar o aluno para a elaboração de textos acadêmicos, incluindo monografia, relatórios, projetos experimentais.
- Facilitar o acesso dos alunos a base de dados, disponíveis na biblioteca ou na Internet, assim como livros e periódicos, mediante empréstimo domiciliar.
- Reservar espaços, nos laboratórios de informática, para alunos em fase de elaboração de monografia, relatório ou projeto experimental, para a digitação de textos, elaboração de planilhas etc.

7.33. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (FACO/08) deste PDI – 2018/2022.

7.34. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESTUDOS INDEPENDENTES

O horário das atividades complementares pode ser flexível, de forma ao aluno poder realizar distintas ações tais como a participação em congressos científicos, atividades de extensão à comunidade, realização de projetos de pesquisa, monitoria, etc.

Essas atividades são de grande importância para o desenvolvimento didático-pedagógico dos alunos que estarão em contato direto com as técnicas e métodos, acumulando conhecimentos para seu trabalho profissional.

As atividades complementares são aquelas que concretizam e aperfeiçoam a formação do aluno, aprofundando os conhecimentos e articulam conhecimento teórico com ações práticas nas diferentes áreas. Como atividades complementares, os alunos poderão participar de encontros e congressos, desenvolver pesquisa, realizar visitas técnicas, organizar oficinas e grupos de estudos, desenvolver trabalhos de extensão e outras ações que permitem a melhoria da compreensão das estruturas, organizações e trabalho em Hospitais e empresas. Para a garantia da realização dessas atividades.

As atividades complementares deverão ser acompanhadas pela Coordenação do Curso, que em conjunto com cada aluno deverá elaborar um plano de ação, com objetivos e metodologia, bem como um cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos. A Coordenação do Curso poderá designar professores/tutores para um acompanhamento mais intensivo, facilitando o sucesso das atividades. A elaboração de relatórios, produtos e serviços serão utilizados como instrumentos para avaliação e aprovação dos alunos. As atividades complementares, a partir da implantação dos novos currículos, subordinados às diretrizes curriculares, serão atividades curriculares obrigatórias, com duração média correspondente a dez por cento da carga horária total do curso. Trata-se de um espaço acadêmico em que a interdisciplinaridade pode ser exercitada com mais amplitude e liberdade.

Meta:

Atribuir a um professor da Faculdade a competência para a coordenação geral das Atividades Complementares, cabendo a cada curso ter um coordenador específico.

Ações específicas:

- Reservar espaço físico e professores para a orientação discente para o aproveitamento de Atividades Complementares.
- Estimular que, entre as Atividades Complementares, os alunos cumpram metas relativas à iniciação científica, atividades de extensão, monitoria e voluntariado em organizações filantrópicas ou sem fins lucrativos.
- Valorizar a oferta das Atividades Complementares, reservando espaço, no calendário acadêmico, para eventos específicos para aproveitamento nessas atividades.

7.35. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Regulamento das Atividades Complementares da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (FACO/07) deste PDI – 2018/2022.

7.36. PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Iniciação Científica é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação à pesquisa científica, configurando-se como poderoso fator de apoio às atividades de ensino. A atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, orientado por pesquisador qualificado, e que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa.

A Iniciação Científica tem como objetivos:

- Iniciar e apoiar o aluno dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
- Desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;
- Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
- Identificar e estimular os alunos com vocação para a investigação científica.

Meta:

Incluir, até 2019, dez por cento do corpo discente em atividades de iniciação científica.

Ações específicas:

- Oferecer cursos de treinamento para os discentes interessados/vocacionados para as práticas investigativas.
- Alocar horas-aula semanais para os professores em TI ou TP orientarem os alunos incluídos no programa de iniciação científica.

7.37. PROJETO DE EXTENSÃO

A IES atuará na área da extensão, identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão deverão privilegiar as ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns. A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) será regulamentada pelo Diretor Geral da IES, tendo presente Termo e demais normas legais vigentes.

Os programas de extensão podem ser coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor. O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas. Os núcleos temáticos atuarão, também, na extensão oferecendo programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica.

Os serviços serão realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou às instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- Promoção de atividades artísticas e culturais;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

A IES, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a Região em que está inserida: a missão de "liderar o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional". Para atuar sobre bases sólidas, delinear-se já, a partir de amplos debates realizados em nível regional, alguns programas que, voltados ao atendimento deste compromisso, atendem também aos princípios básicos do perfil da instituição e à necessidade de proporcionar-lhe consistência como Faculdade Regional. Os programas caracterizados como de extensão não serão restritos aos limites da instituição, mas serão também estendidos "fora da sede", em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, os laboratórios e demais serviços serão colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

A integração Faculdade-Comunidade terá sequência natural tomando maior consistência, intensificando-se ainda mais à medida que os programas forem implementados.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade será concretizado mediante programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração farão o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

Ao mesmo tempo, a Faculdade, com seus estudantes, deslocar-se-á fora da sede da instituição para levar-lhes cultura, no sentido de promover o conhecimento e, em consequência, contribuir para que o homem desempenhe um papel consciente dentro da sociedade.

VIII – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

A Instituição terá as regras de ingresso, atribuições, promoções, categorias, regime de trabalho e remuneração. Este plano deverá ser aperfeiçoado, ao longo do processo de consolidação da IES, com a participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

8.1. CONDIÇÕES DE TRABALHO

Todos aqueles que trabalham em uma Instituição de Ensino: dirigentes, coordenadores, professores, corpo técnico-administrativo, demais funcionários, todos, sem exceção, devem portar-se como verdadeiros educadores. Os alunos devem perceber esta firmeza de princípios que perpassa todas as práticas administrativas e acadêmicas, desde as mais simples, até as mais complexas. Neste sentido, as condições de trabalho para o corpo técnico representa a soma de iniciativas que apontam para o crescimento da sua competência técnica, de suas relações interpessoais, bem como todas as atividades que possibilitem sua efetiva integração na missão da IES e no alcance de seus objetivos, expressos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, destacando a importância da integração e da participação de todos e da função de cada um, possibilitando um ambiente saudável e insalubre.

Os setores de suporte acadêmico da IES contarão com profissionais qualificados em suas respectivas áreas, prestando atendimento eficaz às demandas do funcionamento da Instituição. O corpo técnico-administrativo é composto pelos setores de Secretária, Informática, Biblioteca e Extensão. A formação da maioria é o Ensino Superior Completo. Monitores e estagiários prestam serviços de apoio.

Do Secretário Geral é exigido o ensino superior completo, com experiência na educação, conhecimentos de todas as ações que se referem ao controle, registro e documentos ligados à vida escolar do aluno, à Instituição e a administração dos processos educacionais. O assistente da Direção, subordinado a diretoria Geral, executa atividade de suporte na área acadêmica administrativa. A Política de Pessoal Técnico – Administrativa compreende critérios de recrutamento, triagem, seleção e contratação.

Meta:

Manter a média de 20% do corpo docente em regime de TI, ao longo do quinquênio (2018/2022), tendo em vista que a IES não é uma instituição de pesquisa, mas, sim, voltada para o ensino de graduação.

Ações específicas:

- Alocar recursos orçamentários, correspondentes a, no mínimo, 2% da receita, para a inclusão de professores em TI ou TP, PCD.

- Atribuir aos coordenadores de curso a responsabilidade da indicação, anual, dos professores em condições de inclusão em TI ou TP, segundo a programação individual.
- Alocar horas-atividade semanais, dos professores em TI e TP, para: atendimento e assistência ao discente, orientação-supervisão de estágios, atividades complementares e trabalhos de conclusão, orientação.

8.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Ingresso, mediante seleção com base na análise do "curriculum vitae" e de títulos, bem como do potencial do docente:

- Promoção às diversas categorias, valorizando-se tempo de serviço e titulação acadêmica;
- Valorização da experiência docente, mesmo em outras instituições de ensino superior e da produção científica para enquadramento inicial e elevação nas referências;
- Contratação sistemática de professores visitantes e colaboradores para as atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão;
- Estabelecimento para programas de bolsas de pesquisa, financiados com recursos próprios ou de convênios, atribuídas à professores – pesquisadores, cujos projetos sejam aprovados pelo órgão competente;
- Incentivo à contratação de professores em regime de tempo integral - 40 horas - ou, no mínimo parcial, - 12/39 horas;

8.3. DEDICAÇÃO AO CURSO

A carga horária semanal dos professores contratados destina-se à ministração das aulas e atividades complementares (preparação de aulas, atendimento aos alunos, preparação e correção de avaliações). Está previsto que, pelo menos, de 25% dos professores do curso permanecerão, na IES, pelo período de tempo equivalente a, no mínimo, 25% da sua carga horária, para atividades complementares ao ensino.

8.4. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Meta:

Incluir, no Plano de Carreira Docente, no período de 2018 a 2022, todos no corpo docente da IES.

Ações específicas:

- Implantar a Comissão de Avaliação Docente, diretamente ligada à Diretoria, para realizar os estudos necessários à aprovação, pela Mantenedora, do quadro docente, com as vagas de cada categoria e regime de trabalho, por ano.
- Promover a cadastro docente e mantê-lo atualizado.

8.4.1. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

O Plano de Carreira Docente da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (FACO/18) deste PDI – 2018/2022.

8.5. PLANO DE CAPACITAÇÃO

I – Objetivos

O Plano de Capacitação Docente (PCD) tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência da Faculdade, por meio de cursos de pós-graduação e de treinamento e atualização profissional, oportunizando a seus professores condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

II – Estratégias

A Faculdade oferecerá aos seus professores e funcionários os seguintes incentivos:

1. Bolsas de estudos para os cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, em instituições brasileiras;
2. Concessão de bolsas a recém-graduados, para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, como incentivo para o ingresso na carreira de magistério da Faculdade, tendo preferência os ex-monitores;
3. Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
4. Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional, com bolsas, aos seus funcionários;

5. Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente ou técnico-administrativo;
6. Oferta de infraestrutura para que os seus professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas, sob o patrocínio da Faculdade;
7. Licença, sem perda do vencimento (integral ou parcial), para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de treinamento profissionais.

III - Pré-requisitos

Os professores e funcionários da Faculdade podem se inscrever no PCD de acordo com os seguintes critérios:

1. Nos programas de doutorado, terão prioridade os que possuem, no mínimo, o título de especialista, em nível de pós-graduação;
2. Nos programas de mestrado, terão prioridade os que sejam portadores de certificados de cursos de aperfeiçoamento, em nível de pós-graduação;
3. Nos cursos de especialização, os que possuam a graduação e tenham certificado de monitoria;
4. Nos cursos de treinamento ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área.

Os programas estarão abertos à comunidade externa, com as seguintes prioridades:

1. candidatos inscritos nos programas de recrutamento e seleção de recursos humanos para os quadros da Faculdade;
2. Profissionais em atuação no Estado do Mato Grosso, com preferência para os residentes ou domiciliados na Região de Guarantã do Norte.

A partir do quinto ano de funcionamento da Faculdade terão prioridade os egressos, com certificado de monitoria ou em processo de recrutamento e seleção para o quadro docente.

IV – Gerenciamento

O PCD será administrado por professor designado pela Diretoria.

Os programas serão previamente aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, na forma regimental, e serão executados pela Coordenadoria do curso, de acordo com a proposta aprovada.

Caberá ao coordenador do PCD:

- a) Gerenciar todas as atividades de apoio administrativo e financeiro aos cursos e aos seus participantes;
- b) Elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento dos programas;
- c) Submeter à diretoria as propostas de recrutamento, seleção, admissão e dispensa de fatores humanos para os programas, bem como alocação dos demais recursos necessários a cada curso ou atividade;
- d) presidir a comissão encarregada de selecionar os candidatos para os programas, segundo os critérios estabelecidos neste plano e nas demais normas expedidas pelos órgãos próprios da Faculdade;
- e) Submeter à diretoria os assuntos omissos, para decisão superior.

O Diretor designará uma comissão, composta por três membros, para seleção e inscrição dos candidatos no PCD. A Coordenadoria do Curso, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Conselho Superior e os órgãos executivos da Faculdade exercerão suas atribuições e competências de acordo com as leis e demais normas aplicáveis, aprovados pelos órgãos competentes, nos casos não regulamentados neste Plano.

V – Financiamento

Os programas de pós-graduação, graduação e de treinamento profissional, incluídos no PCD, serão financiados com recursos próprios da mantenedora, e por recursos alocados por terceiros.

VI - Disposições gerais

A Faculdade, anualmente, aprovará as ações e metas do PCD para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da pós-graduação e da pesquisa.

Ações específicas:

- Promover o diagnóstico dos professores do quadro docente da IES, a fim de identificar as reais necessidades de capacitação.
- Atribuir aos coordenadores de curso a responsabilidade de indicar, à Diretoria, os professores para a realização de programas de capacitação, a partir do diagnóstico realizado.
- Alocar recursos orçamentários, correspondentes, no mínimo, a 2% da receita, para financiar os programas de capacitação.

8.6. CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE 2018/2022

Meta:

Manter, ao final do período (2020), 80% do corpo docente da IES com a titulação de mestre ou doutor.

Ações específicas:

- Estabelecer, como prioridade, no processo de recrutamento e seleção docente, para os cursos atuais e os a serem implantado, o título de mestre ou doutor, reconhecido pelo MEC.
- Dar prioridade, na inclusão de professores do quadro da IES, no Plano de Capacitação Docente, aos que pretendam cursar programas de mestrado.

8.7. CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

Os setores de suporte acadêmico da IES contam com profissionais qualificados em suas respectivas áreas, prestando atendimento eficaz às demandas do funcionamento da Instituição.

O corpo técnico-administrativo é composto pelos setores de secretária, informática, biblioteca e extensão.

Monitores e estagiários prestam serviços de apoio, bem como os participantes de outros programas.

Do Secretário Geral será exigido o ensino superior completo ou cursando, com experiência na educação superior, conhecimentos de todas as ações que se referem ao controle, registro e documentos ligados à vida escolar do aluno, à Instituição e a administração dos processos educacionais.

A Política de Pessoal Técnico – Administrativa compreende critérios de recrutamento, triagem, seleção e contratação.

O corpo técnico-administrativo usufruirá de benefícios ofertados por lei e por convenção acadêmica. O trabalho profissional será avaliado inicialmente no período de experiência e na sequência por meio da avaliação contínua, em especial quando o funcionário concorrer à vaga por promoção.

8.7.1. PLANO DE CARREIRA TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O Plano de Carreira Técnico Administrativo da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (FACO/21) deste PDI – 2018/2022.

8.7.2. POLÍTICA DO PESSOAL TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

As políticas da Instituição constituem-se em normas gerais orientações para a ação. Fundamentalmente, estas normas constituem uma exposição de objetivos e princípios básicos, pretendendo ser um guia para todos os funcionários na execução de suas atividades.

Todos aqueles que trabalham em uma Instituição de Ensino: dirigentes, coordenadores, professores, corpo técnico-administrativo, demais funcionários, todos, sem exceção, devem portar-se como verdadeiros educadores. Os alunos devem perceber esta firmeza de princípios que perpassa todas as práticas administrativas e acadêmicas, desde as mais simples, até as mais complexas. Neste sentido, a política institucional para o corpo técnico representa a soma de iniciativas que apontam para o crescimento da sua competência técnica, de suas relações interpessoais, bem como todas as atividades que possibilitem sua efetiva integração na missão da IES e no alcance de seus objetivos, expressos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, destacando a importância da integração e da participação de todos e da função de cada um.

Em sua política geral de Recursos Humanos da IES considera fundamental:

- Promover o melhor relacionamento entre professores, funcionários e estudantes;
- Valorizar os recursos humanos como o maior patrimônio da Instituição;
- Dispensar a todos o mesmo tratamento, com justiça, respeito e dignidade;
- Propiciar a participação de todos os debates nas decisões que afetam a vida da Instituição;
- Buscar elevados padrões de conduta profissional; promover a qualidade do ensino;
- Valorizar a qualificação, a competência, o desempenho e a participação;

Essas premissas nortearão a implantação das políticas de Recursos Humanos de acordo com as diretrizes específicas para o pessoal docente e não docente.

8.7.3. PARA O PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

- Incrementar o setor de administração de recursos humanos, com equipe multidisciplinar;
- Instituição de programa de treinamento a cargo da diretoria, dos departamentos e dos setores administrativos;
- Entendimento de que os recursos destinados ao treinamento e desenvolvimento de pessoal devem ser encarados como investimentos e esses programas devem ter caráter permanente;
- Promover condições ambientais favoráveis e estimulantes ao auto desenvolvimento;
- Proporcionar a cada funcionário técnico-administrativo a possibilidade de desenvolver suas potencialidades através de um sistema de promoção a cargos de maior responsabilidade e de maior círculo de ação.

Com base na concepção expressa e no referencial teórico da IES foram definidos os seguintes princípios:

- Conscientização da dimensão da importância das funções de todos e de cada um para o bom funcionamento dos setores, atividades-meio ou fim, ou seja, da instituição vista globalmente.
- Preocupação permanente com a capacitação e formação continuada dos integrantes do corpo técnico.
- Estímulo à motivação constante do corpo técnico direcionada para uma atuação propositiva e proativa que possa gerar um aperfeiçoamento dos diferentes serviços prestados na e pela Instituição.
- Necessidade de respeito e de esforço no sentido de preservação de um *ethos* acadêmico que contemple o interesse público, expresso, de certa forma, nas políticas públicas educacionais que emanam do MEC e legislações afins, bem como do Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Zelo na interpretação e aplicação das normas legais; estatutárias e regimentais e das determinações de seus mais diversos documentos institucionais, propiciando para todos um ambiente de segurança jurídica e igualdade.
- Preocupação diária com todos os atos praticados dentro da Instituição, sabendo que representam, também, fonte multiplicadora de boas ações por parte dos alunos. Os funcionários e professores devem atuar como curadores de um ambiente agradável de trabalho, capaz de influenciar toda a comunidade que o cerca.

- Participação efetiva do corpo técnico na qualificação das relações interpessoais dos integrantes de toda a comunidade acadêmica institucional, bem como com a sociedade onde se insere a Instituição.

8.7.4. ATIVIDADES PERMANENTES

- Utilização de espaços de convivência e troca de experiências entre os integrantes do corpo técnico com relação aos seus padrões de conduta e aos caminhos que precisam ser seguidos na busca constante de atingimento das características do perfil desejado de funcionário institucional.
- Desencadeamento de ações institucionais de investimento na capacitação e formação continuada do corpo técnico através de alternativas internas e externas para a constante qualificação do Corpo Técnico, buscando aproximá-lo, o mais possível do perfil definido participativamente.
- Incrementação do processo de avaliação institucional nos aspectos relacionados com o Corpo Técnico e suas funções, tendo em vista o necessário processo de realimentação.

8.8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

O pessoal técnico/administrativo contratado serão selecionados na região por uma agência especializada, seguindo todos os critérios de seleção e exames psicológicos necessários.

8.9. CRONOGRAMA DO PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

<i>Cargo/função/emprego</i>	2018	2019	2020	2021	2022	Particip. % do curso	Salários do Curso
Diretor Geral	1	1	1	1	1	20%	800,00
Vice-Diretor	1	1	1	1	1	20%	800,00
Coordenador do Curso (Gratificação)	1	1	1	1	1	34%	850,00
Procurador	1	1	1	1	1	34%	850,00
Chefe da Biblioteca	-	-	1	1	1	20%	300,00
Secretário da Direção	1	1	1	1	1	20%	100,00
Secretário Geral da Faculdade	1	1	1	1	1	20%	300,00
Telefonista	1	1	1	1	1	20%	100,00
Auxiliares Administrativos	3	4	5	5	5	20%	90,00
Auxiliar de Biblioteca	2	3	5	6	6	20%	90,00
Auxiliar de Secretaria	2	3	4	5	5	20%	90,00
Bibliotecário	1	1	2	2	2	20%	160,00
Chefe Depto Estágio	-	-	1	1	1	20%	160,00
Auxiliares de Manutenção	1	2	3	4	4	20%	90,00
Técnico em Laboratório de Informática	1	2	2	2	2	20%	140,00
Diretor Acadêmico	-	1	1	1	1	20%	240,00
Programador	1	2	2	2	2	20%	200,00
Gerente do CPD	1	1	1	1	1	20%	200,00
Vigia	1	1	1	1	1	20%	90,00
Seguranças	2	2	4	6	6	20%	90,00
Serviços Gerais (Auxiliares)	4	4	8	8	8	20%	90,00
<i>Totais</i>	24	35	45	50	50		

IX – INSTALAÇÕES

As instalações da IES foram projetadas para atender a boa qualidade da prática pedagógica. Os ambientes são arejados, com iluminação natural e artificial adequadas. O dimensionamento dos diversos espaços físicos proporciona conforto, atendendo às necessidades de toda comunidade acadêmica. O mobiliário, em sua maioria planejado especialmente para otimização dos espaços, atende de forma adequada às necessidades dos usuários dos diversos setores.

9.1. POLÍTICAS PARA INFRAESTRUTURA

A Faculdade Ortodoxa, no sentido de buscar a melhoria e qualificação de toda a sua infraestrutura estabelece as seguintes diretrizes:

- Melhorar e expandir o espaço físico em geral de acordo com a demanda;
- Implementar um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno, incluindo o atendimento a portadores de necessidades;
- Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas de pós-graduação;
- Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida;
- Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos proporcionando condições acústicas adequadas;
- Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais;
- Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários;
- Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado;
- Consolidar o programa de coleta e armazenamento seletivo de lixo;
- Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado;
- Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades;
- Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

A Faculdade Ortodoxa adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno. Também garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, atendendo a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências. Todas as instalações necessárias para o funcionamento dos cursos ofertados pela IES serão providenciadas ao seu tempo, pela Mantenedora.

A IES informará a mantenedora, anualmente, as necessidades de ampliações de infraestrutura, assim como equipamentos e laboratórios com o objetivo da mantenedora provisionar em tempo hábil os recursos necessários.

Os serviços de limpeza e manutenção são realizados por equipes da própria instituição, sendo supervisionado e avaliado por diversos setores e quando necessário é feita à contratação de empresas terceirizadas.

9.1.1. METAS E AÇÕES

Metas

- Adequar a infraestrutura física às necessidades acadêmicas e administrativa, dando suporte às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Modernizar e ampliar as condições materiais e equipamentos visando melhor apoio as atividades didático-pedagógicas dos cursos;
- Modernizar e ampliar o acervo bibliográfico, em todas as áreas de acordo com políticas definidas neste plano.

Ações:

- Execução do planejamento de construção/ampliação da estrutura física, sempre atendendo a adequação aos portadores de necessidades especiais;
- Execução do plano de conservação da infraestrutura, das condições materiais e equipamentos,
- Ampliação do acervo bibliográfico (livros, periódicos, vídeos, CD-Roms, *softwares*, DVD e outros);
- Ampliação do acesso ao acervo pela comunidade externa.

9.2. INFRAESTRUTURA FÍSICA

As instalações da Faculdade Ortodoxa foram projetadas para atender a boa qualidade da prática pedagógica. Os ambientes são arejados, com iluminação natural e artificial adequadas. O dimensionamento dos diversos espaços físicos proporciona conforto, atendendo às necessidades de toda comunidade acadêmica.

O mobiliário, em sua maioria planejado especialmente para otimização dos espaços, atende de forma adequada às necessidades dos usuários dos diversos setores. As salas estão equipadas com cadeiras ergonômicas em resina, lousas brancas, mesa e cadeira para professor, ventiladores de parede e retroprojetores.

9.2.1. INSTALAÇÕES GERAIS

A Faculdade Ortodoxa situa-se num “campus” que mede 8.500 m² de área. A seguir são especificadas as instalações gerais existentes. Todas as dependências são mobiliadas de maneira a atenderem aos fins específicos a que se destina.

9.3. SALAS DE AULA

As salas de aula disponíveis são bem dimensionadas, cada uma com 85 m² e capacidade para 60 alunos. São dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade. Ao total são 20 salas de aula disponíveis.

9.4. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas. A Faculdade Ortodoxa possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

9.5. INSTALAÇÕES PARA DOCENTES

A sala de professores possui um espaço amplo, com recursos de comunicação, como Internet e telefonia e ainda uma mesa de reuniões. Está dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

9.6. INSTALAÇÕES PARA AS COORDENAÇÕES DOS CURSOS

As Coordenações dos Cursos contam com salas próprias. Todas essas salas são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

9.7. ÁREA DE CONVIVÊNCIA E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, DE RECREAÇÃO E CULTURAIS

Há área de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais.

9.8. INFRAESTRUTURA DE ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS

Existe infraestrutura de alimentação e serviços.

9.9. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias são limpas, de fácil acesso e compatíveis com o número dos usuários. Estão adaptadas aos portadores de necessidades especiais.

9.10. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A Faculdade Ortodoxa contará com infraestrutura de segurança pessoal, patrimonial e de prevenção de incêndio e de acidentes de trabalho.

9.11. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES E DISCENTES

Os professores terão acesso aos equipamentos de informática para desenvolverem pesquisas e preparar materiais necessários para melhor desempenho de suas atividades acadêmicas. Os equipamentos estarão disponíveis na sala para professores, biblioteca e laboratórios de informática. A Faculdade Ortodoxa disponibilizará equipamentos de informática aos seus alunos na biblioteca e laboratórios de informática.

As salas dos professores estão equipadas com microcomputadores e impressora. A biblioteca oferece 04 microcomputadores para consulta ao acervo e pesquisa na Internet. A Faculdade conta com laboratório de informática que atenderão a alunos e professores. Cada laboratório possui 25 microcomputadores com monitores e estabilizadores, com processador AMD ou Pentium de pelo menos 1 *giga* HZ de velocidade e 128 MB de memória RAM; e 02 impressoras. Todos os equipamentos encontram-se interligados em rede e com acesso à Internet.

9.12 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

As atuais instalações da Faculdade Ortodoxa, descritas no PDI aprovado, oferecem equipamentos audiovisuais e multimídia em quantidade suficiente para atender ao Curso.

9.13 EXISTÊNCIA DE REDE DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA (INTERNET)

Os equipamentos de informática estão interligados em rede de comunicação científica (Internet).

9.14 SERVIÇOS

a) Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, serão executadas por funcionários da Faculdade Ortodoxa ou por meio de contratos com empresas especializadas. As políticas de manutenção e conservação definidas consistirão em manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica; proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso; executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

b) Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, serão executadas por funcionários da Faculdade Ortodoxa ou por meio de contratos com empresas especializadas. As políticas de manutenção e conservação consistirão em manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica; proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso; executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos.

9.15 BIBLIOTECA

A biblioteca ocupa espaço adequado para o acervo, instalações para estudos individuais e instalações para estudo em grupo. Além disso é dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

9.15.1 ESPAÇO FÍSICO E INSTALAÇÕES

A Biblioteca da Faculdade atende a comunidade acadêmica em suas necessidades bibliográficas e de informação, dando suporte ao desenvolvimento dos cursos ministrados. Estimula o auto-desenvolvimento dos usuários, a pesquisa e a informação por meio do conhecimento registrado. A Instituição disponibiliza para a comunidade todos os seus recursos, bem como o seu espaço físico para entre outros, a rede de ensino público, cursos e comunidade.

A Biblioteca oferece ambiente amplo e agradável. Possui 10 mesas com 06 cadeiras cada uma, e uma bancada para leitura de jornais e periódicos com mais 4 cadeiras, além de 4 terminais para acesso à Internet, totalizando assim mais de 100 lugares.

9.16 ACERVO

É composto por livros, periódicos (jornais, revistas e boletins informativos), produção acadêmico-científica. O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro, com livre acesso aos usuários. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Há extintor de incêndio e sinalização bem distribuída.

a) Livros

A Faculdade Ortodoxa adquiriu a bibliografia básica e complementar relacionada nos programas das disciplinas que compõem a matriz curricular dos primeiros anos dos cursos.

b) Periódicos

A biblioteca disponibiliza a assinatura regular de periódicos na área do curso que será implantado e em áreas afins. Além das assinaturas de periódicos a Instituição viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no *site* da Capes. O Coordenador de Curso e os Docentes incentivam o aluno a utilizar o *Portal de Periódicos Capes*. A Faculdade disponibiliza seus equipamentos de informática para esta atividade.

c) Informatização

O acervo é todo representado no sistema informatizado utilizado pela Instituição.

d) Base de Dados

Além do Comut – Programa de Comutação Bibliográfica que permite à Instituição, cadastrada como biblioteca solicitante, o acesso a documentos em todas as áreas do conhecimento (através de cópias de artigos de revistas técnico-científicas, teses e anais de congressos), exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, a biblioteca disponibiliza também aos alunos o acesso a bases de dados na Internet. Essas bases de dados são atualizadas constantemente. A biblioteca disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores com acesso à Internet para consulta a várias bases de dados.

e) Multimídia

A biblioteca dispõe de TVs, vídeos-cassete, aparelhos de dvd para utilização dos corpos docente e discente. O acervo multimídia é composto por DVDs e fitas VHS.

f) Jornais e Revistas

A biblioteca conta com a assinatura corrente de vários jornais e revistas.

g) Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A aquisição, expansão e atualização do acervo é realizada considerando a bibliografia básica e complementar indicada para as disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos. Serão consideradas também as sugestões apresentadas pela Coordenação dos Cursos, professores e alunos. A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição. A biblioteca solicita, semestralmente, à Coordenação do Curso, professores e alunos, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização do acervo.

9.17 SERVIÇOS

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: processamento técnico do acervo; elaboração de base de dados do acervo; consulta ao acervo; empréstimo local e domiciliar; levantamento bibliográfico; pesquisa via Internet; comunicação via correio eletrônico; pesquisa bibliográfica em base de dados; e orientação bibliográfica em fontes impressas e eletrônicas.

A biblioteca conta com um sistema de acervo informatizado, o qual controlará empréstimos, reservas, devoluções, e ainda disponibilizará aos alunos todas estas informações via Internet. A biblioteca contará com um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, será disponibilizada Norma para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

- Consulta local: pesquisa do acervo aberta a toda comum idade em geral.
- Empréstimo domiciliar e reserva de materiais: o empréstimo é permitido aos alunos, professores e funcionários.
- Treinamento de usuários: principalmente calouros que estão ingressando na Faculdade. O treinamento consiste em palestra e visita dirigida à biblioteca orientando na utilização da mesma.
- Levantamentos bibliográficos: realizados nas diversas áreas do conhecimento com o objetivo de reunir num documento todo material que a Biblioteca possui sobre determinado assunto. Os levantamentos bibliográficos são realizados a partir de solicitações de professores da Instituição.
- Serviço de alerta: divulgação mensal da relação de livros novos; publicação mensal de sumários correntes de periódicos; exposição de livros novos, de periódicos, boletins, catálogos de editoras, etc.
- Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT
- Divulgação de eventos: congressos, seminários, Encontros, cursos etc.
- Orientação na Normatização de trabalhos técnicos-científicos: orientação a alunos e professores na área de normas técnicas de referências bibliográficas e de apresentação de trabalhos técnico-científicos, utilizando como padrão as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Divulga o documento: “Desenvolvimento e apresentação de trabalhos acadêmicos”, organizado por professores da Instituição.
- Pesquisa via Internet.

a) Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 07:00 às 22:00.

b) Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca oferece ainda apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos. Há um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, é disponibilizado o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um Manual do Instituto com as exigências específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

c) Catalogação

A Biblioteca utiliza a Classificação Decimal DEWEY, catalogação A.L.A. , sistema de catálogo/dicionário.

d) Suporte aos usuários

Dentro do Campus existe uma empresa terceirizada, especializada em reprografia à disposição dos docentes, alunos e comunidade. O material da Biblioteca só poderá ser fotocopiado de acordo com o inciso V, do artigo 40 da Lei 5.988/73. Existem salas de estudo, onde os alunos dispõem de mesas e cadeiras para trabalho em grupo, estudo ou leituras.

e) Competências dos Funcionários da Biblioteca

Compete as bibliotecárias a coordenação das atividades de acesso as informações armazenadas nos catálogos coletivos, monografias e periódicos; coordenar e executar o projeto de automação do catálogo; viabilizar o empréstimo e consulta do acervo existente. Compete aos funcionários, quanto ao atendimento ao usuário: promover a utilização do acervo: guias da Biblioteca, manuais informativos, Boletim Bibliográfico, regulamentos de empréstimos, listagem de usuários, orientar pesquisa bibliográfica, ministrar cursos de educação formal ou informal de usuários.

X - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A instituição mantenedora da Faculdade Ortodoxa possui em sua estrutura organizacional uma Diretoria Financeira, composta por profissional que tem por objetivo assessorar e auxiliar a mantenedora, os cursos de graduação e pós-graduação e as gerências em assuntos relacionados com:

1. Planejamento Estratégico;
2. Planejamento Corporativo;
3. Planejamento Operacional;
4. Planejamento Econômico-Financeiro;
5. Orçamento Empresarial e Departamental;
6. Orçamento de Projetos de Pesquisas;
7. Precificação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
8. Planilhas de Custos Empresarial, Departamental e por Atividades;
9. Plano de Cargos e Salários;
10. Projetos de Viabilidade Econômica de natureza diversa;
11. Fluxos de Caixa;
12. Projetos de Investimentos e Reinvestimentos;
13. Relatórios Gerenciais de natureza Econômica, Financeira e Patrimonial;
14. Análise das Demonstrações Contábeis;
15. Precificação de atividades de extensão e serviços.

Dessa forma, a instituição conta com os seguintes instrumentos para tomada de decisões financeiras:

1. Planejamento Estratégico;
2. Projeto Político-Pedagógico Institucional;
3. Plano de Desenvolvimento Institucional;
4. Relatórios e Demonstrações Contábeis;
5. Fluxo de Caixa;

A prática do planejamento na instituição, qualquer que seja sua natureza, é participativa e envolve profissionais e/ou órgãos colegiados de sua estrutura. Os estudos, análises e elaboração de documentos serão realizados em nível macro (institucional) e micro (curso, órgão ou atividade).

De uma forma geral os planejamentos consideram sempre as receitas, os custos, as despesas, os investimentos e os resultados financeiros ou não de todas as atividades desenvolvidas na instituição. O sistema de precificação de serviços de ensino e de extensão (cursos e serviços) serão fixados em contratos de prestação de serviços específicos elaborados em conformidade com a legislação civil, comercial e educacional vigente no país. A mantenedora da Faculdade por ser uma instituição educacional sem fins lucrativos busca sempre resultados superavitários de suas atividades para reinvestimentos, garantindo e assegurando sua continuidade, sobrevivência, crescimento e qualidade de seus serviços. Especificamente, para o planejamento econômico financeiro dos cursos existentes e de cursos em fase de implantação e de acordo com as diretrizes e necessidades estabelecidas em cada Projeto Político Pedagógico dos referidos cursos, são levantadas informações em quatro áreas distintas, a saber:

10.1. RECURSOS HUMANOS

Compreende o pessoal direto (docentes e funcionários) do curso mais o pessoal indireto e de apoio (diretores gerencias e funcionários). O Custo do pessoal direto é computado pelo sistema de custeio direto e o pessoal de apoio por rateio em função, ora do número de cursos, ora em função do número de alunos. São considerados neste item aspectos relativos com titulação acadêmica, regime de trabalho e política salarial.

10.2. RECURSOS FINANCEIROS

Compreendem valores gerados pelo próprio curso em nível de resultado. Se necessário, a mantenedora cobrirá os possíveis déficits, uma vez que, fora as atividades de extensão comunitárias gratuitas, constitui política institucional buscar a auto-sustentabilidade das atividades de extensão comunitárias. Considera-se neste item o confronto entre a receita, custos e despesas, passando pelo resultado, incluindo percentuais de reinvestimentos no próprio curso. Através deste mecanismo serão estabelecidos o preço das mensalidades e a elaboração do orçamento anual do curso.

10.3. RECURSOS MATERIAIS

Compreendem o material gasto diretamente no ensino, bem como material de escritório e utensílios utilizados em sala de aula e laboratórios. São, tipicamente, materiais de consumo. Considera-se neste item os valores dos gastos anuais que irão compor o orçamento do curso e a estipulação dos valores das mensalidades.

10.4. RECURSOS PATRIMONIAIS

Compreendem móveis, máquinas, equipamentos computadores e ferramental utilizado em salas de aulas, laboratórios e auditórios, adquiridos para o curso e/ou utilizados pelos já existentes, muitas vezes, comuns a outros cursos. Considera-se neste item os valores gastos com imobilização e a aquisição do acervo bibliográfico necessário em cada curso.

10.5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita da IES será constituída, basicamente, pela mensalidade paga pelos alunos previstos no projeto, conforme solicitação de vagas ao MEC. Além dos cursos regulares, considera-se a formulação de cursos de especialização técnica, enfatizando os novos paradigmas científico-tecnológicos, como fonte de receita operacional e fator de barateamento de mensalidades. Consideram-se, também, como fonte suplementar de recursos, para eventuais necessidades financeiras, doações da Mantenedora e subsídios públicos.

10.6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS

A projeção efetuada baseia-se no currículo do primeiro ano de 2018, para o Curso de Engenharia Civil. Para a evolução subsequente, consideradas a composição de novas disciplinas curriculares e respectivos aumentos de dispêndios e receitas.

10.6.1. COMPOSIÇÃO DA RECEITA

O planejamento econômico-financeiro da Faculdade considera os cursos pretendidos, no que diz respeito à receita e despesa, havendo um demonstrativo de receita e despesa do curso pretendido, em particular. A receita tem por base as mensalidades, taxas e outras contribuições educacionais, fixadas e cobradas de acordo com a legislação que rege a matéria. Os preços de Janeiro de 2018, as mensalidades foram em média de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o curso de Engenharia Civil. Em relação à taxa do primeiro processo seletivo, ficou estipulado em R\$ 20,00 (vinte reais); a multa prevista para pagamento em atraso é de 2% (dois por cento) sobre o valor da mensalidade; os juros de mora em 1% ao mês de atraso. As outras Contribuições foram calculadas em 5% da mensalidade, em média.

O preço dos serviços educacionais e as relações entre a mantenedora, a Faculdade e o aluno (ou seu responsável, juridicamente), serão acordados em contrato de prestação de serviços educacionais, elaborado na forma da lei e firmado entre as partes, no ato da matrícula, em cada período letivo. As contribuições da mantenedora devem cobrir possíveis *déficits*.

Os resultados financeiros positivos, apurados em balanço, serão aplicados no desenvolvimento da instituição e na melhoria qualitativa dos serviços educacionais prestados (ensino, pesquisa e extensão). As despesas de pessoal foram estimadas com base nos salários docentes e do pessoal técnico-administrativo e de apoio na região.

O salário-aula do professor, consoante o mercado de trabalho da região, foi estipulado em função da qualificação acadêmica: R\$ 46,80 (quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos) para o doutor, R\$ 37,70 (trinta e sete reais e vinte e sete centavos) para o mestre e R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta e um centavos) para o especialista. Aos salários são acrescidos os encargos sociais (diretos e indiretos), que correspondem a 65,58% sobre a folha de pagamento mensal. As demais despesas de custeio (material de expediente, material didático, material de laboratório, material de limpeza, etc.), foram estimadas segundo os custos apurados nos cursos em funcionamento em instituições congêneres. Os investimentos foram estimados com base nos cronogramas de edificações, instalações físicas, aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e outros materiais permanentes, a preços de mercado, conforme levantamento realizado. As receitas e as despesas, específicas dos cursos, com a apropriação dos custos comuns, assim como os demais dados, estão resumidas nos quadros abaixo:

RECEITA	R\$						
	Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Mensalidades		585.600,00	1.171.200,00	1.756.800,00	2.342.400,00	2.928.000,00	3.513.600,00
Taxa de Matrícula		48.800,00	97.600,00	146.400,00	195.200,00	244.000,00	292.800,00
Taxas e Serviços		58.560,00	114.192,00	167.042,40	217.250,28	317.250,28	380.250,30
Juros		1.171,20	2.283,84	3.340,85	4.345,01	4.145,01	4.526,77
Juros de Mora		585,60	1.141,92	1.670,42	2.172,50	4.112,50	6.181,40
Totais da Receita		694.716,80	1.386.417,70	2.075.253,60	2.761.367,70	3.497.507,70	4.197.358,40

DESPESAS	R\$						%	
	Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Custeio
Despesas do RH:								
Corpo Docente		146.848,50	226.868,54	424.745,24	637.143,76	852.760,88	1.051.609,38	38,37%
Pessoal Técnico-Administrativo		56.724,00	56.724,00	70.248,00	84.132,00	88.416,00	92.136,00	3,98%
Encargos Sociais		145.979,99	185.979,99	324.616,57	473.012,64	617.223,80	837.248,00	27,77%
Serviços de Terceiros		4.601,27	5.601,27	10.784,31	16.015,01	21.090,36	27.182,30	0,95%
Aperfeiçoamento do R. H.		4.589,73	6.589,73	12.317,88	17.759,63	22.929,29	26.586,73	1,03%
Subtotal		494.943,01	494.943,01	867.347,78	1.263.582,30	1.648.278,90	2.034.762,30	74,16%
Outras despesas de custeio:								
Conservação e Manutenção		4.965,38	1.965,38	5.709,34	8.478,54	11.165,49	14.963,38	0,50%
Serviços Públicos		1.874,61	1.174,61	4.186,85	6.217,59	8.188,02	10.601,27	0,37%
Seguros		1.887,43	1.647,43	3.171,86	4.710,30	6.203,05	7.898,29	0,28%
Despesas Gerais Administrativas		2.271,79	2.271,79	5.149,94	10.072,95	15.849,75	19.874,26	0,89%
Outras Despesas		2.942,30	2.942,30	9.515,57	14.130,89	18.609,14	22.136,21	0,84%
Material de Expediente		2.655,27	2.601,27	5.784,31	10.015,01	15.090,36	18.456,24	0,95%
Material de Laboratório		6.589,73	6.589,73	10.687,42	18.841,19	24.812,19	31.181,18	1,12%
Material Didático		2.589,73	2.589,73	5.687,42	10.841,19	14.812,19	17.965,31	1,12%

Material de Limpeza	2.271,79	2.271,79	5.149,94	10.072,95	15.849,75	18.347,65	0,89%
Despesas de Equipamento	42.000,00	42.000,00	49.000,00	52.000,00	62.000,00	67.000,00	1,06%
Depreciações e Amortizações	4.836,83	4.836,83	15.491,67	30.598,33	50.187,41	70.271,35	3,70%
Encargos diversos	2.283,33	2.283,33	8.246,82	12.246,77	16.127,93	23.582,10	0,73%
Bolsas de Estudos	1.054,36	1.054,36	2.029,99	3.014,59	3.969,95	4.525,95	0,18%
Extensão (Financiamento)	2.589,73	2.589,73	12.317,88	17.759,63	22.929,29	26.987,45	1,03%
Pesquisa (Financiamento)	3.179,47	3.179,47	24.635,77	35.519,26	45.858,57	55.598,33	2,06%
Vestibular (Marketing e de Pessoal)	17.225,63	17.225,63	20.709,34	43.478,54	50.165,49	61.592,03	0,50%
Subtotal	84.223,38	84.223,38	174.527,17	268.896,86	360.390,18	470.981,00	16,21%
Total das despesas de custeio:	579.166,39	579.166,39	1.041.874,94	1.532.479,16	2.008.669,08	2.505.742,60	90,37%
Investimentos							
Outros materiais permanentes	3.360,76	3.360,76	6.158,94	9.945,39	13.298,99	15.176,00	
Máquinas/ Equipamentos e Acessórios p/ os Laboratórios	13.838,44	13.838,44	42.866,24	53.278,89	41.272,71	56.348,00	
Biblioteca – Expansão do Acervo	13.179,47	03.179,47	24.635,77	35.519,26	45.858,57	62.521,69	
Equip. e Programas de Informática, etc	26.358,93	26.358,93	64.053,00	71.038,52	68.787,86	81.258,00	
Edificações, Instalações, etc.	03.179,47	13.179,47	36.953,65	50.614,94	44.712,11	66.352,00	
Subtotal	45.917,07	69.917,07	174.667,61	220.397,00	213.930,24		
TOTAL GERAL	458.083,46	649.083,46	1.216.542,55	1.752.876,16	2.222.599,32	2.787.398,20	

Resultado do Exercício	4.455,87	9.889,87	15.245,95	23.086,75	70.329,28	85.573,12	3,07%
-------------------------------	-----------------	-----------------	------------------	------------------	------------------	------------------	--------------

10.6.2. ESTRATÉGIA DE GESTÃO

Tornar o orçamento plurianual um instrumento de gestão universitária, antes de ser mero cumprimento de normas do MEC.

Ações específicas:

- Acompanhar o desempenho institucional, nos aspectos econômico-financeiros, e a execução orçamentária, mês a mês, para a pronta correção de falhas ou omissões.
- Avaliar o desempenho institucional, nos aspectos relativos a orçamento e finanças, semestralmente.
- Propor à Mantenedora, sempre que necessário, as alterações orçamentárias, que o acompanhamento e a avaliação periódica indicarem.
- Promover levantamentos periódicos dos custos de ensino superior, para subsidiar alterações orçamentárias, mantendo banco de dados a respeito.

XI - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional o grande desafio que se coloca é o da sua implementação, ou seja, da transformação da visão e idéias em realidade palpável. A consolidação da Visão entre os clientes internos e externos exige a criação de um conjunto objetivo, ordenado e sistemático de ações práticas em busca de resultados.

É altamente recomendável que a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional leve em consideração ferramentas de Qualidade.

Dessa forma, a CPA acompanhará a implantação do PDI através da gestão das melhorias com a implementação dos seguintes indicadores:

- Acompanhamento das metas de melhoria e da gestão da rotina;
- Acompanhamento do desempenho dos grupos de trabalho através dos Itens de Controle.

O Diretor Geral indicará a Comissão responsável pelo acompanhamento da implantação do PDI, sob a coordenação do Diretor de Ensino Superior. Será integrada pela Comissão Própria de Avaliação- CPA.

11. Objetivos

- Mensurar o grau de cumprimento das metas do PDI através dos resultados nas avaliações realizadas nos diversos setores da IES;
- Verificar a relevância e aplicabilidade das metas do PDI no processo de planejamento, avaliação e controle das ações acadêmico-administrativas;
- Promover e incentivar a presença dos diversos segmentos institucionais na implementação e no acompanhamento do PDI;
- Garantir a flexibilidade do PDI, pela agregação de novos procedimentos e eventuais correções de rumo, através de freqüentes reavaliações;
- Estabelecer estratégias diferenciadas para divulgar os pontos significativos do PDI junto à comunidade acadêmica - professores, alunos e funcionários, para que possam acompanhar a sua implementação;
- Divulgar os resultados da implementação junto à comunidade externa.

11.1. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO PDI/PPI

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional será concretizado a partir de um conjunto de programas desdobráveis futuramente em projetos e subprojetos. Sua implementação obedecerá a critérios de escolha pautados em indicadores sociais, econômicos, culturais e políticos, compatíveis com a disponibilidade da infraestrutura e dos recursos humanos suficientemente quantificados e qualificados para atender ao desenvolvimento de cada projeto.

Suas etapas estão assim definidas:

- Planejamento e estruturação das ações;
- Utilização dos recursos disponíveis de acordo com o programado;
- Definição de grupos de implementação;
- Treinamento e supervisão de equipes de trabalho;
- Logística da implementação – estabelecimento dos fluxogramas do processo;
- Verificação final da disponibilidade de recursos financeiros;
- Implementação de cronograma físico;
- Implementação de cronograma financeiro;
- Acompanhamento e controle das atividades;
- Avaliação final dos trabalhos executados;
- Elaboração de relatórios informativos sobre os trabalhos executados.

Para que a implementação/execução seja realizada com êxito é necessário:

- Cumprimento dos prazos previstos;
- Enquadramento aos custos preestabelecidos;
- Cumprimento da qualidade técnica esperada;
- Cumprimento das exigências de viabilidade;
- Cumprimento de equilíbrio financeiro durante e/ou após a conclusão;
- Manutenção de equilíbrio operacional nas atividades da empresa;
- Aumento ou pelo menos manutenção da rentabilidade normal da Instituição.

11.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional da Faculdade Ortodoxa tem por objetivo avaliar as diferentes dimensões das funções universitárias. Constitui-se em processo de melhoria contínua dessas funções, do planejamento e da gestão institucionais e de prestação de contas às comunidades acadêmica e social. O PAI-IES será desenvolvido pela Comissão Própria de Auto Avaliação - CPA, que integra a Diretoria da Faculdade. A CPA compete planejar, organizar e desenvolver o PAI, interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários. A CPA deve acompanhar e emitir relatórios periódicos sobre as avaliações conduzidas pela MEC, em particular as do Exame Nacional de Cursos (ENADE), as relativas ao reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e as avaliações das condições de oferta do ensino.

Meta:

Avaliar todos os cursos de graduação, incluindo as atividades de práticas investigativas e de extensão, para efeito de pedido de reconhecimento, até 2019.

Ações específicas:

Cumprir o seguinte cronograma, no período 2018/2022, para a implantação e o desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional da Faculdade:

EVENTOS	2018		2019		2020		2021		2022	
	1º	2º								
Sensibilização										
Avaliação docente										
Avaliação discente ^(*)										
Avaliação dos cursos										
Avaliação da extensão										
Avaliação iniciação científica										
Avaliação dos gestores										
Avaliação do PDI										
Revisão do PDI										
Divulgação dos resultados										

11.3. INTRODUÇÃO - CPA

O Ensino e a Aprendizagem estão em constante transformação, alterando-se os conteúdos, as formas, as condições que são produzidas. Da mesma forma a avaliação institucional não pode se restringir em relatórios e diagnósticos, com o julgamento de resultados e ações já cumpridas. Sendo um processo emancipatório, e como tal, deve inscrever-se na vida total da instituição, criando uma cultura avaliativa.

A auto - avaliação será uma prática contínua da Faculdade Ortodoxa com a finalidade de refletir sobre a sua própria missão, seus objetivos e o desenvolvimento de suas múltiplas atividades. Trata-se de um processo participativo, que vem sendo construído progressivamente, buscando o aperfeiçoamento de sua ação educativa perante a comunidade acadêmica e social.

Esta proposta pautou-se na Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Essa Lei definiu dez dimensões institucionais para a avaliação das IES, assegurou a avaliação institucional interna e externa e criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES como órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. A análise substancia-se ainda na Portaria n.º 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos do Sistema e dispõe que a avaliação de instituições será executada conforme diretrizes estabelecidas pela CONAES. A Auto Avaliação é uma das etapas do processo avaliativo a ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) operacionalizar o processo de Auto Avaliação a partir de diretrizes da CONAES.

11.4. CONCEPÇÃO

A Auto - Avaliação Institucional da Faculdade Ortodoxa será entendida como um processo coletivo de reflexão sobre a sua prática, seus compromissos com a sociedade, sobre o desenvolvimento de suas diferentes atividades, na busca permanente e sistemática de sua excelência acadêmica. Mediante um processo democrático e autônomo, pretende-se desencadear ações avaliativas que permitam explicar e compreender criticamente as estruturas e relações da Instituição. Possibilitando um questionamento sistemático de todas as atividades da Instituição, seus fins, seus meios, ensino, pesquisa e a extensão, bem como a gestão, infraestrutura e as condições gerais de trabalho, propondo alternativas viáveis ao seu aperfeiçoamento.

A IES considera que a avaliação é uma prática social de sentido fortemente pedagógico, enfatiza sua importância como mecanismo de produção de conhecimento e de juízo de valor sobre a própria instituição. Ao produzir, organizar, consolidar e sistematizar os conhecimentos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas da instituição, atuando como dispositivo educativo das pessoas que nelas se envolvem.

Nossa auto - avaliação respeita a identidade institucional, definidas na missão e nos objetivos, mediante um processo de adesão, com ampla participação de toda a comunidade acadêmica. O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da instituição, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais. A Proposta de auto avaliação da Faculdade Ortodoxa contempla o *Roteiro de Auto Avaliação Institucional 2004*: orientações gerais, publicação da CONAES/INEP. Mediante articulação entre a realidade da IES e as dimensões da Avaliação Institucional, atendendo aos princípios da IES e diretrizes do SINAES.

11.5. PRINCÍPIOS

A Auto - Avaliação da Faculdade Ortodoxa fundamenta - se no Paradigma de Avaliação Autônoma, fornecendo uma visão global da instituição apresentando os seguintes princípios:

- **Participação Democrática:** Consiste num processo democrático que deve envolver os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e social de forma coerente com a identidade institucional.
- **Busca da Transformação:** Consiste no processo de análise e crítica da realidade, visando a sua transformação. Busca apreender o fenômeno em seus movimentos e em sua relação com a realidade, objetivando a sua transformação e não apenas a sua descrição. A transformação pretendida deve estar em consonância com os compromissos sociais e políticos assumidos na missão e objetivos da instituição.
- **Abordagem Qualitativa e Quantitativa:** A Auto Avaliação entendida numa abordagem qualitativa e quantitativa deve ser buscada na dinâmica integradora das diversas esferas e estruturas internas e na relação entre elas e a sociedade.

11.6. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A auto avaliação deve ter uma ação sistemática e global que não se restringe às testagens de conhecimentos ou a medidas de produção ou elaboração de banco de dados. A avaliação Institucional deve envolver um questionamento rigoroso e sistemático de todas as atividades da instituição, seus fins e seus meios: ensino, pesquisa e extensão, bem como gestão, infraestrutura e condições gerais de trabalho. A integração do processo de compreensão, de captação dos sentidos das estruturas e relações que integram a organização da instituição deve proporcionar muito mais que um olhar distante, a auto - avaliação requer a postura dinâmica de conhecer, produzir e cimentar as relações, de construir a articulação e a integração dos diversos níveis, áreas e dimensões institucionais. Sendo a educação processo inscrita no tempo total da vida humana. Como práticas sociais, o ensino e as aprendizagens estão em constante transformação, alterando-se os conteúdos, as formas, as condições que são produzidas.

Da mesma forma que o processo educacional, a avaliação institucional não se extingue em relatórios e diagnósticos, com o julgamento de resultados e ações já cumpridas.

A avaliação institucional é um importante mecanismo de produção de conhecimento e de juízo de valor sobre a própria instituição. Ao produzir, organizar, consolidar e sistematizar os conhecimentos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas da instituição, atuando como dispositivo educativo das pessoas que nelas se envolvem.

A orientação formativa tem função instrumental e proativa: o processo de elaboração de conhecimento e de crítica que constitui a avaliação, também produz a tomada de consciência da necessidade de transformação do processo da avaliação e dos seus agentes, bem como projeto o que é necessário para melhorar a instituição. O objeto central da avaliação institucional é a qualidade, não só como diagnóstico, mas também como processo de melhoria. O processo de avaliação institucional deve comportar certos graus de flexibilidade e de adaptabilidade, permitindo ajustes e acertos que signifiquem correção de rota, aperfeiçoamento ou adaptação que assegurem a qualidade da ação.

A avaliação institucional não é um processo indiferente ou neutro. Ao contrário, toma partido, reafirma valores, denega o que julga negativo, interfere e intervém em todas as dimensões da vida institucional. É fundamental que a avaliação tenha plena credibilidade; que todos se sintam seguros quanto à direção traçada e confiem nos articuladores do processo. Cada instituição deve estabelecer as comparações entre os seus projetos e compromissos e aquilo que consegue realizar, entre o seu passado e o seu presente, entre o que está sendo e aquilo que julga deve ser. A avaliação institucional é um empreendimento permanente e coletivo de produção da qualidade educativa.

FACULDADE ORTODOXA

11.7. OBJETIVOS GERAIS

A auto - avaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei, a auto avaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões. Estas dimensões, entretanto, não devem ser consideradas um instrumento para mera checagem ou verificação ou, simplesmente, quantificação e sim, vistas como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão sobre as mesmas.

11.8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Plano de Auto Avaliação Institucional da Faculdade Ortodoxa contempla os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre a Instituição na sua globalidade, buscando caminhos para a melhoria da qualidade do trabalho educativo;
- Promover a auto avaliação através da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Avaliar o desempenho do docente e pessoal técnico administrativo da instituição, buscando em conjunto, alternativas para o aperfeiçoamento da ação pedagógica;
- Acompanhar as diferentes formas de gestão administrativa, identificando avanços e dificuldades e propondo novas formas de encaminhamento para a melhoria do trabalho educativo.
- Promover a avaliação das condições de infraestrutura da Instituição.
- Identificar o perfil do aluno ingressante de cada curso, buscando a adequação necessária entre os objetivos do currículo e as necessidades e interesses do alunado.
- Redefinir o perfil do egresso pretendido, considerando os propósitos de cada curso e as exigências do mercado de trabalho.
- Avaliar o desenvolvimento das atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica, buscando, em conjunto com a Coordenação, professores pesquisadores e alunos bolsistas, alternativas para o aperfeiçoamento destas ações.
- Avaliar o desenvolvimento dos cursos, programas e atividades complementares de integralização curricular promovidas pela Extensão, adequando estas ações aos objetivos do ensino de graduação e às necessidades e interesses da comunidade.
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo.
- Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos

11.9. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA CPA

A auto avaliação Institucional será desenvolvida pela Comissão Própria de Auto Avaliação (CPA), conforme disposto no artigo 11 da Lei 10.861/04, com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações para a efetiva interlocução para implementação do SINAES. O planejamento das atividades da CPA será discutido com a comunidade acadêmica, devendo levar em conta as características da instituição, seu porte, continuidade e a existência de experiências avaliativas anteriores. A composição da CPA da Faculdade Ortodoxa atende todos os requisitos para sua legitimidade e autonomia, constituída por regulamento próprio aprovado pelo órgão superior da Instituição.

11.10. REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AUTO AVALIAÇÃO (CPA)

O Regulamento da Comissão Própria de Auto Avaliação da Faculdade Ortodoxa encontra-se em anexo (FACO/11) deste PDI – 2018/2022.

11.11. CRONOGRAMA DA CPA

À CPA compete planejar, organizar e desenvolver a auto avaliação da Instituição interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários, divididas em três Etapas da seguinte forma:

- 1ª Etapa – Constituição da CPA, Planejamento, Sensibilização.
- 2ª Etapa – Desenvolvimento.
- 3ª Etapa – Consolidação, Relatório, Divulgação, Balanço crítico.

CONSTITUIÇÃO DA CPA – À CPA da Faculdade Ortodoxa será constituída por ato do Diretor Geral. Sendo composta por oito membros que representam diversos segmentos da sociedade acadêmica na Instituição e da Sociedade local, não privilegiando maiorias e com Regulamento específico.

PLANEJAMENTO – À Faculdade Ortodoxa desenvolve uma proposta metodológica participativa e autônoma entre membros da CPA, que devidamente fundamentados no manual de Orientações Gerais estabelecida no SINAES, os compartilham com todos os segmentos da comunidade acadêmica, estabelecendo procedimentos e metas para a Avaliação Institucional.

SENSIBILIZAÇÃO – A cultura de auto avaliação encontra-se solidificada nos ditames da Faculdade Ortodoxa desde sua criação, consolidando o hábito salutar da busca pela qualidade e pelo desenvolvimento da Instituição. Com a introdução do SINAES a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá diversos encontros para plena interlocução e apresentação das propostas, atividades e possíveis correções de experiências anteriores.

DESENVOLVIMENTO – A auto – avaliação da Faculdade Ortodoxa será desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação, sempre de forma emancipatória e participativa, integrando-se com todos os segmentos da comunidade acadêmica. Cumprindo cronograma estabelecido e aprovado pela CPA.

CONSOLIDAÇÃO – O processo de auto avaliação deverá estar consolidado antes do prazo final estabelecido pelo CONAES.

RELATÓRIO – Substanciado nos padrões utilizados pelo MEC e outras IES, constrói amplas condições para análise sistemática da auto avaliação semestralmente. Os relatórios de avaliação serão submetidos à deliberação do colegiado superior da Faculdade.

DIVULGAÇÃO – A CPA responsabiliza-se em divulgar para toda a comunidade acadêmica e social seu juízo de valores e conceitos resultantes da auto avaliação.

BALANÇO CRÍTICO – Procedimentos dialógicos e análise crítica das metodologias aplicadas e seus resultados obtidos, geram a avaliação da avaliação (meta avaliação) de forma a redirecionar os caminhos em busca da excelência pretendida.

11.12. METODOLOGIA E INSTRUMENTOS

A CPA desenvolve os seus trabalhos com apoio em metodologias e instrumentos aceitos pela comunidade acadêmica. Essas metodologias e instrumentos devem ser avaliados periodicamente (meta avaliação), com vistas à sua adequação permanente às características institucionais e a possíveis mudanças em indicadores e padrões de qualidade, fixados pelo MEC ou adotados por organizações ligadas à formação acadêmico-profissional ou ao exercício de profissões regulamentadas.

No processo de auto avaliação institucional serão objetos de análise:

- a) Organização Institucional
- b) Plano de Desenvolvimento Institucional
- c) Projeto Pedagógico Institucional
- d) Gestão Institucional
- e) Avaliação Institucional

- f) Corpo Social
- g) Corpo Docente
- h) Corpo discente e egressos
- i) Corpo técnico-administrativo
- j) Organização Institucional
- k) Instalações Gerais
- l) Biblioteca
- m) Laboratórios e instalações específicas

Os instrumentos/procedimentos selecionados para a auto avaliação da Faculdade Ortodoxa são:

- a) Fóruns para divulgação e debates sobre o processo de auto avaliação da Faculdade com participação do pessoal docente e discente;
- b) Análise do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, planilhas financeiras e orçamentos;
- c) Análise do PPI – Planejamento Pedagógico Institucional, projetos pedagógicos dos cursos, currículos, carga horária e práticas pedagógicas, eventos acadêmicos, sistema de avaliação;
- d) Questionário para os alunos de a graduação avaliar seu curso,
- e) Questionário para auto avaliação do trabalho docente na graduação,
- f) Questionário para auto avaliação do trabalho administrativo do corpo técnico,
- g) Questionário de avaliação de alunos da pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- h) Questionário de avaliação dos professores da pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- i) Reuniões dos coordenadores de cursos com professores e alunos para delimitar outros instrumentos para a coleta de dados nos cursos,
- j) Entrevistas com amostragem de alunos com o objetivo de sondar a imagem pública da instituição;
- k) Entrevistas com egressos e membros da comunidade com o objetivo de sondar a imagem pública da instituição;
- l) Análise dos mecanismos de divulgação e comunicação interna e externa;
- m) Análise da política de desenvolvimento lato sensu e stricto sensu, da integração entre graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão;
- n) Levantamento dos conceitos de avaliação Inep, convênios, atividades.
- o) Científicas, publicações;
- p) Análise das políticas de pesquisa: linhas, relevância, grupos cadastrados CNPq,
- q) Produção científica e tecnológica, participação em congressos, eventos,
- r) Atividades acadêmicas, contribuição para o desenvolvimento regional;
- s) Análise das políticas de extensão: relações e atendimento à comunidade,
- t) Impactos, participação de alunos e docentes, sistema de avaliação, incentivos e integração com ensino e pesquisa.
- u) Programas de iniciação científica, estágios, intercâmbio;

- v) Análise da política de gestão acadêmica, atendimento dos alunos e professores, política de concessão de bolsa;
- w) Análise da infraestrutura e instalações: conservação, ampliação, segurança; Laboratórios, equipamentos; Biblioteca;
- x) Plano de carreira, capacitação docente e qualificação profissional.

11.13. ESTRATÉGIAS

Para cumprir os objetivos da proposta de avaliação institucional, a CPA deverá designar seis (seis) subcomissões Setoriais, constituídas por seus próprios membros, que cuidarão de analisar as seguintes dimensões:

Subcomissão 01:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.

Subcomissão 02:

- A responsabilidade social da Instituição
- A comunicação com a sociedade

Subcomissão 03:

- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo.

Subcomissão 04:

- Organização e gestão da Instituição
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Subcomissão 05:

- Planejamento e avaliação
- Políticas de atendimento aos estudantes

Subcomissão 06:

- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa.

Cada Subcomissão Setorial receberá a incumbência de analisar uma ou duas dimensões, definidas pela sua afinidade e/ou complexidade. As subcomissões terão prazos estipulados no cronograma geral do projeto de avaliação para cumprir as seguintes etapas:

- 1) Elaboração de proposta para coleta e análise dos dados, incluindo metodologias a serem aplicadas e definição de necessidades como pessoal, equipamentos, acesso a documentos, entre outros;
- 2) Levantamento de informações documentais e bibliográficas;
- 3) Elaboração de questionários e realização de entrevistas;
- 4) Tabulação dos dados e análise quantitativa;
- 5) Análise qualitativa e, quando possível, comparativa com outros modelos.
- 6) Resultados e editoração (eletrônica e/ou impressa);
- 7) Divulgação dos resultados.

Todas essas etapas deverão ser acompanhadas pela CPA, em reuniões pré-agendadas durante e ao final de cada etapa. Será ressaltado que todas as subcomissões deverão trabalhar com pleno apoio da administração superior, contando com os recursos necessários à execução de suas tarefas. A criação de Subcomissões Setoriais de Avaliação representará uma nova fase do processo de Avaliação Institucional iniciado com a instalação do Programa de Avaliação Continuada, esta indispensável à existência de uma instituição de Ensino Superior que busca permanentemente seu aprimoramento.

11.14. DIMENSÕES AVALIADAS

As Dimensões agregam os dados e informações da instituição e de seus cursos, em três níveis estabelecidos nas orientações gerais para o roteiro da auto – avaliação (SINAES):

- Núcleo Básico e comum – Obrigatórias a todas as IES. A CPA atenderá a todos os itens obrigatórios indicado no roteiro da auto – avaliação.
- Núcleo de temas optativos – Contém tópicos que podem ser ou não selecionados pela IES. A Comissão Própria de avaliação adotará temas optativos na medida em que se faça necessário para melhor estabelecer critérios avaliativos.
- Núcleo de documentação, dados e indicadores – contribuem para fundamentar e justificar as análises e interpretações. A CPA manterá todos os documentos rigorosamente adequados às exigências legais e responsabiliza-se por dados e indicadores procedentes.

As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação foram estabelecidas pela Lei nº. 10.861/04 artigo 3º, da seguinte forma:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional.
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulos à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
 4. A comunidade com a sociedade.
 5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
 6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
 7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
 8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos resultados e eficácia da auto avaliação institucional.
 9. Políticas de atendimento aos estudantes (Egressos).
 10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação).
 - Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação
 - ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.
 - Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.
 - Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.
 - Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.
 - Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

11.15. RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

A Comissão própria de Avaliação divulgará, anualmente, os instrumentos e procedimentos a serem aplicados no processo de avaliação institucional, mantendo estreita coerência, sempre que possível, com os instrumentos e procedimentos orientados pelo SINAES. O processo de avaliação institucional deve conduzir à atribuição de conceitos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados e com indicação de ações para correção de condições insuficientes ou regulares e fortalecimento das ações consideradas suficientes. Os resultados da Avaliação Institucional serão fornecidos e encaminhados aos interessados, para serem trabalhados, junto aos envolvidos, com o objetivo de comparar a situação existente com a ideal, uma vez que os dados obtidos contribuem para a tomada de decisões sobre mudanças a serem adotadas, objetivando a melhoria desejada.

O resultado final da avaliação aparecerá, para cada Dimensão, como:

- CMB = Condições Muito Boas
- CB = Condições Boas
- CR = Condições Regulares
- CI = Condições Insuficientes

Os relatórios de avaliação serão submetidos à deliberação do colegiado superior da Faculdade.

11.16. TOMADA DE DECISÃO

É importante, nesta etapa garantir a objetividade das discussões. As decisões devem ser expostas da maneira mais clara possível, com definição de prazos, responsabilidades e recursos a serem mobilizados através de reuniões com os dirigentes dos setores envolvidos, buscando a solução para os problemas apontados.

11.17. META-AVALIAÇÃO

Como todo processo avaliativo, esta fase da avaliação institucional deve considerar uma etapa de autocrítica, a chamada meta - avaliação, onde os seus aspectos metodológicos e instrumentais são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte. Os processos de avaliação interna e externa deverão ser analisados constantemente, para retro - alimentação do sistema e aperfeiçoamento da instituição.

11.18. RELATÓRIOS

Os relatórios do processo de avaliação serão textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações. Estes relatórios devem contemplar:

- Os resultados da auto avaliação e da avaliação externa
- Os resultados da avaliação de cursos e de desempenho discente.

Os destinatários desses relatórios são os membros da comunidade acadêmica, a CONAES, o MEC e a sociedade. Portanto, considerando a diversidade de leitores, estes documentos devem ter clareza na comunicação das informações e possuir caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

11.19. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CPA

A Avaliação Institucional no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o centro do processo avaliativo e abrange entre outros, a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e os compromissos de responsabilidades sociais.

A Avaliação Institucional dar-se em duas modalidades:

1ª - Auto avaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto avaliação institucional da CONAES;

2ª - Avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto avaliações.

Os processos de avaliação interna e externa devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

XII – CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO DO PDI/PPI

O quadro a seguir apresenta os passos para avaliação e execução do PDI:

DESCRIÇÃO DOS PASSOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1. Designação de Comissão para avaliação do PDI	Direção Geral	2018
2. Divulgação os objetivos, metas e ações estabelecidos no PDI, a toda comunidade acadêmica, com objetivo de sensibilização e arregimentação de colaboradores.	Comissão	2018
3. Definição de responsáveis pelas ações já estabelecidas no PDI.	Comissão	2018
4. Identificação de necessidade de treinamento por parte dos responsáveis pelas ações.	Comissão	2019
5. Liberação de recursos para treinamento.	Direção Geral	2019
6. Identificação de recursos necessários e estabelecimento de prazos para a execução das ações.	Responsáveis designados pela Comissão	2019
7. Execução/Monitoramento.	Comissão	2019
8. Garantia do alcance das metas.	Comissão	2020



XIII - CRONOGRAMA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA IES

A Faculdade Ortodoxa apresenta suas atividades a partir de seu credenciamento pelo MEC, na forma prevista na Decreto nº. 5.773. O cronograma de seu desenvolvimento foi elaborado a partir do seu plano de organização e do projeto pedagógico do curso.

ATIVIDADE / PROGRAMA / AÇÃO	ANO				
	1º	2º	3º	4º	5º
Implementação do PDI/PPI	x	x	x	x	x
Contratação do pessoal docente e não-docente necessário	x	x	x	x	x
Instalação dos cursos de graduação autorizados	x	x	x	x	x
Implantação dos seguintes planos e programas:					
Programa de Avaliação Institucional	x	x	x	x	x
Plano de Capacitação de Recursos Humanos	x				
Plano de Carreira Docente	x				
Plano de Cargos e Salários	x				
Programa de Iniciação Científica	x				
Programa de Monitoria	x				
Aquisição/ampliação do acervo da biblioteca	x	x	x	x	x
Ampliação da biblioteca existente			x		
Instalação dos laboratórios de formação específica	x	x	x	x	x
Instalação das salas de aula	x	x			
Instalação dos laboratórios de formação básica	x	x			
Instalação de equipamentos de laboratórios	x	x	x		
Instalação da Ouvidoria		x			
Instalação do NAPI		x			
Implementação de serviços extensionistas		x			
Implementação de projetos de pesquisa		x			
Implementação de cursos de extensão		x			
Implementação de programas de pós-graduação		x			
Aquisição de material de expediente, didático e outros de consumo.	x	x	x	x	x
Reposição de equipamentos e peças dos laboratórios e serviços	x	x	x	x	x
Reconhecimento dos cursos de graduação	x	x	x	x	x
Red credenciamento da faculdade	x				

XIV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica social requer das Instituições de Ensino Superior capacidade de gerenciamento dos processos de ensino, pesquisa e extensão e também uma leitura contextualizada e crítica das aceleradas transformações inerentes à contemporaneidade. A mutabilidade desse cenário exige das IES, sobretudo, intervenções e adequações próprias dos processos formativos.

Ao formular este PDI (2018 a 2022) os profissionais que nele se envolveram partiram do pressuposto que ao estudante deve-se propiciar investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, na execução, na avaliação de atividades educativas, na aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural. Com isso, pretende-se formar um profissional que saiba analisar e avaliar os diferentes cenários nos quais a educação se desenvolve e, além disso, analisar também os próprios atos docentes, e detectar o alcance e a validade do material teórico-prático empregado.

A expectativa é que esse PDI seja a expressão daquilo que a Faculdade Ortodoxa almeja, servindo de apoio e norte aos que dele precisarem, embora seja necessário o esclarecimento de que não é um documento pronto e acabado, estando, portanto, aberto a inovações.

